



E-BOOK

# TCU 2022

**Auditor de Controle Externo**

**Prova Comentada**

## APRESENTAÇÃO

Olá, futuro(a) servidor(a) público(a)!

É com imensa satisfação que apresentamos a prova comentada para o cargo de Auditor Federal do TCU – 2022. Nossos melhores professores cuidadosamente comentaram as questões, explicando detalhadamente os assuntos mais difíceis!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Aproveite muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos

Faça parte do grupo de estudos do Estratégia Concursos no WhatsApp!

Use o QRCode abaixo e entre agora mesmo no grupo da TCU.



1. Observe o texto argumentativo a seguir.

“Certas espécies animais e vegetais desaparecem cada vez mais rapidamente, o que tornou grave a situação. Primeiramente, várias espécies foram extintas por causa da caça. Assim, no século XVII, uma espécie de mamíferos era extinta a cada cinco anos.

Posteriormente, no século XX, a população mundial aumentou de tal modo que, para encontrar novas terras, os homens invadiram os espaços selvagens. Foram derrubadas imensas florestas e, assim, numerosos animais desapareceram em função da destruição de seus habitats. Também a poluição e a instalação de linhas elétricas mataram muitas espécies de peixes e aves.

Por fim, uma nova caça intensiva, destinada ao comércio, suprimiu certas espécies, como a dos rinocerontes, cujos chifres eram empregados na fabricação de afrodisíacos.

O homem sabe hoje que a vida sobre a terra é uma vasta cadeia em que cada ser vivo é um elo. Quando uma espécie desaparece, outros animais e outras plantas passam a ficar ameaçadas. Progressivamente, a vida humana se empobrece.”

Esse texto foi didaticamente estruturado; a única afirmativa abaixo inadequada em relação à sua estruturação é:

- A) a conclusão do texto é constituída a partir de um rápido resumo das ideias anteriormente expressas;
- B) o último parágrafo do texto se liga estruturalmente ao primeiro, ampliando-o tematicamente;
- C) a tese do texto foi devidamente comprovada pelos argumentos expressos em seus vários parágrafos;
- D) os argumentos empregados na defesa da tese do texto foram dispostos em organização cronologicamente progressiva;
- E) cada um dos parágrafos que serve de argumento é introduzido por um marcador discursivo, que, em seu conjunto, organiza o texto.

## Comentários:

A questão exige conhecimentos sobre a estruturação do texto. Vejamos as alternativas, uma a uma:

- A) **ERRADA**. A conclusão do texto (o último parágrafo) não é constituída a partir de um rápido resumo, como diz a alternativa, mas sim de uma expansão conceitual, pois ela amplia o tema, falando da interdependência da vida como um todo: “a vida sobre a terra é uma vasta cadeia em que cada ser vivo é um elo. Quando uma espécie desaparece, outros animais e outras plantas passam a ficar ameaçadas.”

- B) CORRETA.** Esta alternativa até ajuda na resolução da letra A (como de costume nas provas da FGV). O último parágrafo do texto realmente se liga estruturalmente ao primeiro, pois neste se tem a introdução do texto e a apresentação do tema (a gravidade do desaparecimento cada vez mais rápido das espécies animais e vegetais); já no último parágrafo temos a conclusão, que é feita por meio da ampliação do tema, conforme o mencionado na resolução da letra A.
- C) CORRETA.** O segundo, o terceiro e o quarto parágrafos compõem a parte de desenvolvimento do texto, onde são trazidos os argumentos que sustentam a tese defendida no primeiro parágrafo (introdução). Eles explicam o rápido desaparecimento de certas espécies animais e vegetais, informando como esse processo ocorreu ao longo do tempo, comprovando-se a tese apresentada.
- D) CORRETA.** Os fatos são apresentados em uma sequência cronológica: o segundo parágrafo menciona o século XVII, o terceiro parágrafo cita o século XX e o quarto parágrafo menciona uma “nova” caça intensiva, referindo-se a um evento mais contemporâneo.
- E) CORRETA.** Um marcador discursivo é uma palavra ou expressão que não tem função sintática em uma frase, mas é usada para organizar e dar sentido ao discurso, estabelecendo relações entre ideias e interlocutores. Todos os parágrafos argumentativos (2º, 3º e 4º) se iniciam com um marcador discursivo, respectivamente: “Primeiramente”, “Posteriormente” e “Por fim”.

Como o enunciado pediu a afirmativa ERRADA, o gabarito é a **letra A**

### Gabarito: A

#### 2. Abaixo está o início de um conto de Lygia Fagundes Telles, denominado *A Ceia*.

“O restaurante era modesto e pouco frequentado, com mesinhas ao ar livre, espalhadas debaixo das árvores. Em cada mesinha, um abajur de garrafa projetava sobre a toalha de xadrez vermelho e branco um pálido círculo de luz.”

Todos sabemos que os termos de um texto podem indicar valores bem variados. Nesse segmento foram sublinhados alguns que funcionam como adjetivos; a afirmação correta sobre um deles é:

- A)** não é acompanhado de nenhum termo que o justifique;
- B)** o adjetivo “pouco frequentado” mostra uma qualificação do substantivo restaurante, indicando uma clientela de elite;
- C)** a locução adjetiva “de garrafa” indica o material de que é feito o abajur, destacando simultaneamente a qualidade sofisticada do restaurante descrito;

- D) os adjetivos “vermelho e branco”, que indicam características, podem trazer informações implícitas sobre a nacionalidade da comida no local;
- E) o adjetivo “pálido”, que indica uma relação, mostra uma intensidade da luz, com o valor implícito de decadência e pouca qualidade do restaurante.

## Comentários:

---

A questão trata do uso de adjetivos. Vamos analisar cada alternativa:

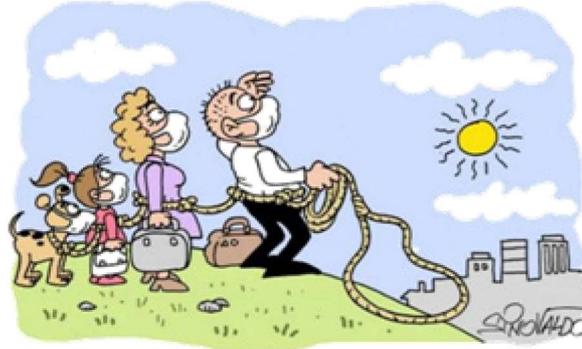
- A) **ERRADA**. Expressões do texto, como “mesinhas ao ar livre”, “debaixo das árvores” e “abajur de garrafa” denunciam a simplicidade do restaurante e justificam o uso do adjetivo “modesto”.
- B) **ERRADA**. Um restaurante pouco frequentado não quer dizer necessariamente que sua clientela seja de elite. No texto, ele quer dizer simplesmente que um número pequeno de clientes frequentava o local.
- C) **ERRADA**. Não se pode dizer que o restaurante seja sofisticado. A utilização de abajures de garrafa nas mesinhas já é um indício da simplicidade do local.
- D) **CORRETA**. Os termos “vermelho e branco”, como adjetivos que são, realmente indicam características do tecido das toalhas de mesa do local. Inclusive podem trazer informações implícitas sobre a nacionalidade da comida no local. Note que a alternativa diz que “pode” trazer, ou seja, indica uma possibilidade, que realmente existe, pois as toalhas feitas de tecido xadrez vermelho e branco são típicas de restaurantes de culinária italiana, por exemplo.
- E) **ERRADA**. **Adjetivos de relação**, também chamados de adjetivos relacionais, são adjetivos que indicam uma relação de origem, posse, pertença ou tema, geralmente derivados de substantivos e não admitem variação de grau. Eles não podem ser antepostos ao substantivo ao qual se referem. Exemplos: vida **social**, problema **econômico**, caminho **fluvial**, livro **histórico**, técnica **manual**.

A partir dessa definição, podemos concluir que o adjetivo “pálido” não pode ser relacional, pois indica uma característica do círculo de luz (e não uma relação de origem, posse, pertença ou tema), admite variação de grau (palidíssimo) e foi anteposto ao substantivo (o que não é possível com adjetivos relacionais).

**Gabarito: D**

**3. Observe a charge a seguir.**

**Asteroide de 600 metros passará  
nesta semana próximo da terra**



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor

A interpretação de texto refere-se à decodificação dos significados dos componentes textuais, enquanto a compreensão diz respeito aos processos geradores de significação.

A pergunta abaixo que diz respeito à interpretação, e não à compreensão, é:

- A) O que mostra na charge a intenção de viajar da família?
- B) Como se pode notar que a família está em um lugar alto?
- C) De que forma a pandemia está presente na charge?
- D) O que demonstra o laço na mão do chefe da família?
- E) Qual a expectativa da família representada na charge?

### Comentários:

A questão trata da diferença entre interpretação e compreensão não textual. Em contextos não textuais, como imagens ou vídeos, a **compreensão** envolve identificar elementos visuais, como cores, formas e objetos, com foco na decodificação da informação explícita, analisando o que está sendo mostrado de forma direta e literal. Já a **interpretação** explora o significado subjacente e a mensagem transmitida, focando em inferências e conclusões (interpretar o simbolismo de cores, formas ou objetos, por exemplo) e explorando o significado além do que está explicitamente visível ou audível.

A partir disso, vamos analisar cada alternativa:

- A) **ERRADA.** O que mostra na charge a intenção de viajar da família? É a presença das malas. Note que a resposta consiste num elemento que está na charge, portanto se trata de compreensão.
- B) **ERRADA.** Como se pode notar que a família está em um lugar alto? Percebe-se que a família está em um lugar alto pelo seu nível em relação à cidade lá embaixo. Mais um caso de compreensão.
- C) **ERRADA.** De que forma a pandemia está presente na charge? Pelas máscaras nos rostos dos componentes da família (inclusive do cachorro, rs). Trata-se de compreensão.
- D) **ERRADA.** O que demonstra o laço na mão do chefe da família? Demonstra que ele quer “laçar” o asteroide a fim de pegar uma carona com ele e fugir daquele local. Isso pode ser facilmente compreendido.
- E) **CORRETA.** Qual a expectativa da família representada na charge? Perceba que esta alternativa destoa das demais. A resposta a essa pergunta exige uma interpretação, uma inferência ou uma conclusão, extrapolando-se o que está explicitamente visível.

**Gabarito: E**

**4. Abaixo aparecem opiniões variadas, todas elas expressas de um modo impessoal. A citação a seguir que contém elementos de personalização é:**

- A) Os educadores são constantemente interrogados sobre o papel da televisão na educação das crianças; parece hoje estabelecido que esse papel é benéfico;
- B) Está universalmente estabelecido que a eficiência das regras de segurança depende da boa vontade dos que as utilizam;
- C) Parece a todos que a eficácia das vacinas está definitivamente comprovada, bastando ver-se a grande diminuição de internações hospitalares;
- D) Quanto a *Grande sertão: veredas*, se só se observam os grandes pensamentos que essa obra contém, é certamente um livro impressionante;
- E) Só se pode esperar que a equipe local de salvamento possa atuar de forma eficiente a fim de que muitas vidas sejam salvas.

## Comentários:

A questão pede a alternativa que contém elementos de **personalização**, ou seja, elementos que remetam a um juízo de valor do autor. As outras alternativas trarão opiniões genéricas e impessoais, ou seja, um posicionamento que não é necessariamente o do autor. Sendo assim, analisemos cada alternativa:

- A) **ERRADA**. A expressão “parece hoje estabelecido que esse papel é benéfico” mostra uma opinião dos educadores sobre o papel da televisão na educação das crianças, e não uma opinião do autor.
- B) **ERRADA**. Aqui a impessoalidade é marcada pela expressão “Está universalmente estabelecido que”.
- C) **ERRADA**. A expressão “Parece a todos” denota a opinião dos outros, e não especificamente a do autor.
- D) **CORRETA**. Aqui a opinião do autor é percebida no trecho: “é certamente um livro impressionante”, quando ele se refere à obra Grande sertão. Trata-se de um julgamento particular e subjetivo do autor.
- E) **ERRADA**. Não há aqui nenhum elemento que mostre subjetividade do autor. Na expressão “Só se pode esperar”, o autor utiliza a partícula “se” como forma de tornar a ação mais impessoal, não se podendo atribuir a ação a ninguém particularmente.

### Gabarito: D

**5. Seria importante que alguns dos textos que produzimos fossem lidos com atenção pelos destinatários; para isso, a introdução desses textos pode apelar para estratégias diversas a fim de conseguir essa atenção. Abaixo estão reproduzidas cinco introduções textuais; aquela que mostra sua estratégia de atração corretamente identificada é:**

- A) Começo por uma pequena narrativa: “Um homem sem coluna vertebral é como uma tenda de lona sem o mastro. O eixo de nosso corpo, denominado também coluna vertebral, cumpre exatamente as mesmas funções que o mastro de uma tenda. De forma idêntica, mantém-se ereto o corpo por obra de numerosas tensões. Se o mastro falha, a tenda vem abaixo”;
- B) Começo por uma afirmação surpreendente, de caráter opinativo: “Quando Paulinho mexe em sua coleção de selos, seus lábios incham de uma forma alarmante; Margarida sofre de asma quando visita o tio farmacêutico; Tomás, entusiasta do alpinismo, sofre de erupção cutânea cada vez que inicia uma escalada. Os casos citados são exemplos dessa misteriosa enfermidade chamada alergia”;
- C) Começo por um ou vários exemplos: “O novo dicionário vai ser lançado esta semana e traz informações preciosas, como a evolução semântica de cada uma das palavras nele inseridas, desde o seu nascimento até o estágio atual de significação, além de datação das ocorrências dessas palavras”;

- D) Começo por uma alusão histórica: “As passeatas de motivação política, particularmente as que pretendem protestar contra algo, trazem sempre em seu bojo pessoas interessadas em tumultuá-las além do razoável”;
- E) Começo por um questionamento: “Não sei bem o que fazer quando meu neto me pergunta o significado de uma palavra ‘perigosa’; não sei se digo claramente o seu significado ou se invento algo mais palatável. Como sua curiosidade está aumentando, prevejo momentos de grandes dificuldades”.

## Comentários:

---

A questão apresenta, em cada alternativa, uma introdução textual como uma estratégia para conseguir a atenção do destinatário e pede para assinalar aquela que mostra sua estratégia de atração corretamente identificada. Então vamos analisá-las:

- A) **ERRADA**. Não há nenhum elemento narrativo nesta introdução. Neste caso foi feita uma comparação (entre um homem sem coluna vertebral e uma tenda de lona sem o mastro), que também é uma estratégia de atração.
- B) **ERRADA**. Não há aqui nenhuma opinião surpreendente do autor. Ele utiliza nesta introdução a exemplificação, citando casos de uma misteriosa enfermidade chamada alergia.
- C) **CORRETA**. Aqui realmente ele utiliza exemplos: evolução semântica e datação das ocorrências das palavras são exemplos das informações preciosas trazidas pelo novo dicionário.
- D) **ERRADA**. Não há nenhuma alusão histórica na introdução apresentada nesta alternativa, o que pode ser percebido inclusive pelo uso do tempo verbal no presente: “pretendem”, “trazem”.
- E) **ERRADA**. A intenção do autor nesta introdução é apresentar sua dúvida a respeito do que responder a seu neto. Mas ele não faz isso na forma de questionamento, ou seja, ele não está fazendo nenhuma pergunta, só expressando uma dúvida mesmo (“Não sei bem o que fazer...”).

**Gabarito: C**

6. Deparamo-nos diariamente com uma série de textos que tentam convencer-nos a adquirir determinado produto: são os chamados textos publicitários.

Vejamos a seguir um exemplo desses textos.

**É festa na fazenda!**

Para tratar a Tristeza Parasitária e fazer a alegria tomar conta do rebanho.

A Tristeza Parasitária pode afetar o rebanho a qualquer momento e em qualquer fase da vida. Contudo, existe uma dupla capaz de reanimar e proteger o potencial produtivo dos animais.

Com você, Ganaseg™ 7% & Kinetomax® Ganaseg™ 7%

Combate da Babesiose (Piroplasmose)

Curto período de carência para o leite (apenas 96 horas)

Ótimo índice de segurança

Kinetomax®

Rápida ação contra a Anaplasmosse

Dose única

Curto período de carência (Leite: 5 dias/Carne: 8 dias para animais tratados via intramuscular e 4 dias para animais tratados via subcutânea)

Xô, tristeza!

**Sobre os elementos estruturais desse texto e suas estratégias de produção, é correto afirmar que:**

- A) o texto segue a estrutura clássica dos textos publicitários: um título, um subtítulo, o conteúdo da informação e uma recomendação à aquisição do produto;
- B) o final do texto dirige-se particularmente às emoções dos leitores, de modo que eles continuem a pensar na mensagem veiculada;
- C) o texto veicula a mensagem, tendo em vista o seu público-alvo, selecionando informações, não explicitando termos supostamente conhecidos e utilizando uma linguagem adequada;
- D) o produto anunciado deve ter destacadas as suas características principais e as vantagens explícitas sobre os concorrentes;
- E) o texto é construído segundo um roteiro: chamar a atenção para o tema, despertar o interesse dos leitores, transformar o interesse em desejo de aquisição e apelar para a ação.

## Comentários:

---

A questão baseia-se em um texto publicitário com o objetivo de convencer o leitor a adquirir um produto e pede para assinalarmos a alternativa correta sobre os elementos estruturais do texto.

A) **ERRADA**. A estrutura básica de um texto publicitário geralmente engloba alguns componentes essenciais: imagem, título (às vezes subtítulo também), texto (com argumentos persuasivos) e *slogan*. Cada um desempenha um papel fundamental na atração da atenção e no despertar do interesse do público-alvo.

O texto realmente traz um título (*É festa na fazenda!*), um subtítulo (*Para tratar a Tristeza Parasitária e fazer a alegria tomar conta do rebanho*) e o conteúdo da informação (a apresentação do produto e de seus benefícios), porém o *slogan* não é feito com uma recomendação à aquisição do produto, mas sim por uma frase, criada para gerar no consumidor uma associação mental à marca, favorecendo que se lembre dela facilmente. Exemplos de *slogans* desse tipo são: "Just do it" (Nike), "Amo muito tudo isso" (McDonald's), "Abra a felicidade" (Coca-Cola) e "Dedicação total a você" (Casas Bahia), entre muitos outros.

B) **ERRADA**. A frase "Xô, tristeza!" não se dirige à emoção do leitor, mas se trata de uma referência à doença tratada pelo remédio, a "Tristeza Parasitária".

C) **CORRETA**. Expressões como "Babesiose", "Piroplasmose", "Anaplasmoses", "período de carência" não são de conhecimento geral. Ao utilizá-las no texto, o autor realmente não traz nenhuma explicação sobre elas, justamente porque seu público-alvo é constituído por pessoas que trabalham na área da pecuária e que, portanto, conhecem as doenças que atacam o rebanho e as informações pertinentes ao trabalho na área. Além disso, o texto utiliza uma linguagem popular (Xô, tristeza), que é adequada para a ocasião.

D) **ERRADA**. O texto apresenta as características principais e os benefícios do produto, mas sem fazer qualquer comparação com concorrentes.

E) **ERRADA**. Como abordado na resolução da letra A, não há apelo para ação no texto.

**Gabarito: C**

**7. Muitas vezes, quando raciocinamos, cometemos erros, as chamadas falácias argumentativas, que podem ser produzidas a partir de premissas ou proposições falsas, conclusões inadequadas ou falhas lógicas.**

**Em todos os textos abaixo ocorrem falácias; o texto em que essa falácia está identificada de forma INCORRETA é:**

- A) “Não há dúvida de que os mais jovens não respeitam, atualmente, os mais velhos como deveriam; hoje mesmo observei um grupo de rapazes e moças que empurravam pessoas de mais idade para que pudessem entrar antes na sala de projeção” / trata-se de uma generalização exagerada, pois se fundamenta em um só caso de experiência pessoal;
- B) “Esta semana o presidente da empresa recebeu ataques que o acusavam de mau administrador e corrupto; na verdade, porém, esses ataques partiam daqueles que foram derrotados na assembleia de acionistas e não se haviam conformado com a derrota” / trata-se da tentativa de evitar a discussão central da acusação, desviando o foco para as pessoas responsáveis pelos ataques;
- C) “Os restaurantes nas pequenas cidades turísticas estão passando grandes dificuldades, pois o número de clientes diminuiu bastante, o preço dos alimentos subiu exageradamente, os salários dos funcionários recebem aumentos constantes... em poucas palavras: ou as prefeituras desses locais criam mecanismos de ajuda ou os estabelecimentos fecham as portas” / trata-se de um raciocínio que só enxerga soluções extremadas, sem considerar possibilidades intermediárias;
- D) “Segundo as notícias, mais de três quartos da população daquele país passa fome; mas, como esse mal ainda não atinge a população como um todo, não devemos classificar o país como pobre” / trata-se de uma conclusão inadequada, pois não se segue às premissas ou proposições de que parte;
- E) “O funcionário Ricardo é o melhor candidato a chefe de seção porque de todos os que se apresentaram para a votação é claramente o mais adequado” / trata-se de algo que ocorre quando, no curso de uma argumentação, se dá algo por certo, sem necessidade de demonstração.

## Comentários:

Esta questão aborda as falácias argumentativas, que são erros no raciocínio, os quais, embora pareçam lógicos, não são válidos e podem ser usados para manipular ou enganar. As falácias argumentativas são falhas no processo de raciocínio que afetam a validade de um argumento. Elas podem ser usadas intencionalmente ou não, por falta de conhecimento ou habilidade em argumentação.

A questão pede para assinalarmos a alternativa em que a falácia está identificada de forma INCORRETA, então vamos analisar cada alternativa:

- A) **CORRETA**. Generalização exagerada/excessiva é uma distorção cognitiva em que uma pessoa tira conclusões amplas e generalizadas a partir de um ou poucos casos isolados, como se esses fossem a regra geral. Em vez de reconhecer um evento como único, a pessoa assume que o resultado se aplica a todas as situações semelhantes. É exatamente isso que ocorre aqui na letra A. Não é porque um grupo de rapazes e moças empurravam pessoas de mais idade para que pudessem entrar antes na sala de projeção que vamos concluir que os mais jovens não respeitam, atualmente, os mais velhos como deveriam.
- B) **CORRETA**. O autor, em vez de abordar o conteúdo dos ataques, tenta desqualificar as pessoas que os fazem, presumindo que as suas circunstâncias pessoais (foram derrotados na assembleia de acionistas) ou seus interesses (não se haviam conformado com a derrota) tornam o seu argumento (os ataques) inválido. Esta realmente é a falácia ocorrida na alternativa.
- C) **CORRETA**. Nesta alternativa são apresentadas duas soluções para o problema enfrentado pelos restaurantes nas pequenas cidades turísticas: a criação de mecanismos de ajuda (que seria o ideal) e o fechamento dos estabelecimentos (solução extrema). Elas são apresentadas como se fossem as únicas possíveis. Ora, além delas, existem inúmeras outras soluções que poderiam ser adotadas. E esta foi exatamente a falácia utilizada na alternativa.
- D) **ERRADA**. Esta alternativa envolve um silogismo, ou seja, um raciocínio dedutivo que consiste em duas premissas que, combinadas, levam a uma conclusão lógica. É uma forma de argumento que se baseia na dedução, em que uma verdade geral (premissa maior) é aplicada a um caso específico (premissa menor) para chegar a uma conclusão particular. Na alternativa temos como premissa maior a frase: “mais de três quartos da população daquele país passa fome”, como premissa menor (subentendida): “esse mal deve atingir a população como um todo para o país ser classificado como pobre” e como conclusão: “não devemos classificar aquele país como pobre”. A alternativa diz que a conclusão é inadequada, pois não se segue às premissas ou proposições de que parte, porém, na verdade, sua inadequação se dá, não porque ela não parte das premissas (porque ela parte, sim), mas porque ela se fundamenta num argumento falso (a segunda premissa).

E) **ERRADA**. Trata-se, na verdade, de uma falácia que se caracteriza como raciocínio circular, quando não se empregam várias razões para apoiar uma opinião, mas simplesmente repete a mesma tese inicial com diferentes palavras. Esse tipo de falácia não acrescenta informação útil para sustentar a conclusão, torna o argumento logicamente incoerente e cria um *loop* sem fornecer evidências válidas. Um exemplo clássico para ela é: “Matar não é certo, logo matar não é certo”. Na alternativa, ao se dizer que Ricardo é o candidato mais adequado dentre os que se apresentaram, isso não justifica o fato de ele ser o melhor candidato a chefe da seção. Estão faltando argumentos para fundamentar essa conclusão.

Perceba que temos duas alternativas incorretas, logo **esta questão deveria ter sido anulada**, porém o gabarito dado pela banca foi a letra E (ossos do ofício de concurseiro, rs).

**Gabarito do professor: Anulada**

**Gabarito: E**

**8. Um relatório produzido em determinada seção do serviço público trazia, inadequadamente, uma série de frases em discurso direto. O chefe da seção solicitou, então, ao funcionário autor do relatório que modificasse tais frases para o discurso indireto, o que foi imediatamente feito; a frase em que essa modificação solicitada foi realizada de forma adequada é:**

- A) O funcionário respondeu ao chefe: “Não cometi essa falha ocorrida ontem” / O funcionário respondeu ao chefe que não cometera aquela falha ocorrida no dia anterior;
- B) O chefe retrucou: “Iremos terminar a tarefa e voltar para casa” / O chefe retrucou que irão terminar a tarefa e voltar para suas casas;
- C) O cidadão explicou ao segurança: “Não estou preocupado, é que estou pensando” / O cidadão explicou ao segurança que não estava preocupado, era que estava pensando;
- D) A funcionária pensava: “Como podes deixar que te usem?” / A funcionária pensava como podia deixar que a usem;
- E) O funcionário explicou: “O relatório só ficará pronto depois de amanhã” / O funcionário explicou que o relatório só ficaria pronto depois de amanhã.

## Comentários:

A questão pede que façamos a **transposição das frases do discurso direto para o indireto**. Nessa transformação, a fala do discurso direto torna-se uma oração subordinada no discurso indireto, normalmente substantiva e introduzida por conjunção integrante. Além disso, ocorrem as seguintes transformações:

Discurso direto	→	Discurso indireto
1ª ou 2ª pessoa		3ª pessoa
pronomes "esse" ou "este"		Pronome "aquele"
modo imperativo		modo subjuntivo
presente		pretérito imperfeito
pretérito perfeito		futuro do pretérito
futuro do presente		futuro do pretérito
futuro do subjuntivo		pretérito imperfeito do subjuntivo
frase imperativa ou interrogativa		frase declarativa

A partir disso, analisemos cada alternativa:

- A) CORRETA.** Nesta alternativa, ocorreram as devidas mudanças, como se segue: i) o tempo verbal passou do pretérito perfeito (cometi) para o pretérito mais-que-perfeito (cometera); ii) houve a troca do pronome “esse” pelo pronome “aquele”; iii) a circunstância temporal “ontem” foi devidamente substituída pela expressão “no dia anterior”.
- B) ERRADA.** O futuro do presente (Iremos) deveria ter sido substituído pelo futuro do pretérito (Iriam). As outras modificações (1ª p. => 3ª p.; casa => suas casas) estão corretas. O correto então seria: “O chefe retrucou que **iriam** terminar a tarefa e voltar para suas casas”.

- C) **ERRADA**. Esta alternativa cobrou um ponto interessante. Na transposição do discurso direto para o indireto, as expressões expletivas (quando houver) simplesmente desaparecem. Essas expressões servem apenas para realçar a ideia apresentada e podem ser eliminadas da construção sem que se prejudique o sentido ou a correção gramatical. Portanto, no texto, a partícula “é que” deveria ser eliminada. Ficaria, portanto, da seguinte forma: “O cidadão explicou ao segurança que não estava preocupado, que estava pensando.”
- D) **ERRADA**. O presente do subjuntivo (usem) deveria ter sido substituído pelo pretérito imperfeito do subjuntivo (usassem). As demais alterações, como a substituição da 2ª pessoa (“podes” e “te”) pela 3ª pessoa (“podia” e “a”), estão corretas. Ficaria, portanto, da seguinte forma: “A funcionária pensava como podia deixar que a usassem.”
- E) **ERRADA**. Nesta alternativa, faltou mudar o advérbio “depois de amanhã” por outra expressão, como “dali a dois dias” ou “após o dia seguinte”, para que a frase ficasse adequada. Ficaria assim: “O funcionário explicou que o relatório só ficaria pronto dali a dois dias.”

### Gabarito: A

9. “Acabo de ler o trecho a seguir num livro de História: ‘Os cristãos tinham uma moral, mas os pagãos, não’. Ah! Senhor autor desta obra: onde o senhor aprendeu essa tolice? O que dizer da moral de Sócrates, de Cícero, de Marco Antônio e de tantos outros? Leitor: reflita e tire suas conclusões.”

A afirmativa inadequada sobre esse depoimento a respeito da leitura de uma obra histórica é:

- A) o argumentador do texto mostra sua presença desde a primeira linha por meio da desinência verbal da forma “acabo”;
- B) o adversário argumentativo que o argumentador deseja refutar está identificado pela expressão “Senhor autor desta obra”;
- C) a palavra “tolice” serve de qualificação da tese adversária;
- D) o leitor, que é visto como árbitro do debate, é invocado na última frase do texto;
- E) o argumentador julga a tese apresentada, mas não expõe argumentos que a contradigam.

### Comentários:

Antes de tudo, quero frisar que a questão quer a alternativa **INADEQUADA**, portanto **muita atenção!**

- A) **CORRETA**. A forma verbal “acabo” está na 1ª pessoa do singular (eu acabo → desinência -o), o que marca a presença do argumentador do texto desde a primeira linha.

- B) **CORRETA.** A expressão "Senhor autor desta obra" é um vocativo (palavra ou expressão usada para chamar ou interpelar alguém). Quando o autor usa essa expressão, ele identifica claramente quem está sendo criticado. Isso mostra que ele está se dirigindo ao autor do livro de História, que foi a pessoa que escreveu a tese que o argumentador discorda. Então, fica bem claro quem é o oponente que está sendo refutado.
- C) **CORRETA.** O substantivo tolice significa uma ação ou comportamento tolo, bobo, ou uma coisa sem importância ou sentido. No texto, é utilizada como uma qualificação dada à declaração feita em um trecho de um livro de História que o autor do depoimento acabara de ler.
- D) **CORRETA.** Ao utilizar a frase: "Leitor: reflita e tire suas conclusões", o autor do depoimento convida o leitor a pensar por si mesmo e o coloca como quem vai decidir a validade do debate, como se fosse um juiz do que foi argumentado. Isso é uma forma de chamar o leitor para a discussão e deixá-lo como árbitro.
- E) **ERRADA.** O texto mostra que o autor realmente julgou a tese ao chamá-la de "tolice", mas ele não para por aí. Ele contradiz a tese quando traz exemplos de figuras históricas, como Sócrates e Cícero, para refutar a ideia de que os pagãos não tinham moral. Ou seja, ele não só julga, como também apresenta argumentos que questionam diretamente a ideia do autor. Portanto, essa alternativa está errada.

**Gabarito: E****10. Há dois textos de temática semelhante a seguir.**

**Texto 1 – "Um mestre (Jesus) em que parece haver tanta autoridade, ainda que sua doutrina seja obscura, merece que seja crido por palavra... pode-se reconhecer sua autoridade, tendo em vista o respeito que lhe rendem Moisés e Elias; isto é, a lei e os profetas, como já expliquei... Não procuremos as razões das verdades que ele nos ensina: toda a razão, é que ele as falou."**

**Texto 2 – "Certas pessoas têm fé porque seus pais os ensinaram a crer. Num sentido, é satisfatório: nenhum axioma filosófico abalará essa fé; num outro sentido, é insatisfatório, porque sua fé não vem de conhecimento pessoal.**

**Outros chegam à fé pela convicção após estudos. Isso é satisfatório num ponto: eles conhecem Deus por íntima convicção; por outro lado, é insatisfatório porque se outros lhes demonstram a falsidade de seu raciocínio, eles podem tornar-se descrentes."**

**Comparando os dois textos, é correto afirmar que:**

- A) o texto 2 contraria o posicionamento do texto 1 em relação ao argumento de autoridade, pois só reconhece essa autoridade por meio de relações pessoais, e não pela fé;

- B) os dois textos contrariam a validade absoluta dos argumentos de autoridade, pois podem ser desacreditados por demonstrações de sua pouca força;
- C) o texto 1 condiciona a validade do argumento de autoridade desde que essa autoridade se tenha manifestado por meio de documentos;
- D) os dois textos afirmam a validade absoluta dos argumentos de autoridade, desde que bem embasados;
- E) o texto 2 mostra o perigo do argumento de autoridade e o risco do livre exame.

## Comentários:

---

A questão apresenta dois textos de temáticas semelhantes e pede para os compararmos. Vamos lá!

- A) **ERRADA**. Esta alternativa interpreta mal o texto 2. Em nenhum momento ele diz que a autoridade só vale se houver relação pessoal. Na verdade, ele analisa dois caminhos que levam à fé e mostra que os dois têm problemas. Além disso, o texto 2 não chega a confrontar diretamente o texto 1, apenas mostra uma visão mais crítica e equilibrada. Por isso, essa alternativa está errada.
- B) **ERRADA**. Esta alternativa generaliza. É verdade que o texto 2 problematiza o argumento de autoridade, mas o texto 1 faz exatamente o contrário: ele valoriza esse tipo de argumento e diz que Jesus deve ser crido apenas por que Ele falou. Ou seja, não é correto dizer que os dois textos rejeitam a autoridade como algo absoluto.
- C) **ERRADA**. Esta interpretação não aparece no texto. O texto 1 fala que Jesus deve ser ouvido porque Ele tem autoridade, e isso é confirmado pela presença de Moisés e Elias — símbolos da Lei e dos Profetas —, mas não há nenhuma menção a documentos. A autoridade ali é reconhecida por tradição religiosa, e não por prova escrita.
- D) **ERRADA**. Também não é verdade. O texto 1 realmente defende que a autoridade de Jesus é suficiente para justificar a fé. Já o texto 2 mostra que essa fé, quando baseada apenas em autoridade, é insatisfatória por não ter base pessoal. Ou seja, o texto 2 não considera a autoridade como algo absoluto, mesmo que bem fundamentada.
- E) **CORRETA**. O texto 2 apresenta duas formas de se chegar à fé: por tradição (quando os pais ensinam) e por convicção pessoal (através do estudo). Em ambos os casos, ele aponta riscos. A fé baseada em autoridade pode ser forte contra críticas, mas é superficial, pois não vem de uma experiência própria. Por outro lado, quem acredita com base em raciocínio pessoal pode acabar perdendo a fé se seus argumentos forem refutados.

Ou seja, o texto chama atenção tanto para o perigo de aceitar tudo por autoridade quanto para o risco de confiar apenas no raciocínio. Por isso, esta é a alternativa correta.

**Gabarito: E**

## Internal audit's role in ESG reporting

Conversations and focus on sustainability, typically grouped into environmental, social and governance (ESG) issues, are quickly evolving — from activist investor groups and inquisitive regulators pushing for change to governing bodies and C-suite executives struggling to understand and embrace the concept. At the forefront of this new risk area is pressure for organizations to make public commitments to sustainability and provide routine updates to ESG-related strategies, goals, and metrics that are accurate and relevant. However, ESG reporting is still immature, and there is not a lot of definitive guidance for organizations in this space. For example, there is no single standard for what should be reported.

What is clear is that strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players as outlined in The Internal Institute of Auditors (IIA) Three Lines Model. As with any risk area, internal audit should be well-positioned to support the governing body and management with objective assurance, insights, and advice on ESG matters.

### Embarking on the ESG journey

Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change and address perceived historical social inequities are two powerful issues driving change globally. These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment.

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them). This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively.

Still, there is growing urgency for organizations to understand and manage ESG risks, particularly as investors and regulators focus on organizations producing high-quality reporting on sustainability efforts. What's more, that pressure is being reflected increasingly in executive performance as more organizations tie incentive compensation metrics to ESG goals.

As ESG reporting becomes increasingly common, it should be treated with the same care as financial reporting. Organizations need to recognize that ESG reporting must be built on a strategically crafted system of internal controls and accurately reflect how an organization's ESG efforts relate to each other, the organization's finances, and value creation.

Internal audit can and should play a significant role in an organization's ESG journey. It can add value in an advisory capacity by helping to identify and establish a functional ESG control environment. It also can offer critical assurance support by providing an independent and objective review of the effectiveness of ESG risk assessments, responses, and controls.

Source: Adapted from <https://na.theiia.org/about-ia/PublicDocuments/White-Paper-Internal-Audits-Role-in-ESG-Reporting.pdf>

11. Based on the information provided by the text, mark the statements below as true (T) or false (F).

- ( ) One of the hurdles of ESG issues is that they have been restricted to a single group of experts.
- ( ) There has been such a great demand for publicizing government efforts towards ESG that reports have become accurate and systematized.
- ( ) Part of the internal auditor's job is to be knowledgeable enough in the area of ESG so as to be able to provide solid guidance to those in charge of the administration.

The statements are, respectively:

- A) F–F–T;
- B) T–F–F;
- C) T–F–T;
- D) F–T–F;
- E) F–T–T.

## Comentários:

Based on the information provided by the text, mark the statements below as true (T) or false (F).

Com base nas informações fornecidas pelo texto, marque as afirmativas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- (F) One of the hurdles of ESG issues is that they have been restricted to a single group of experts.
- (F) Um dos obstáculos das questões ESG é que elas têm sido restritas a um único grupo de especialistas.

O texto diz que as conversas e o foco em sustentabilidade estão rapidamente evoluindo e, em seguida, exemplifica os diversos grupos que têm interesse no assunto: grupos de investidores ativistas, reguladores "investigadores" ou "fiscalizadores" pressionando por mudança, órgãos governamentais e "chefes executivos" lutando para entender e aceitar o conceito. Portanto, não se pode dizer que elas têm sido restritas a um único grupo de especialistas. Falsa.

- (F) There has been such a great demand for publicizing government efforts towards ESG that reports have become accurate and systematized.
- (F) A demanda por divulgação dos esforços governamentais em ESG tem sido tão grande que os relatórios se tornaram precisos e sistematizados.

However, ESG reporting is still immature, and there is not a lot of definitive guidance for organizations in this space. For example, there is no single standard for what should be reported.

Pelo contrário, os relatórios ESG ainda são imaturos e não há muitas orientações definitivas para as organizações nesse espaço. Por exemplo, não existe um padrão único para o que deve ser relatado. Falsa.

(T) Part of the internal auditor's job is to be knowledgeable enough in the area of ESG so as to be able to provide solid guidance to those in charge of the administration.

(V) Faz parte do trabalho do auditor interno ter conhecimento suficiente na área de ESG para poder fornecer orientações sólidas aos responsáveis pela administração.

As with any risk area, internal audit should be well-positioned to support the governing body and management with objective assurance, insights, and advice on ESG matters.

Como em qualquer área de risco, a auditoria interna deve estar bem posicionada para apoiar o corpo diretivo e a administração com garantias objetivas, percepções e conselhos sobre questões ESG.

O segmento do texto acima deixa bem claro que a assertiva é verdadeira.

The statements are, respectively:

As afirmações são, respectivamente:

- A) F – F – T; - F – F – V;
- B) T – F – F; - V – F – F;
- C) T – F – T; - V – F – V;
- D) F – T – F; - F – V – F;
- E) F – T – T. - F – V – V.

**Gabarito: letra A**

**12. The sentence that best expresses the idea that parties involved in the administration should follow a similar orientation:**

- A) “Internal audit can and should play a significant role in an organization’s ESG journey”;
- B) “[...] strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players”;
- C) “These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment”;
- D) “This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively”;
- E) “[...] pressure is being reflected increasingly in executive performance”.

## Comentários:

The sentence that best expresses the idea that parties involved in the administration should follow a similar orientation:

A frase que melhor expressa a ideia de que as partes envolvidas na administração devem seguir uma orientação semelhante:

- A) “Internal audit can and should play a significant role in an organization’s ESG journey”; - “A auditoria interna pode e deve desempenhar um papel significativo na jornada ESG de uma organização”;

A frase destaca apenas a auditoria interna sem mencionar que há outras partes envolvidas na administração.

**ERRADA.**

- B) “[...] strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players”; - “[...] uma governança forte sobre ESG – assim como a governança efetiva em geral – requer alinhamento entre as principais partes envolvidas”;

A palavra em destaque nessa frase é “alinhamento”, a qual expressa que todas as partes envolvidas na administração devem seguir uma orientação semelhante. **CORRETA.**

- C) “These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment”; - “Esses movimentos aumentaram a consciência de como todas as organizações impactam, influenciam e interagem com a sociedade e o meio ambiente”;

Os movimentos aos quais a frase se refere são: mitigar os efeitos acelerados das mudanças climáticas e abordar as desigualdades sociais históricas percebidas. **ERRADA.**

- D) “This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively”; - “Esta ampla categoria de risco inclui áreas que são dinâmicas e muitas vezes impulsionadas por fatores que podem ser difíceis de medir objetivamente”;

A frase fala sobre as áreas, e não sobre as partes envolvidas na administração. **ERRADA.**

- E) “[...] pressure is being reflected increasingly in executive performance”. - “[...] a pressão está sendo refletida cada vez mais no desempenho executivo”.

Essa frase fala de apenas um colaborador da administração, sem fazer menção de que há outras partes.

**ERRADA.**

**Gabarito: letra B**

**13. According to the text, “C-suite executives” (first paragraph), that is, those in top positions within a company, have been:**

- A) endeavoring to hold back innovation;  
B) looking forward to better positions;  
C) supporting less critical reports;  
D) resisting sustainability issues;  
E) trying to grasp the novelty.

## Comentários:

According to the text, “C-suite executives” (first paragraph), that is, those in top positions within a company, have been:

De acordo com o texto, os “executivos C-suite” (primeiro parágrafo), ou seja, aqueles que ocupam os cargos mais altos de uma empresa, têm estado:

- A) endeavoring to hold back innovation; - **esforçando-se para conter a inovação;**

**ERRADA.** Esta alternativa significa que os executivos de alto nível dentro de uma empresa estão tentando impedir ou limitar o desenvolvimento de novas ideias, produtos ou processos. Isso pode ser por medo, resistência ou falta de visão. Esta alternativa não corresponde ao texto, pois ele não diz que os executivos são contra a inovação, mas sim que eles têm dificuldade em entender e abraçar o conceito de sustentabilidade.

B) looking forward to better positions; - **ansiando por melhores posições;**

**ERRADA.** Esta alternativa significa que os executivos de alto nível dentro de uma empresa estão procurando oportunidades de avançar ou melhorar suas carreiras, status ou salários. Isso pode ser por ambição, motivação ou insatisfação. Esta alternativa não corresponde ao texto, pois ele não diz que os executivos estão interessados em mudar de posição, mas sim que eles estão lutando para compreender e adotar as questões de sustentabilidade.

C) supporting less critical reports; - **apoiando relatórios menos críticos;**

**ERRADA.** Esta alternativa significa que os executivos de alto nível dentro de uma empresa estão favorecendo ou incentivando a produção de relatórios que não são muito rigorosos, detalhados ou honestos. Isso pode ser por conveniência, desonestidade ou negligência. Esta alternativa não corresponde ao texto, pois ele não diz que os executivos são a favor de relatórios menos críticos, mas sim que eles estão sob pressão para fornecer atualizações precisas e relevantes sobre as estratégias, metas e métricas relacionadas à sustentabilidade.

D) resisting sustainability issues; - **resistindo às questões de sustentabilidade;**

**ERRADA.** Esta alternativa significa que os executivos de alto nível dentro de uma empresa estão se opondo ou rejeitando as questões de sustentabilidade, que são os temas relacionados ao meio ambiente, à sociedade e à governança. Isso pode ser por ignorância, indiferença ou conflito de interesses. Esta alternativa não corresponde ao texto, pois ele não diz que os executivos são contra as questões de sustentabilidade, mas sim que eles estão tendo problemas para entender e aceitar o conceito.

E) trying to grasp the novelty. - **tentando entender a novidade.**

Conversations and focus on sustainability, typically grouped into environmental, social and governance (ESG) issues, are quickly evolving — from activist investor groups and inquisitive regulators pushing for change to governing bodies and C-suite executives struggling to understand and embrace the concept.

As conversas e o foco na sustentabilidade, normalmente agrupados em questões ambientais, sociais e de governança (ESG), estão evoluindo rapidamente – de grupos de investidores ativistas e reguladores curiosos que pressionam por mudanças a órgãos governamentais e executivos C-suite lutando para entender e adotar o conceito.

O segmento acima mostra que os “executivos C-suite” têm estado tentando entender a novidade, que é o conceito de ESG. **CORRETA.**

**Gabarito: letra E**

14. The excerpt “Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change” (third paragraph) indicates that, if effective, the speed of climate change will be:

- A) doubled;
- B) resumed;
- C) lessened;
- D) loosened;
- E) unleashed.

## Comentários:

---

The excerpt “Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change” (third paragraph) indicates that, if effective, the speed of climate change will be:

O trecho “Esforços para mitigar os efeitos aceleradores das mudanças climáticas” (terceiro parágrafo) indica que, se efetiva, a velocidade das mudanças climáticas será:

- A) doubled; - **dobrada**;

**ERRADA.** Um sinônimo dessa palavra é **duplicated** (duplicada). Ex.: The report was accidentally duplicated when it was printed. (O relatório foi duplicado acidentalmente quando foi impresso.)

- B) resumed; - **retomada**;

**ERRADA.** Um sinônimo dessa palavra é **restarted** (recomeçado). Ex.: She resumed her work after a short break. (Ela retomou o trabalho depois de uma breve pausa).

- C) lessened; - **diminuída**;

**mitigate**= mitigar, diminuir mal feito, atenuar = **lessen** = diminuir, reduzir

A palavra **mitigate** na frase indica que, se efetiva, a velocidade das mudanças climáticas será diminuída.

**CORRETA.**

- D) loosened; - **afrouxada**;

**ERRADA.** Um sinônimo dessa palavra é **untied** (desamarrou). Ex.: He loosened his tie and unbuttoned his shirt. (Ele afrouxou a gravata e desabotoou a camisa).

E) unleashed. – *desencadeada*;

**ERRADA.** Um sinônimo dessa palavra é **released (liberado)**. Ex.: The storm unleashed its fury on the city. (A tempestade desencadeou sua fúria sobre a cidade).

### Gabarito: letra C

15. The function of the extract “i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them” (fourth paragraph) is to:

- A) indicate expected results;
- B) add contrasting information;
- C) anticipate possible outcomes;
- D) clarify the previous statement;
- E) provide an alternative argument.

### Comentários:

The function of the extract “i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them” (fourth paragraph) is to:

A função do extrato, “ou seja, riscos associados à forma como as organizações operam em relação ao seu impacto no mundo ao seu redor” (quarto parágrafo), é:

- A) indicate expected results; - *indicar os resultados esperados*;
- B) add contrasting information; - *adicionar informações contrastantes*;
- C) anticipate possible outcomes; - *antecipar possíveis resultados*;
- D) clarify the previous statement; - *esclarecer a afirmação anterior*;

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them).

Eles também têm estimulado as organizações a reconhecer e gerenciar melhor os riscos ESG (ou seja, riscos associados à forma como as organizações operam em relação ao seu impacto no mundo ao seu redor).

A abreviação “i.e.” que introduz a frase significa “ou seja, isto é, quer dizer”. Portanto, a função do extrato é esclarecer a afirmação anterior, os riscos ESG. **CORRETA.**

E) provide an alternative argument. - **fornecer um argumento alternativo.**

### Gabarito: letra D

**16. Um empréstimo será amortizado em um ano com pagamentos mensais à taxa de juros compostos de 48% ao ano capitalizados mensalmente. Descontadas as tarifas bancárias, que são efetivadas no momento da contratação do empréstimo, no valor de 5%, o tomador do empréstimo receberá líquidos R\$ 10.450,00. Sabe-se que as parcelas mensais aumentam 2,7% ao mês e que o primeiro pagamento será realizado um mês após efetuada a operação.**

**O valor aproximado da menor parcela, em reais, é de:**

**Utilize a aproximação:  $(1,027)^{12}=1,4$  e  $(1,04)^{12}=1,6$**

- A) 879;
- B) 1.144;
- C) 1.886;
- D) 1.976;
- E) 2.089.

### Comentários:

Trata-se de uma série de pagamentos mensais crescentes em progressão geométrica (P.G.), onde as prestações aumentam 2,7% ao mês. Para resolver, utilizaremos o conceito de equivalência de capitais, trazendo os valores das prestações a valor presente com base na taxa de juros de 4% ao mês (48% ao ano capitalizado mensalmente).

A taxa de juros compostos anual de 48%, capitalizada mensalmente, equivale a uma taxa mensal de:

$$i = \frac{48}{12} = 4\% \text{ ao mês} = 0,04$$

Como houve desconto de 5% no momento da contratação, o valor bruto do empréstimo é obtido da seguinte forma:

$$\text{Valor Presente (VP)} = \frac{10.450}{0,95} = \text{R\$ } 11.000,00$$

As parcelas crescem 2,7% ao mês, ou seja, formam uma progressão geométrica de razão  $q = 1,027$ . Para calcular o valor da primeira parcela  $P$ , é necessário trazer todas as doze parcelas ao valor presente utilizando a taxa de juros  $i = 1,04$  ao mês.

Cada parcela futura, ao ser atualizada para o valor presente, forma a seguinte progressão geométrica:

- 1º termo:  $\frac{P}{1,04}$
- Razão  $q$ :  $\frac{1,027}{1,04}$

O valor presente da soma das parcelas (soma da progressão geométrica) deve ser igual ao valor total do crédito concedido, ou seja:

$$VP = S = \frac{P}{1,04} \cdot \frac{q^{12} - 1}{q - 1}$$

Sabendo que:

$$\left( \frac{1,027}{1,04} \right)^{12} \approx \frac{1,4}{1,6} \cdot 0,875 - 1 \text{ e } \frac{1,027}{1,04} - 1 \approx -0,0125$$

e

Substituindo na fórmula:

$$11000 = \frac{P}{1,04} \cdot \frac{0,875 - 1}{-0,0125} = \frac{P}{1,04} \cdot \frac{P - 0,125}{1,04 \cdot 0,0125} = \frac{P}{1,04} \cdot 10$$

Multiplicando ambos os lados por 1,04:

$$11000 = \frac{10P}{1,04} \rightarrow \frac{11.000 \cdot 1,04}{10} = R\$1.144,00$$

Com base no exposto, o valor aproximado da menor parcela, ou seja, da primeira prestação, é R\$ 1.144,00, fazendo com que a alternativa correta seja a "B".

**Gabarito: B**

17. Um montante de R\$ 50.400,00 é financiado, em 5 anos, à taxa de juros compostos de 10% ao ano. Durante todo o período do financiamento, o devedor arca apenas com o pagamento dos juros anuais do capital emprestado, ou seja, o tomador do empréstimo paga somente o valor dos juros que incidem sobre o valor original da dívida. Ao final do período de 5 anos, a dívida é amortizada de uma só vez, com a quitação integral do débito.

Em contrapartida, o credor exige que o devedor efetue depósitos anuais de parcelas iguais, constituindo, assim, um fundo de reserva cujo montante amortizará o principal ao final do período de 5 anos. Esse fundo rende à taxa de juros compostos de 5% ao ano, e os depósitos são efetuados concomitantemente aos pagamentos dos juros anuais do capital emprestado. Desse modo, tanto o pagamento dos juros quanto os depósitos do fundo de reserva são postecipados.

Diante do exposto, é possível concluir que a taxa anual de juros efetivamente paga pelo devedor ( $i$ ) está no intervalo: Utilize os dados aproximados a seguir.

$$(1,05)^5 = 1,28$$

Resultados de  $(1 - (1 + i)^{-n})/i$

$n \backslash i$	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09	0,10	0,11	0,12	0,13	0,14
-5	4,33	4,21	4,10	3,99	3,89	3,79	3,70	3,60	3,52	3,43

- A)  $8\% \leq i < 9\%$ ;
- B)  $9\% \leq i < 10\%$ ;
- C)  $10\% \leq i < 11\%$ ;
- D)  $11\% \leq i < 12\%$ ;
- E)  $12\% \leq i < 13\%$

## Comentários:

A operação descrita corresponde ao sistema de amortização americano. Nesse modelo, o devedor paga, anualmente, apenas os juros sobre o capital principal e, ao final do contrato, quita o valor total financiado. A peculiaridade desta questão está na exigência de um fundo de reserva, formado por depósitos anuais e iguais, que acumulam capital suficiente para quitar o principal ao final do período.

Para facilitar o raciocínio, apresenta-se a resolução por etapas:

### 1ª etapa: Cálculo dos juros anuais:

A taxa anual de juros é de 10%, e o valor principal é de R\$50.400,00. Logo, os juros pagos anualmente são:

$$J = 50.400 \times 0,10 = R\$5.040,00$$

### 2ª etapa: Formação do fundo de reserva

O fundo de reserva precisa atingir, ao final de 5 anos, o valor de R\$ 50.400,00. Como a taxa de rendimento do fundo é de 5% ao ano, utiliza-se a fórmula do valor futuro de uma série uniforme postecipada:

$$FV = PMT \cdot \frac{(1+i)^n - 1}{i}$$

Substituindo:

$$50.400 = PMT \cdot \frac{(1,05)^5 - 1}{0,05} = PMT \cdot \frac{1,28 - 1}{0,05} = PMT \cdot \frac{0,28}{0,05} = PMT \cdot 5,6$$

$$PMT = \frac{50.400}{5,6} = R\$ 9.000,00$$

### 3ª etapa: cálculo da prestação total anual

O devedor realiza, anualmente, dois pagamentos:

- Juros do financiamento: **R\$ 5.040,00**
- Depósito no fundo de reserva: **R\$ 9.000,00**

Totalizando:

$$\text{Prestação Anual} = 5.040 + 9.000 = R\$ 14.040,00$$

### 4ª etapa: Cálculo da taxa efetiva

Deseja-se encontrar a taxa efetiva anual que iguale o valor presente das prestações à dívida de R\$ 50.400,00.

Utiliza-se o fator de valor presente de uma série postecipada:

$$50.400 = 14.040 \cdot a_{(5)i} \rightarrow a_{(5)i} = \frac{50.400}{14.040} \approx 3,59$$

Consultando uma tabela financeira de valor presente de séries postecipadas, observa-se que o fator 3,59 está entre os valores correspondentes às taxas de 12% e 13% ao ano:

$$a_{5(12\%)} \approx 3,605$$

$$a_{5(13\%)} \approx 3,517$$

Pelo exposto, conclui-se que a taxa efetiva anual de juros paga pelo devedor está no intervalo: **12% ≤ i < 13%**. Isso faz com que a alternativa correta seja a E.

**Gabarito: E**

18. Um crédito é ofertado em 36 prestações mensais antecipadas de R\$ 3.000,00 à taxa de juros compostos de 3% ao mês. Indiferentemente, como alternativa, o mesmo crédito pode ser quitado com:

i. entrada de R\$ 10.000,00;

ii. 3 parcelas anuais antecipadas de R\$ 5.000,00, com pagamento da primeira concomitantemente com a entrada, à taxa de juros compostos de 3% ao mês;

iii. o restante financiado em 36 prestações mensais, à taxa de juros compostos de 3% ao mês.

Se o tomador do empréstimo optar pela opção alternativa, o valor aproximado do montante a ser financiado mensalmente, em reais, é de:

Utilize a aproximação:  $(1,03)^{12} = 0,7$

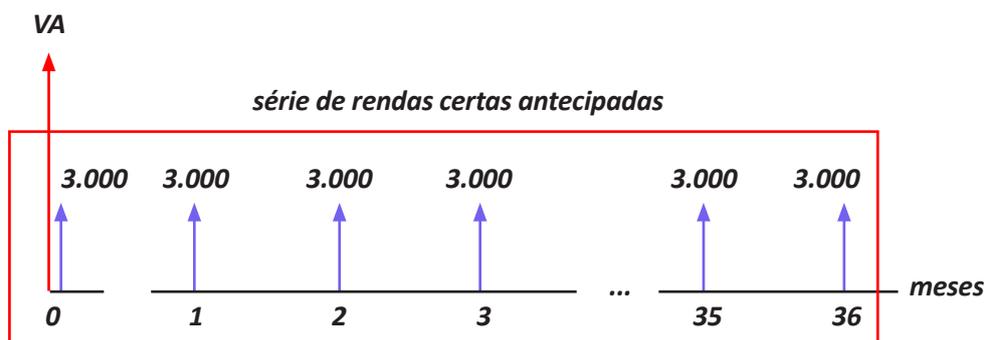
- A) 36.000;
- B) 40.000;
- C) 46.000;
- D) 50.000;
- E) 56.000.

### Comentários:

Vamos por partes.

Primeiramente, iremos calcular o Valor Atual do crédito. Um crédito é ofertado em 36 prestações mensais antecipadas de R\$ 3.000,00 à taxa de juros compostos de 3% ao mês.

Vejam graficamente:



O **Valor Atual (VA)** de uma série de rendas certas Antecipadas é o valor no momento “0”, também chamado de Valor Presente (VP), que **equivale à soma de todas** as 36 rendas certas de R\$ 3.000,00 descontadas pela mesma taxa de juros de 3% ao mês e é dado pela seguinte fórmula:

$$VA = P \times \left[ \frac{1 - (1+i)^{-n}}{i} \right] \times (1+i)$$

Substituindo os valores e calculando o Valor Atual, teremos:

$$VA = 3.000 \times \left[ \frac{1 - (1 + 0,03)^{-36}}{0,03} \right] \times (1 + 0,03)$$

$$VA = 3.000 \times \left[ \frac{1 - 1,03^{-36}}{0,03} \right] \times 1,03$$

O enunciado nos fornece o valor de  $1,03^{-12}$ . Iremos manipular algebricamente o fator  $1,03^{-36}$

$$VA = 3.000 \times \left[ \frac{1 - (1,03^{-12})^3}{0,03} \right] \times 1,03$$

$$VA = 3.000 \times \left[ \frac{1 - 0,7^3}{0,03} \right] \times 1,03$$

$$VA = 3.000 \times \left[ \frac{1 - 0,343}{0,03} \right] \times 1,03$$

$$VA = 3.000 \times \left[ \frac{0,657}{0,03} \right] \times 1,03 \rightarrow \boxed{VA = 67.600}$$

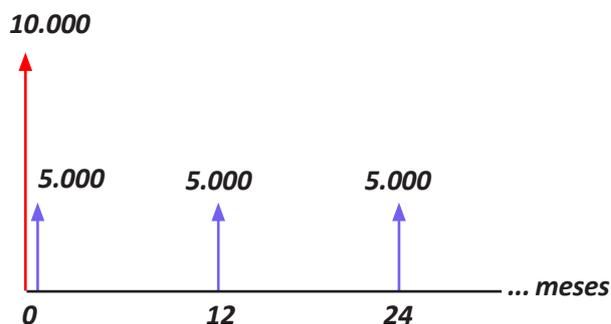
**Observe** que a banca deixa as alternativas bem distantes, em termos numéricos, uma das outras. Então, iremos aproximar os cálculos para não perdermos tempo na hora da prova. A FGV quer que você entenda os conceitos e não que você seja um *expert* em contas difíceis de serem resolvidas.

Alternativamente, o enunciado nos afirma que esse crédito de R\$ 67.600 pode ser quitado por meio das seguintes operações:

- i. entrada de R\$ 10.000,00;
- ii. 3 parcelas anuais antecipadas de R\$ 5.000,00, com pagamento da primeira concomitantemente com a entrada, à taxa de juros compostos de 3% ao mês;
- iii. o restante financiado em 36 prestações mensais, à taxa de juros compostos de 3% ao mês.

Vamos calcular o **Valor Atual do item i** mais o **item ii** e, assim, saberemos **quanto ainda restará para ser financiado** (esse restante é o item iii).

Vejam os graficamente o item i mais o item ii:



Perceba que as parcelas são ANUAIS. Transformamos o tempo de ano para meses para, obrigatoriamente, coincidir com a unidade de grandeza da taxa de juros.

Calculando o Valor Atual desse fluxo de pagamento:

$$VA = 10.000 + 5.000 + \frac{5.000}{(1 + 0,03)^{12}} + \frac{5.000}{(1 + 0,03)^{24}}$$

$$VA = 10.000 + 5.000 + \frac{5.000}{1 + 0,03^{12}} + \frac{5.000}{(1,03^{12})^2}$$

$$VA = 10.000 + 5.000 + 5.000 \times 1,03^{-12} + 5.000 \times (1,03^{-12})^2$$

$$VA = 10.000 + 5.000 + 5.000 \times 0,7 + 5.000 \times 0,49$$

$$VA = 10.000 + 5.000 + 3.500 + 2.450 \rightarrow VA = 20.950$$

Ou seja, temos um crédito de R\$ 67.600,00 que, por meio das operações i e ii, já seria pago o valor de **R\$ 24.550,00**.

Logo, o restante ainda a ser financiado é igual a:

$$restante = 67.600 - 20.950 \rightarrow restante = 46.650$$

Sendo assim, se o tomador do empréstimo optar pela opção alternativa, o valor aproximado do montante a ser financiado mensalmente, em reais, é de R\$ 46.000,00.

**Gabarito: C**

19. Uma sociedade empresária possui duas alternativas de investimento, mutuamente excludentes (não podem ocorrer simultaneamente), X e Y, ambas com a mesma duração e com valor presente líquido positivo.

A taxa interna de retorno (TIR) para o projeto X é de 15%; para o projeto Y, de 13%; e para o projeto diferencial Y-X, de 11%.

O projeto X é preferível ao Y somente para taxas mínimas de atratividade da empresa:

- A) menores que 11%;
- B) menores que 13%;
- C) maiores que 11% e menores que 13%;
- D) maiores que 11% e menores que 15%;
- E) maiores que 13%.

## Comentários:

A Taxa Interna de Retorno (TIR) representa a taxa de desconto que torna o valor presente líquido (VPL) de um fluxo de caixa igual a zero. Quando dois projetos são mutuamente excludentes e apresentam VPLs positivos, é necessário utilizar a análise incremental para definir qual investimento é economicamente mais viável.

Nesse contexto, compara-se o projeto com maior investimento com aquele de menor investimento. A análise incremental (ou marginal) consiste em considerar a diferença de fluxos de caixa entre os dois projetos — neste caso, o projeto Y – X — e calcular sua TIR. A TIR incremental representa a taxa mínima de atratividade (TMA) a partir da qual os dois projetos se equivalem.

A TIR incremental entre os projetos Y e X é de 11%. Isso significa que, a uma TMA de 11%, ambos os projetos têm o mesmo VPL. Portanto:

- Para TMA inferior a 11%, o projeto Y apresenta maior VPL;
- Para TMA superior a 11%, o projeto X apresenta maior VPL.

Dado que os projetos são mutuamente excludentes, a decisão deve recair sobre aquele com maior VPL para a TMA considerada. Logo, o Projeto X será preferível ao Projeto Y sempre que a TMA da empresa for maior que 11% e menor que 15% (faixa na qual o VPL de X é positivo e superior ao de Y).

Vale ressaltar que a TIR do projeto X é o limite superior da faixa de atratividade, pois acima de 15% o VPL do projeto X torna-se negativo, e nenhum dos projetos seria atrativo.

Com base na análise incremental e na comparação dos VPLs, conclui-se que o Projeto X é preferível ao Projeto Y sempre que a taxa mínima de atratividade da empresa estiver entre 11% e 15%, exclusivamente. Isso torna a alternativa “D” o gabarito da questão.

### Gabarito: D

20. Um empréstimo de uma unidade monetária é concedido nas seguintes condições:

- i. juros compostos de 5% ao mês;
- ii. taxa de abertura de crédito de 5% sobre o valor financiado, sendo o pagamento no ato;
- iii. amortizações mensais constantes;
- iv. prazo total de 2 meses.

A taxa positiva que representa o custo efetivo total mensal desse empréstimo é, aproximadamente, de:

Utilize a aproximação:  $(2,2975)^{0,5} = 1,52$

- A) 9%;
- B) 8%;
- C) 7%;
- D) 6%;
- E) 5%.

### Comentários:

A questão propõe o cálculo do Custo Efetivo Total (CET) mensal de um empréstimo com amortizações constantes (SAC) e incidência de tarifa de abertura de crédito. O CET representa, de forma mais precisa, o verdadeiro ônus mensal suportado pelo tomador ao considerar encargos e tarifas incidentes.

O valor efetivamente recebido pelo tomador, após o desconto da taxa de abertura de crédito de 5% sobre o valor nominal de 1 unidade monetária, é:

$$VP = 1 - 0,05 = 0,95 \text{ unidade monetária}$$

Em um sistema de amortização constante (SAC), o valor da amortização mensal é:

$$\text{Amortização} = \frac{1}{2} = 0,5$$

Com base nisso, montamos a seguinte tabela de fluxo de caixa:

Período	Amortização	Juros (5%)	Prestação	Saldo devedor
0	–	–	–	1,00
1	0,50	0,05	0,55	0,50
2	0,50	0,025	0,525	0,00
Total	1,00	0,075	1,075	–

A partir disso, passa-se a calcular o CET (valor presente das prestações). Igualamos o valor presente das prestações ao valor efetivamente recebido:

$$0,95 = \frac{0,55}{(1+i)} + \frac{0,525}{(1+i)^2}$$

Substituindo  $x = 1 + i$ , temos:

$$0,95x^2 = 0,55x + 0,525$$

$$0,95x^2 - 0,55x - 0,525 = 0$$

Aplicando a fórmula de Bháskara:

$$\Delta = (-0,55)^2 - 4 \cdot 0,95 \cdot (-0,525) = 0,3025 + 1,995 = 2,2975$$

$$x = \frac{0,55 + \sqrt{2,2975}}{2 \cdot 0,95} = \frac{0,55 + 1,52}{1,9} \approx \frac{2,07}{1,9} \approx 1,09$$

Portanto, como  $x = 1 + i$ , conclui-se que:

$$i \approx 9\%$$

A taxa positiva que representa o custo efetivo total mensal do empréstimo, considerando os encargos financeiros e operacionais, é de aproximadamente 9% ao mês. Alternativa correta "A".

**Gabarito: A**

**21. A Declaração de Lima, aprovada pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), estabelece diretrizes para preceitos de auditoria e afirma que as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) só podem desempenhar suas tarefas objetiva e eficazmente quando são independentes da entidade auditada e protegidas contra influências externas.**

**No sistema constitucional brasileiro de 1988, a independência das EFSs é assegurada por meio do(a):**

- A) reconhecimento de autonomia reforçada que lhes garante poder normativo técnico, ainda que tais entidades integrem a estrutura do Poder Legislativo;
- B) reconhecimento dos atributos institucionais relativos à autoadministração e ao autogoverno, ainda que tais entidades estejam destituídas de autonomia orçamentária;
- C) reconhecimento de que suas competências derivam diretamente da Constituição da República de 1988 e são exercidas de maneira autônoma, ainda que haja subordinação meramente administrativa ao Poder Legislativo;
- D) extensão dos mesmos mecanismos de proteção que resguardam a independência do Poder Judiciário, reconhecendo-lhes capacidade de autogoverno e autonomia administrativa, financeira e orçamentária;
- E) extensão dos mesmos mecanismos de proteção que resguardam a independência do Poder Legislativo, reconhecendo-lhes capacidade de autoadministração e de autogoverno.

## Comentários:

Apesar de o enunciado mencionar a Declaração de Lima, a resposta da questão encontra-se no texto constitucional. Vamos lá!

- A) **ERRADO.** Na verdade, prevalece o entendimento de que o TCU não faz parte de nenhum poder, ainda que tenha alguma vinculação com o Legislativo.
- B) **ERRADO.** O TCU goza de prerrogativas de autogoverno e autoadministração, além de autonomia orçamentária, conforme vamos observar adiante.
- C) **ERRADO.** Não existe qualquer subordinação do TCU ao Legislativo.

- D) **CERTO.** O art. 73 da CF prevê que se aplica ao TCU: “no que couber, as atribuições previstas no art. 96”. Tal artigo trata das prerrogativas que asseguram autonomia ao Judiciário. Nessa linha, o STF já afirmou que:

As cortes de contas seguem o exemplo dos tribunais judiciais no que concerne às garantias de independência, sendo também detentoras de **autonomia funcional, administrativa e financeira**, das quais decorre, essencialmente, a **iniciativa reservada** para instaurar processo legislativo que pretenda alterar sua organização e funcionamento, conforme interpretação sistemática dos arts. 73, 75 e 96, II, d, da CF. [ADI 4.418, rel. min. Dias Toffoli, j. 15-12-2016, P, DJE de 3-3-2017.]

Em outros termos, o TCU não faz parte do Judiciário, mas goza de prerrogativas de autonomia semelhantes às aplicáveis aos órgãos jurisdicionais.

- E) **ERRADO.** Conforme vimos acima, as características de autonomia do TCU são semelhantes às do Judiciário, e não do Legislativo.

### Gabarito: D

**22. Dentre as expressivas competências constitucionalmente outorgadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), destaca-se a fiscalização da gestão e a aplicação de recursos públicos federais sob a perspectiva de sua legalidade, legitimidade e economicidade.**

**Considerando-se tais parâmetros de controle, é correto afirmar que:**

- A) cabe ao TCU atuar como instância revisora de decisões administrativas adotadas por órgãos e entidades que lhes sejam jurisdicionados, ainda que tais litígios não atinjam o patrimônio público ou causem prejuízo ao erário;
- B) o TCU exerce pleno controle do poder discricionário da Administração Pública, cabendo-lhe definir a melhor alternativa a ser adotada pelo gestor público nas hipóteses em que estejam presentes duas ou mais alternativas legalmente válidas;
- C) a prerrogativa do TCU para julgamento das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário não se limita aos administradores ou agentes públicos, podendo abranger particulares;
- D) compete ao TCU, na apreciação de denúncias e representações contra irregularidades praticadas pela Administração Pública Federal, proferir provimentos jurisdicionais reclamados por particulares para salvaguarda de seus direitos e interesses subjetivos;

- E) a competência do TCU para processar e julgar tomadas de contas não se restringe aos casos de irregularidades que impliquem dano ao erário, estendendo-se também para a quantificação de prejuízos imateriais decorrentes de danos morais, bem como à retirada de atos normativos e enunciados do mundo jurídico.

## Comentários:

Para responder à questão é necessário um domínio sobre a natureza e competências constitucionais do Tribunal de Contas.

- A) **A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA.** O TCU auxilia o Congresso Nacional na realização de controle externo, e suas funções estão expressamente previstas nos incisos do art. 71 da CF/88. Nesse dispositivo não consta que caberia ao TCU agir como uma instância revisora. Além disso, a partir da leitura do dispositivo constitucional, é evidente que a Corte de Contas fiscaliza o correto emprego dos recursos públicos.
- B) **A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA.** O Tribunal de Contas da União realiza controle de legitimidade, economicidade e de eficiência em relação aos atos praticados pelos entes controlados. Existe uma linha de entendimento que defende o controle de mérito exercido pelo TCU, quando a fiscalização é voltada para a economicidade. No entanto, esse entendimento defende um controle de mérito limitado. Não podendo o TCU exercer o pleno controle do poder discricionário.
- C) **A ALTERNATIVA C ESTÁ CORRETA.** A partir da leitura do texto constitucional, não importa a pessoa, se o ato causou prejuízo ao erário público, caberá ao TCU julgar as contas de quem o praticou (art. 71, II, da CF/88).

Além disso, o parágrafo único do art. 70 da CF/88 determina que qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária deverá prestar contas.

**Art. 70.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

**Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

**Art. 71.** O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

- D) **A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA.** As decisões do TCU possuem a natureza jurídica de atos administrativos e são passíveis de controle jurisdicional. Ainda, a Corte de Contas não salvaguarda os direitos particulares e interesses subjetivos. Na verdade, o TCU tem como objetivo a proteção do patrimônio público.
- E) **A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA.** A Corte de Contas não é uma instância judiciária. Trata-se de um tribunal de índole técnica e política (Info 787), que auxilia o Congresso Nacional no exercício do controle externo. Dessa forma, não é da sua competência quantificar prejuízos imateriais decorrentes de danos morais.

No MS 35.500/DF, ficou entendido que o Tribunal de Contas da União **não pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo com efeitos erga omnes e vinculantes** no âmbito de toda a Administração Pública Federal.

Isso significa que não pode a Corte de Contas retirar atos e enunciados normativos do mundo jurídico.

### Gabarito: C

**23. O Tribunal de Contas da União (TCU), ao apreciar narrativa de irregularidades supostamente ocorridas no âmbito de entidade sujeita à sua jurisdição e às quais teve ciência a partir de denúncia devidamente conhecida por preencher todos os requisitos de admissibilidade, constata a necessidade de instauração de instrumento de fiscalização específico vocacionado à apuração dos fatos denunciados.**

**Em tal situação, considerando o tratamento dispensado pelo Regimento Interno do TCU à matéria, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é o(a):**

- A) monitoramento;
- B) auditoria;
- C) levantamento;
- D) inspeção;
- E) acompanhamento.

## Comentários:

Os **instrumentos de fiscalização** do Tribunal de Contas da União (TCU) – **levantamento, auditoria, inspeção, acompanhamento e monitoramento** – estão definidos nos arts. 238 a 243 do Regimento Interno. Cada um tem finalidade bem delimitada.

Quando o Tribunal **recebe denúncia ou representação admitida** e precisa apurar fatos concretos, o próprio Regimento determina o uso da **inspeção** (art. 240). Assim, a alternativa correta é a **letra (D)** – inspeção. Para facilitar sua revisão, veja a tabela abaixo:

Instrumento	Art. RI/TCU	Finalidade Essencial
Levantamento	238	<b>Conhecer</b> a organização, funcionamento e <b>identificar</b> objetos de futuras fiscalizações.
Auditoria	239	Examinar <b>legalidade, legitimidade</b> e avaliar desempenho ( <b>eficiência, eficácia, economicidade</b> ).
Inspeção	240	Suprir lacunas de informação ou <b>apurar denúncias/representações</b> .
Acompanhamento	241	Examinar atos ou desempenho <b>ao longo de período predeterminado</b> .
Monitoramento	243	Verificar cumprimento e resultados de <b>deliberações do TCU</b> .

Agora, vejamos por que as demais alternativas não atendem à situação proposta.

A) Monitoramento – **INCORRETA**

Porque o **art. 243 do RI/TCU** define monitoramento como o instrumento que “verifica o cumprimento das deliberações do Tribunal e os resultados delas advindos”:

Art. 243. Monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Ele atua depois que o TCU já decidiu algo, acompanhando as providências determinadas. Logo, não se presta a investigar fatos inéditos descritos em uma denúncia.

**B) Auditoria – INCORRETA**

O **art. 239** estabelece que a auditoria é usada para:

- examinar legalidade e legitimidade de atos de gestão;
- avaliar desempenho (eficiência, eficácia, economicidade);
- subsidiar o registro de atos.

Art. 239. Auditoria é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;

II - avaliar o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados;

III - subsidiar a apreciação dos atos sujeitos a registro.

Trata-se de **trabalho previamente planejado, abrangente e de escopo definido em plano anual**, não de medida rápida para esclarecer um fato denunciado.

**Portanto**, embora seja instrumento tradicional, não é o adequado na hipótese.

**C) Levantamento – INCORRETA**

Conforme o **art. 238**, o levantamento destina-se a:

- conhecer organização e funcionamento do órgão;
- identificar objetos de fiscalização;
- avaliar viabilidade de futuras ações.

Art. 238. Levantamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes da União, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;

II - identificar objetos e instrumentos de fiscalização; e

III - avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.

É uma fase **exploratória**, sem caráter inquisitivo.

**Assim**, não satisfaz a necessidade de averiguar irregularidade concreta já narrada.

**D) Inspeção – CORRETA**

O **art. 240** define inspeção como o instrumento para “suprir omissões, esclarecer dúvidas **ou apurar denúncias ou representações**”:

Art. 240. Inspeção é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade de fatos da administração e de atos administrativos praticados por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição.

Trata-se de **fiscalização pontual, rápida e focada nos fatos relatados**, podendo ser determinada pelo plenário, câmara ou relator, inclusive fora do plano anual (art. 244, § 2º):

244, § 2º Os levantamentos e inspeções serão realizados por determinação do Plenário, da câmara, do relator ou, na hipótese do art. 28, inciso XVI, do Presidente, independentemente de programação, observada a disponibilidade dos recursos humanos e materiais necessários.

Além disso, as recentes Resoluções TCU 345/2022 e 373/2024 **não alteraram esse dispositivo**, mantendo a inspeção como resposta típica às denúncias.

**Logo**, é a nossa resposta.

**E) Acompanhamento – INCORRETA**

Pelo **art. 241**, acompanhamento serve para:

- examinar atos de gestão **ao longo de um período predeterminado**;
- avaliar desempenho de programas no mesmo intervalo.

Art. 241. Acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial; e

II - avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

É **contínuo e prospectivo**, não investigativo de fato isolado.

**Portanto**, não se encaixa na necessidade de apuração imediata da denúncia.

### Gabarito: D

**24. No decorrer de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo por escopo a verificação da legalidade, legitimidade e economicidade de contrato de concessão pública em vigor há dois anos, são detectados achados relacionados não só à fase pré-contratual, pertinentes a vícios no procedimento licitatório, mas igualmente à etapa de execução contratual, relacionados à irregular suspensão do pagamento de outorga em decorrência de suposto desequilíbrio econômico e financeiro do contrato em desfavor do concessionário.**

**Diante de tais achados de auditoria, compete ao TCU:**

- A) converter a auditoria em tomada de contas para fins de quantificação do dano ao erário e exercício da competência ressarcitória, não cabendo mais exercer competência corretiva ou sancionatória quanto ao vício na licitação, por se tratar de matéria preclusa;
- B) determinar cautelarmente a sustação da execução contratual até que seja recomposto o pagamento da outorga por parte do concessionário, de forma a minimizar os efeitos financeiros decorrentes da caracterização do dano ao erário;
- C) exercer a competência corretiva no que tange ao vício detectado no procedimento licitatório, promovendo a revogação do certame, seguida da instauração de tomada de contas especial para aplicação de sanção aos responsáveis;

- D) representar simultaneamente ao Congresso Nacional e ao Ministério Público, para fins de compartilhamento das informações e elementos coligidos durante a execução da auditoria, a fim de que tais órgãos possam adotar as medidas sancionatórias e ressarcitórias cabíveis na espécie;
- E) promover a responsabilização, após contraditório e ampla defesa, mediante possível aplicação de multa àqueles que incorreram em ilegalidade no procedimento licitatório, sem prejuízo da conversão da auditoria em tomada de contas para fins de apuração e quantificação do dano ao erário.

## Comentários:

---

A questão nos apresenta um cenário comum na prática do controle externo: uma auditoria do TCU em um contrato de concessão pública já em execução (há dois anos) revela problemas tanto na origem, isto é, fase pré-contratual (vícios na licitação), quanto na execução (suspensão irregular de pagamentos devidos ao Poder Público, gerando possível prejuízo aos cofres públicos).

O ponto central aqui é entender **quais instrumentos e competências o TCU pode utilizar** para lidar com esses dois tipos distintos de achados:

- 1. Ilegalidade no procedimento licitatório:** Mesmo que o contrato já esteja assinado e em execução, a ilegalidade original não "desaparece". O TCU tem o dever de apurar responsabilidades por atos ilegais.
- 2. Dano ao erário durante a execução:** A suspensão indevida de pagamentos (como a outorga, que é uma receita pública) configura um potencial dano financeiro que precisa ser quantificado e ressarcido.

Diante dessas duas frentes, o TCU precisa agir de forma abrangente. A resposta correta é a **alternativa (E)**, pois ela descreve adequadamente a capacidade do TCU de atuar simultaneamente na responsabilização pelos vícios da licitação e na apuração do dano financeiro decorrente da execução contratual.

Agora, vamos analisar cada alternativa em detalhes para consolidar seu aprendizado sobre as competências do TCU!

- A) **A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA**, pois afirma que a apuração do vício na licitação seria matéria preclusa, impedindo a ação corretiva ou sancionatória do TCU nessa frente.

A preclusão é um instituto processual que implica a perda do direito de praticar um ato *dentro de um processo* por não o ter feito no momento oportuno. Ela não se aplica à competência geral de controle do TCU sobre atos administrativos ilegais.

Embora exista o instituto da **prescrição** para a aplicação de sanções (geralmente 5 anos, conforme Lei nº 9.873/99, aplicada subsidiariamente), isso não impede a apuração da ilegalidade em si. Mais importante, a pretensão de **ressarcimento ao erário** decorrente de ato doloso de improbidade administrativa é **imprescritível**, conforme tese firmada pelo STF no julgamento do RE 852.475/SP (Tema 897 de Repercussão Geral).

Portanto, o TCU pode (e deve) apurar tanto a ilegalidade na licitação (para fins sancionatórios, respeitada a prescrição) quanto o dano ao erário (para fins ressarcitórios). A conversão em Tomada de Contas Especial (TCE) é adequada para apurar o dano, mas não impede a ação sobre o vício original.

**B) A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA**, pois sugere que o TCU determinaria cautelarmente a sustação da execução contratual de forma direta e imediata.

A competência para **sustar a execução de um contrato** administrativo considerado irregular não pertence, em regra, diretamente ao TCU. Conforme o artigo 71, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e o artigo 45 da Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992), o procedimento padrão é:

1. O TCU verifica a ilegalidade e assina prazo para que o órgão responsável adote as providências necessárias.
2. Se o ato ilegal for um contrato, e as medidas não forem adotadas, o TCU propõe a sustação ao **Congresso Nacional**.
- 3. Apenas se o Congresso Nacional não se manifestar em 90 dias**, o TCU poderá **decidir a respeito da sustação** do contrato. Medidas cautelares do TCU são mais comuns para impedir atos futuros (como a assinatura de um contrato ou a homologação de uma licitação), e não para paralisar um contrato já em plena execução, salvo na hipótese excepcional de inércia do Legislativo.

CF/88, Art. 71 (...) § 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

Portanto, a determinação direta de sustação da execução contratual pelo TCU, como regra geral, não está prevista na legislação, invalidando a alternativa.

**C) A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA**, pois utiliza o termo "revogação" de forma inadequada e vincula o TCE à sanção da licitação, quando seu foco principal é o dano.

Primeiro, a **revogação** é um ato administrativo discricionário que extingue um ato válido por razões de conveniência e oportunidade. Diante de um **vício de legalidade**, como o detectado na licitação, o ato cabível seria a **anulação**, que é um ato vinculado.

Segundo, embora a TCE possa resultar em sanções, sua finalidade primordial é **apurar fatos, quantificar o dano ao erário e identificar os responsáveis pelo ressarcimento**, conforme o artigo 47 da Lei Orgânica do TCU:

*Art. 47. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a **conversão do processo em tomada de contas especial**, salvo a hipótese prevista no art. 93 desta Lei.*

Parágrafo único. O processo de tomada de contas especial a que se refere este artigo tramitará em separado das respectivas contas anuais.

A responsabilização específica pelo vício na licitação (que pode ou não ter gerado dano direto) pode ocorrer em processo distinto ou no próprio processo de auditoria, culminando em sanções como multa, sem necessariamente depender da instauração de uma TCE focada apenas nisso.

**D) A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA**, pois limita a atuação do TCU a representar outros órgãos, ignorando suas competências constitucionais próprias de sancionar e buscar o ressarcimento.

O TCU possui um rol de competências próprias e significativas, definidas no artigo 71 da Constituição Federal e detalhadas em sua Lei Orgânica. Isso inclui julgar as contas dos administradores, aplicar sanções aos responsáveis por ilegalidades (como multas), determinar a quantificação do dano e imputar débito, cujas decisões têm eficácia de **título executivo extrajudicial**.

Embora a comunicação e colaboração com o Congresso Nacional e o Ministério Público sejam importantes e frequentes (para medidas que extrapolam a competência do TCU, como ações penais ou de improbidade), a atuação do Tribunal não se restringe a isso. Ele deve exercer suas competências sancionatórias e ressarcitórias diretamente.

Desse modo, reduzir o papel do TCU a mera representação a outros órgãos é subestimar suas atribuições constitucionais e legais.

**E) A ALTERNATIVA E ESTÁ CORRETA**, pois descreve com precisão a atuação completa e adequada do TCU diante dos achados da auditoria.

Esta alternativa contempla as duas frentes de irregularidades encontradas:

**1. Vício na licitação:** O TCU pode, sim, apurar a responsabilidade dos agentes que praticaram ilegalidades no procedimento licitatório. Após garantir o **contraditório e a ampla defesa** (princípios constitucionais essenciais), pode aplicar as sanções cabíveis, como a **multa** prevista no artigo 58 da Lei nº 8.443/1992.

**2. Suspensão irregular de pagamento (dano ao erário):** Diante da constatação de possível prejuízo financeiro pela falta de pagamento da outorga, o procedimento adequado é a **conversão da auditoria em Tomada de Contas Especial (TCE)**. A TCE é o instrumento processual específico para **apurar os fatos, quantificar o dano e identificar os responsáveis** que deverão ressarcir os cofres públicos (Art. 47, LOTCU). Essa atuação dupla – sancionatória pela ilegalidade no processo e ressarcitória pelo dano financeiro – está perfeitamente alinhada com as competências do TCU.

Portanto, esta alternativa descreve corretamente o caminho a ser seguido pelo TCU: responsabilizar os culpados pela falha na licitação (com possível multa) e instaurar TCE para buscar o ressarcimento do dano causado durante a execução do contrato.

**Gabarito: E**

**25. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei Federal nº 8.443, de 16 de julho de 1992) prevê a competência da Corte para decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, tratando-se de importante instrumento processual vocacionado ao exercício da função orientadora e pedagógica por parte do TCU.**

**A respeito da apreciação e formulação de respostas a consultas que sejam dirigidas ao TCU, deve-se considerar que:**

- A)** por ser a resposta à consulta prejulgamento de matéria fática, dotada de efeito vinculante e eficácia *erga omnes*, o consulente é obrigado a mencionar o caso concreto que o levou a formulá-la, ainda que também submeta ao TCU, em tese, a dúvida suscitada;
- B)** o TCU pode conhecer de consulta para reanálise de matéria que já tenha sido objeto de consulta anterior, quando considerar que os fundamentos fáticos e jurídicos trazidos são suficientemente densos e relevantes e desde que não haja abuso de direito por parte do consulente;
- C)** as autoridades às quais se reconhece legitimidade para a formulação de consulta ao TCU devem demonstrar, como questão preliminar, a pertinência temática da consulta às respectivas áreas de atribuição das instituições que representam, sob pena de seu indeferimento de plano, com o respectivo arquivamento do processo;
- D)** para que possam ultrapassar o exame de admissibilidade, as consultas devem conter a indicação precisa do seu objeto, ser formuladas de maneira articulada e obrigatoriamente instruídas com parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente;

- E) mesmo diante do não conhecimento de consulta, pode o TCU, por impulso oficial, analisar o caso que lhe foi apresentado, situação em que as conclusões assumidas no processo terão caráter normativo e constituirão prejulgamento da tese e da matéria fática, com efeito vinculante em relação ao processo decisório do órgão demandante.

## Comentários:

A questão aborda **as consultas encaminhadas ao Tribunal de Contas da União (TCU)**, disciplinadas pelos arts. 264 e 265 do Regimento Interno/TCU (Resolução-TCU 155/2002) e pelo art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992. Trata-se de instrumento com caráter **normativo e de orientação**, pois o TCU presta esclarecimentos sobre a interpretação de normas de sua competência, sem adentrar o caso concreto.

A análise das alternativas demonstra que **a letra B está correta**, pois reflete entendimento jurisprudencial do TCU (p. ex., **Acórdão 2313/2021-TCU-Plenário**) de que **é possível reexaminar assunto já apreciado em consulta anterior quando existirem novos elementos densos e relevantes e não se constatar abuso do direito de consultar**.

Agora, vamos verificar ponto a ponto por que a alternativa B prevalece e as demais não se sustentam.

- A) **A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA**, porque confunde a natureza da resposta à consulta.

O § 3º do art. 264 do RITCU deixa claro que a resposta "constitui prejulgamento da *tese*, mas **não** do fato ou caso concreto":

Art. 264. O Plenário decidirá sobre consultas quanto a dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, que lhe forem formuladas pelas seguintes autoridades:

(...)

§ 3º A resposta à consulta a que se refere este artigo tem caráter normativo e constitui prejulgamento da *tese*, mas não do fato ou caso concreto.

Conseqüentemente, **não há obrigação** de expor o caso concreto que motivou a dúvida; o consultante pode formular a questão *em tese*.

- B) **A ALTERNATIVA B ESTÁ CORRETA**, porque reflete a atual jurisprudência do TCU.

Em precedentes como o **Acórdão 2313/2021-TCU-Plenário**, o Tribunal admitiu **reanalisar matéria já apreciada** quando:

1. há **fundamentos fático-jurídicos novos, densos e relevantes**;

**2. não há abuso** do direito de consultar (evitam-se “consultas repetitivas” para reverter entendimento consolidado sem elementos novos).

Conforme se observa do seguinte excerto do voto condutor do Acórdão 2313/2021-TCU-Plenário, *in verbis*:

‘Portanto, desde que não haja abuso de direito por parte do consulente, entendo que este Tribunal deve conhecer da consulta quando reconhecer que os fundamentos fáticos e jurídicos trazidos pelo consulente são suficientemente densos e relevantes para justificar a reanálise de matéria que já tenha sido objeto de consulta anterior’.

Assim, o TCU combina a segurança jurídica (estabilidade dos entendimentos) com a possibilidade de aperfeiçoar sua orientação quando o contexto se modifica.

**C) A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA, pois generaliza o requisito que a lei impõe apenas à parte do rol de autoridades legitimadas.**

O § 2º do art. 264 exige a comprovação de **pertinência temática somente** para as autoridades dos incisos **IV a VII** (presidente de comissão do CN, presidentes de tribunais superiores, ministros de Estado/autoridades equivalentes e comandantes das Forças Armadas).

Art. 264. O Plenário decidirá sobre consultas quanto a dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, que lhe forem formuladas pelas seguintes autoridades:

I - presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal;

II - Procurador-Geral da República;

III - Advogado-Geral da União;

IV - presidente de comissão do Congresso Nacional ou de suas casas;

V - presidentes de tribunais superiores;

VI - ministros de Estado ou autoridades do Poder Executivo federal de nível hierárquico equivalente;

VII - comandantes das Forças Armadas.

§ 1º As consultas devem conter a indicação precisa do seu objeto, ser formuladas articuladamente e instruídas, sempre que possível, com parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente.

§ 2º Cumulativamente com os requisitos do [parágrafo anterior](#), as autoridades referidas nos incisos [IV](#), [V](#), [VI](#) e [VII](#) deverão demonstrar a pertinência temática da consulta às respectivas áreas de atribuição das instituições que representam.

Para as demais autoridades (incisos I, II e III), a lei presume a pertinência.

**D) A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA, porque transforma a faculdade em obrigação.**

O **§ 1º do art. 264**, citado acima, dispõe que a consulta deve ser instruída, **sempre que possível**, com parecer do órgão técnico ou jurídico da autoridade consulente.

A expressão "sempre que possível" torna o parecer **dispensável** quando ausente motivo justificável, não sendo requisito de admissibilidade.

**E) A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA, pois equivoca-se sobre os efeitos do "não conhecimento".**

Se a consulta **não atende aos requisitos** (art. 265), o relator ou o Plenário **não a conhece e arquivava** o processo após comunicar o consulente; não há exame de mérito nem produção de entendimento vinculante:

Art. 265. O relator ou o Tribunal não conhecerá de consulta que não atenda aos requisitos do artigo anterior ou verse apenas sobre caso concreto, devendo o processo ser arquivado após comunicação ao consulente.

Logo, **não existe impulso oficial** capaz de converter consulta inadmissível em pronunciamento normativo; isso atentaria contra o princípio do devido processo.

**Gabarito: B**

**26. A Declaração do México sobre a independência das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) aprovada pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) consagra oito princípios fundamentais, reconhecidos como requisitos essenciais para a realização de auditoria adequada do setor público.**

**O cotejo do mencionado rol de princípios com o arcabouço constitucional de 1988 aplicável aos Tribunais de Contas no Brasil revela:**

- A)** o atendimento parcial ao princípio que preconiza a existência de uma estrutura jurídica adequada e efetiva e de dispositivos de aplicação dessa estrutura na prática, porquanto apenas o Tribunal de Contas da União encontra-se previsto na Constituição da República de 1988, estando os Tribunais subnacionais totalmente sujeitos ao experimentalismo federativo;
- B)** o atendimento parcial ao princípio que preconiza a total discricionariedade no exercício das funções da EFS, especificamente em matéria de execução de suas decisões, porquanto não se reconhece aos Tribunais de Contas no Brasil competência para promover a execução de suas decisões condenatórias de aplicação de multa ou imputação de débito;
- C)** o atendimento pleno ao princípio que preconiza mandato suficientemente amplo e total discricionariedade no exercício das funções da EFS, porquanto o Tribunal de Contas da União detém expressa competência para a declaração de inconstitucionalidade de leis e atos normativos do poder público no exercício de suas atribuições;
- D)** o não atendimento ao princípio que preconiza o acesso irrestrito a informações, porquanto a Constituição da República de 1988 não reconhece aos Tribunais de Contas os poderes próprios de investigação das autoridades judiciais, sendo a legislação infraconstitucional silente quanto aos mecanismos inibidores à obstrução de auditorias;
- E)** o não atendimento ao princípio que preconiza a liberdade de decidir o conteúdo e a tempestividade dos relatórios de auditoria e de publicá-los e divulgá-los, uma vez que a Lei Orgânica do TCU os subordina à autorização e à requisição do Congresso Nacional.

## Comentários:

---

A questão aborda a relação entre os princípios da Declaração do México sobre a independência das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) e o modelo constitucional brasileiro dos Tribunais de Contas, especialmente à luz da Constituição Federal de 1988. Esses princípios, adotados pela INTOSAI, buscam garantir a autonomia e efetividade das instituições de controle externo.

**A ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B**, pois retrata de forma precisa um ponto de limitação na autonomia das EFS brasileiras: os Tribunais de Contas não possuem competência para executar diretamente suas decisões condenatórias.

Vamos agora analisar detalhadamente cada uma das alternativas.

**A) A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA**, pois ignora a aplicação do princípio da **simetria constitucional**.

Embora apenas o Tribunal de Contas da União (TCU) esteja expressamente previsto na Constituição Federal (arts. 70 a 75), o art. 75 da CF/88 determina que **as normas constitucionais aplicáveis ao TCU se aplicam, no que couber, aos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e aos Conselhos de Contas Municipais**:

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

Isso significa que existe uma estrutura jurídica e normativa adequada também para os órgãos subnacionais.

Logo, é equivocado afirmar que os Tribunais subnacionais estão “totalmente sujeitos ao experimentalismo federativo”. Ao contrário, eles são organizados de forma simétrica, respeitando os limites constitucionais.

**B) A ALTERNATIVA B ESTÁ CORRETA**, pois reflete com precisão os limites da competência dos Tribunais de Contas na execução de suas decisões.

Nos termos do **art. 71, § 3º, da CF/88**, as decisões do TCU que resultem em **imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo extrajudicial**. Entretanto, isso não significa que os Tribunais possam promovê-las diretamente:

Art. 71, § 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

**A execução propriamente dita cabe aos órgãos de representação judicial**, como a Advocacia-Geral da União, as Procuradorias Estaduais e Municipais. Essa intermediação compromete, em parte, a autonomia plena da EFS, o que justifica o "atendimento parcial" do princípio:

Agravo regimental em agravo de instrumento.

2. Legitimidade para executar multa imposta pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

3. O artigo 71, § 3º, da Constituição Federal não outorgou ao TCE legitimidade para executar suas decisões das quais resulte imputação de débito ou multa.

4. Competência do titular do crédito constituído a partir da decisão – o ente público prejudicado.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AI 826676 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 08/02/2011, DJe-037 DIVULG 23-02-2011 PUBLIC 24-02-2011 EMENT VOL-02470-04 PP-00625)

Por conseguinte, a implementação deste princípio de total discricionariedade no exercício das funções do Tribunal de Contas se mostra parcial quando se considera a ausência de competência para executar suas decisões. A execução das sanções impostas em suas decisões representa uma limitação à discricionariedade dos Tribunais de Contas, necessitando que a efetividade de suas decisões seja mediada pelo ente público competente, o que resulta em um controle sobre o exercício dessa discricionariedade.

Portanto, essa é a resposta correta.

**C) A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA**, pois o TCU **não possui competência expressa para declarar a inconstitucionalidade de leis**.

A competência para declarar a inconstitucionalidade com efeitos vinculantes (controle abstrato) é exclusiva do Poder Judiciário, conforme o **art. 97 da CF/88**. Além disso, o STF (**MS 35.410, MS 35.490, MS 35.494, MS 35.498, MS 35.500, MS 35.812, MS 35.824, MS 35.836**) reforçou que o **TCU é órgão administrativo, sem função jurisdicional**, não podendo declarar inconstitucionalidade com efeitos *erga omnes*.

Não obstante, no julgamento do **MS 25888**, o STF disse que o Tribunal de Contas pode, excepcionalmente, aplicar a Súmula 347 em casos de:

- a) inconstitucionalidade manifesta; ou
- b) quando existir jurisprudência do STF nesse sentido.

Ainda que se discuta a possibilidade de controle incidental (concreto), essa interpretação é controvertida e, atualmente, majoritariamente rejeitada pelo STF, com aplicação excepcional em determinadas condições.

**D) A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA**, pois ignora que há previsão legal sobre os mecanismos de acesso à informação e punição por obstrução.

De fato, os Tribunais de Contas não têm todos os poderes investigatórios do Poder Judiciário (como quebra de sigilo bancário sem autorização judicial), mas possuem instrumentos legais robustos.

Por exemplo, o **art. 42 da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU)** determina que "nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal". Além disso, o **art. 58, V**, da mesma lei prevê multa para quem obstruir inspeções e auditorias.

Art. 58. O Tribunal poderá aplicar multa de Cr\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em outra moeda que venha a ser adotada como moeda nacional, aos responsáveis por:

V - obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas;

Assim, **há sim respaldo legal** para garantir o acesso irrestrito a informações.

E) **A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA**, porque **não há vinculação dos relatórios do TCU à autorização ou requisição do Congresso Nacional**.

O TCU tem autonomia para decidir sobre o **conteúdo, a periodicidade e a publicação dos relatórios de auditoria**, como previsto em sua Lei Orgânica (Lei 8.443/1992):

*Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, **competete**, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei:*

*II - proceder, **por iniciativa própria** ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas Comissões, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos poderes da União e das demais entidades referidas no inciso anterior;*

Além disso, veja o disposto no art. 97 da mesma lei:

*Art. 97. As publicações editadas pelo Tribunal são as **definidas no Regimento Interno**.*

Portanto, a publicação independe de autorização do Congresso.

**Gabarito: B**

27. A partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) formaliza-se a participação de organizações do terceiro setor na prestação de serviços públicos, o que permite ao Estado flexibilizar a sua contribuição na prestação desses serviços. Nesse sentido, as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) permitem ao Estado atuar indiretamente em áreas como saúde, educação e assistência social, entre outras.

Sobre a participação das Oscips na área da saúde, é correto afirmar que:

- A) o número díspar de contratos firmados e entidades qualificadas como Oscip indica que o modelo de gestão está difundido de forma significativa nas três esferas do governo;
- B) legislações setoriais específicas definiram os modos de organização e participação das Oscips em processos incrementais e sujeitos à dependência de trajetória;
- C) o PDRAE buscava descentralizar a regulação do setor da saúde enquanto centralizava sua execução nas instituições federais;
- D) o marco regulatório do PDRAE tornou de competência exclusiva de agências do Estado a provisão de serviços de saúde, dificultando a participação das Oscips;
- E) o PDRAE tinha por objetivo central desobrigar o Estado do papel regulatório na provisão de serviços de saúde, educação e assistência social, transferindo às Oscips essa função.

## Comentários:

A questão aborda a participação das *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público* (Oscips) na prestação de serviços públicos — especialmente na área da **saúde** — a partir das reformas propostas pelo **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)**, de 1995.

Esse plano teve como principal objetivo redefinir o papel do Estado: **de executor direto para regulador e fomentador** de políticas públicas. Nesse novo arranjo institucional, ampliou-se a participação do **terceiro setor**, por meio de organizações como as **Oscips** (Lei nº 9.790/1999), que passaram a atuar na execução indireta de serviços não exclusivos do Estado, como saúde, educação e assistência social.

A resposta correta é a **letra B**, que reconhece o papel das legislações setoriais específicas na definição da participação das Oscips em políticas públicas, destacando o **caráter incremental e a dependência de trajetória** desses processos.

Vamos agora analisar cuidadosamente cada alternativa.

- A) **A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA**, porque parte de uma constatação empírica que não é sustentada pelo marco legal ou pela realidade da implementação nas três esferas de governo.

Apesar do número de entidades qualificadas como Oscips e contratos firmados indicar um uso significativo do modelo, isso **não implica, por si só, que ele esteja amplamente difundido de forma uniforme** nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Além disso, muitos entes federativos ainda **executam diretamente** boa parte dos serviços de saúde, especialmente no contexto do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, que é altamente descentralizado. Portanto, a afirmativa é **vaga e não fundamentada em dados normativos ou analíticos sólidos**.

**B) A ALTERNATIVA B ESTÁ CORRETA**, porque reconhece que legislações setoriais específicas disciplinaram a atuação das Oscips em um processo marcado por incrementalismo e dependência de trajetória.

A criação das Oscips pela **Lei nº 9.790/1999** foi um dos desdobramentos do PDRAE. Contudo, sua atuação em áreas específicas, como a **saúde**, foi regulamentada por **legislações e políticas setoriais próprias**, que estruturaram o modo como essas entidades passaram a firmar parcerias com o Estado.

Esse processo se deu de forma **incremental** — ou seja, por etapas e ajustes sucessivos — e está sujeito à **dependência de trajetória**, um conceito que explica como as escolhas passadas moldam as opções futuras, especialmente em políticas públicas.

Exemplo: uma vez firmado um modelo de parceria com Oscips em determinado estado ou município, há tendência à sua manutenção e replicação, mesmo diante de alternativas mais recentes.

Conforme destaca o IPEA (2018), a consolidação das Oscips em setores como saúde se deu com base em **regramentos específicos e trajetória institucional**, não apenas na norma geral da Lei nº 9.790/1999.

**C) A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA**, porque apresenta uma inversão conceitual dos objetivos do PDRAE.

O PDRAE **buscava centralizar a função reguladora** do Estado e **descentralizar a execução** dos serviços públicos, inclusive para o **setor público não estatal**, como Oscips e Organizações Sociais.

A lógica da reforma era:

- O Estado regula, planeja e fiscaliza;
- Entidades públicas e privadas (como Oscips) **executam** os serviços.

Portanto, a descentralização não ocorreu no âmbito da regulação, mas sim na **prestação dos serviços** — inclusive com maior protagonismo de entes subnacionais.

**D) A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA**, porque contradiz frontalmente o objetivo do marco regulatório proposto pelo PDRAE.

O PDRAE **não restringiu** a provisão de serviços às agências estatais — ao contrário, propôs a criação de **parcerias com o terceiro setor** como forma de aumentar a eficiência da máquina pública e expandir a capacidade de prestação de serviços.

A Lei nº 9.790/1999, que regulamenta as Oscips, foi justamente criada para **facilitar essa participação**, permitindo que o Estado atuasse **de forma indireta** por meio de Termos de Parceria.

Logo, afirmar que o PDRAE "dificultou a participação das Oscips" representa uma **inversão completa da proposta original** da reforma.

E) **A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA**, porque interpreta equivocadamente a função regulatória do Estado no modelo do PDRAE.

O Estado **não foi desobrigado de regular os serviços públicos** — muito pelo contrário. Um dos eixos centrais do PDRAE foi o **fortalecimento da função reguladora**, especialmente em setores onde a execução passaria a ser descentralizada ou delegada.

As Oscips atuam como **executoras de serviços públicos não exclusivos**, mas **não assumem a função de regulação**, que permanece com o Estado.

Exemplo: uma Oscip pode administrar uma unidade de saúde, mas cabe ao Estado definir metas, indicadores, normas técnicas e fiscalizar a sua atuação.

### Gabarito: B

**28. A Nova Governança Pública (NGP) é um modelo de gestão marcado pela participação e emerge como uma opção aos tradicionais modelos de mercado e de justiça social na prestação do serviço público. Essa nova forma de gestão busca promover a expansão de redes de serviços cujos beneficiários participem da formulação das políticas públicas a eles direcionadas.**

**Sobre a NGP e a participação de redes locais na formulação de serviços, é correto afirmar que:**

- A) é significativamente menos eficiente do que modelos anteriores, dada a morosidade na negociação, formulação e distribuição de serviços;
- B) é igualmente eficiente a modelos anteriores apesar da morosidade na negociação, formulação e distribuição de serviços;
- C) a participação social garante maior adesão e efetividade na implementação do serviço, reduzindo custos para a comunidade e para o Estado;
- D) a participação social não garante maior compreensão de fenômenos sociais, sendo incerta a efetividade das políticas públicas assim desenvolvidas;
- E) a participação social não garante maior adesão e efetividade na implementação do serviço, mesmo que reduza custos para a comunidade e para o Estado.

## Comentários:

---

A questão aborda a Nova Governança Pública (NGP), um modelo de gestão que enfatiza a participação ativa dos cidadãos e a colaboração entre diversos atores na formulação e implementação de políticas públicas. Diferente dos modelos tradicionais, a NGP busca promover a eficiência não apenas por meio de estruturas hierárquicas, mas através de redes colaborativas que envolvem o Estado, a sociedade civil e o setor privado.

A alternativa correta é a **letra C**, que afirma que a participação social garante maior adesão e efetividade na implementação do serviço, reduzindo custos para a comunidade e para o Estado.

Vamos analisar cada alternativa para entender melhor os conceitos envolvidos.

**A) A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA**, pois afirma que a NGP é significativamente menos eficiente que modelos anteriores devido à morosidade nos processos, o que não condiz com os princípios da NGP.

A NGP valoriza a participação e a colaboração, o que pode, de fato, tornar os processos mais deliberativos. No entanto, essa abordagem busca uma eficiência qualitativa, **focada na efetividade e na legitimidade** das políticas públicas, ao invés de uma eficiência meramente quantitativa ou de curto prazo.

A inclusão de diversos atores no processo decisório tende a resultar em soluções mais adequadas às necessidades da população, o que, no longo prazo, pode aumentar a eficiência e reduzir custos decorrentes de políticas mal planejadas.

**B) A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA**, pois sugere que a NGP é igualmente eficiente aos modelos anteriores, apesar da morosidade nos processos, o que simplifica excessivamente a comparação entre modelos distintos.

Comparar diretamente a eficiência da NGP com modelos anteriores é complexo, pois a NGP introduz uma nova lógica de gestão, centrada na participação e na criação de valor público. A eficiência na NGP é medida pela capacidade de atender às necessidades da sociedade de forma eficaz e legítima, o que pode não ser capturado por métricas tradicionais de eficiência administrativa.

**C) A ALTERNATIVA C ESTÁ CORRETA**, pois destaca que a participação social garante maior adesão e efetividade na implementação do serviço, reduzindo custos para a comunidade e para o Estado.

A participação ativa dos cidadãos na formulação e implementação de políticas públicas é um dos pilares da NGP. Essa abordagem promove maior legitimidade das ações governamentais, pois as políticas são construídas com base nas reais necessidades da população. Nesse sentido:

Adicionalmente e pela existência de um compromisso entre as partes, a adesão aos serviços por parte dos seus usuários fica substancialmente facilitada. A decisão emanada e negociada dentro da estrutura normativa faz com que o desenho possa ser, igualmente, idealizado por quem dos serviços irá beneficiar. Esse desenho, que havia sido negociado, irá promover uma mais efetiva implementação do serviço e, concomitantemente, apresentará uma menor resistência por parte dos usuários. Como benfeitoria, o custo para a comunidade diminui ao mesmo tempo que se potencia a construção social. (SILVESTRE, Hugo Consciência. A (nova) governança pública. Brasília: Enap, 2019. 57 p.)

Além disso, a colaboração entre diferentes atores pode levar à otimização de recursos e à redução de custos, ao evitar retrabalhos e ao aumentar a eficiência na prestação dos serviços públicos.

**D) A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA**, pois afirma que a participação social não garante maior compreensão dos fenômenos sociais, tornando incerta a efetividade das políticas públicas, o que contraria os princípios da NGP.

Na realidade, a participação social amplia a compreensão dos fenômenos sociais, pois incorpora diversas perspectivas e conhecimentos locais no processo decisório. Isso enriquece a análise das questões públicas e contribui para a formulação de políticas mais eficazes e adaptadas às realidades específicas das comunidades.

**E) A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA**, pois sugere que a participação social não garante maior adesão e efetividade na implementação do serviço, mesmo que reduza custos, o que vai de encontro aos objetivos da NGP.

A participação social é fundamental para aumentar a adesão da população às políticas públicas, pois promove o sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada. Além disso, a colaboração entre diferentes atores pode levar à identificação de soluções mais criativas e eficazes, contribuindo para a efetividade das políticas e para a otimização dos recursos públicos.

**Gabarito: C**

29. Apesar de efetivamente presente na gestão pública desde o final do século XIX, a cooperação consorciada avança amplamente na Constituição da República de 1988 como mecanismo de flexibilização da participação estatal e fortalecimento das autoridades locais na implementação de políticas públicas. Sem enquadramento jurídico, durante anos a existência dos consórcios no Brasil se deu de maneira informal por meio de afinidades político-partidárias, redes político-ideológicas e pressão de movimentos sociais. Em 2005, os consórcios passam a ser mecanismos formais de gestão.

No contexto brasileiro atual, os consórcios são uma resposta direta:

- A) ao aumento de responsabilidades sem aumento de financiamento advindos da descentralização e beneficiam majoritariamente municípios de pequeno porte;
- B) ao aumento de responsabilidades e à disponibilidade de verbas que afetam principalmente municípios de pequeno porte cuja estrutura de gestão não esteja adequada às exigências da descentralização;
- C) à descentralização e beneficiam igualmente municípios de pequeno e grande porte, facilitando a distribuição de verbas e a construção de uma estrutura de gestão compartilhada;
- D) à diminuição de responsabilidades e financiamento resultantes da descentralização e beneficiam principalmente municípios de pequeno porte;
- E) à diminuição de responsabilidades e financiamento resultantes da descentralização e beneficiam principalmente municípios de grande porte.

## Comentários:

Questão muito difícil, que exige conhecimento interdisciplinar das disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Administração Pública.

Primeiramente, a banca apontou como gabarito desta questão a alternativa A.

Entretanto, elaborei um recurso para meus alunos recorrerem em relação a esta questão.

Felizmente, o **recurso foi acatado pela banca**, que alterou o gabarito da questão para **letra B**, conforme havíamos requerido!

Irei reproduzir, a seguir, o recurso que elaborei para essa questão e que foi acatado pela banca:

De fato, a Constituição Federal de 1988 trouxe maior responsabilidade aos Entes Federativos. Nesse sentido, expõe Goulart: “A ênfase na descentralização do texto constitucional de 1988 é bastante expressiva, traduzindo-se não só por ação legislativa concorrente entre os níveis de governo, como por delegações de competências e atribuições aos estados e municípios.”<sup>1</sup>

Abrucio, Grin e Demarco explicam ainda que *“Desde 1988 há um paradoxo no federalismo brasileiro. Todos os municípios transformaram-se em entes federativos, com status similar aos estados e à União. Essa autonomia, no entanto, foi instituída num cenário em que a imensa maioria das municipalidades não tinha todas as condições para exercer esse novo poder político-administrativo. Além das enormes heterogeneidades que caracterizam o país em relação à geografia, à demografia e à desigualdade econômica e social, o maior desafio federativo está no seguinte fato: a Constituição e as leis subsequentes repassaram autonomia e a responsabilidade pela implementação de boa parte das políticas sociais ao plano local, só que a maioria dos governos municipais tem baixa capacidade administrativa e gerencial para realizar essa tarefa.*

*Nas últimas três décadas, os municípios tornaram-se a unidade federativa central para a qual direciona-se a implementação e a provisão das políticas públicas, sobretudo as de bem-estar como educação, saúde e assistência social. O pressuposto de que a descentralização de políticas viria associada com mais democracia no plano local fundamentou esse novo status federativo municipal. Ademais, **ampliaram-se as fontes próprias de arrecadação tributária em nível local.** As novas atribuições vieram seguidas da **garantia constitucional da autonomia política, administrativa e financeira.** Contudo, uma questão-chave nessa engenharia institucional do federalismo brasileiro reside na baixa capacidade administrativa local. Portanto, um efeito gerado pela descentralização consiste na necessidade de os municípios desenvolverem suas capacidades estatais dado que mais atribuições continuam a ser assumidas localmente”<sup>2</sup> (grifo meu)*

1 Flavio Goulart, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/seguridade-social-descentralizacao-da-saude-pos-constituicao-de-1988>

2 Grin; Abrucio, 2018).” (CAPACIDADES ESTATAIS MUNICIPAIS: O universo desconhecido no federalismo brasileiro. CEGOV. Editora: UFRGS. P. 25. Disponível em: [https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/pub\\_164.pdf](https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/pub_164.pdf)

Diante disso, a “alternativa A” deve ser considerada ERRADA ao afirmar que houve aumento de responsabilidades **SEM aumento de financiamento** advindo da descentralização. Isso posto, a Constituição Federal ampliou as fontes próprias de arrecadação tributária dos municípios. Ou seja, a Constituição Federal de 88 garantiu a autonomia financeira dos Municípios. Portanto, não se pode dizer “SEM aumento”; isso posto, o aumento de financiamento existiu, ainda que insuficiente em alguns casos.

Vale destacar, ademais, que o Fundo de Participação dos Municípios (FMP) “(...) é a segunda maior fonte de receita dos municípios brasileiros e, disparadamente, a primeira fonte para os municípios com população inferior a dez mil habitantes, e este Fundo integra as bases da RLIT e RCL. Como principal componente da RCL dos Municípios de pequeno porte, esta receita influenciou, sobremaneira, a criação de novos e pequenos municípios. A **competência tributária municipal** e a vinculação das gestões locais com os modelos de **transferências de receitas** trouxeram, a partir da Constituição de 1988, um conjunto de políticas públicas condicionantes da capacidade estatal dos municípios previstas no Artigo 30 (...)”<sup>3</sup> (grifo meu).

Portanto, a Constituição Federal de 1988 trouxe, além do aumento de responsabilidades, também o aumento de financiamento para os Municípios.

É verdade que esse aumento de financiamento acabou não sendo suficiente para muitos municípios, especialmente aqueles de pequeno porte.

Nesse passo, a propósito, a alternativa B apresenta essa ideia. Vamos interpretar a alternativa B por partes:

*No contexto brasileiro atual, os consórcios são uma resposta direta **ao aumento de responsabilidades**.* A primeira parte da assertiva está correta (assim como trouxe a primeira parte da letra A).

*No contexto brasileiro atual, os consórcios são uma resposta direta **à disponibilidade de verbas que afetam principalmente municípios de pequeno porte*** cuja estrutura de gestão não esteja adequada às exigências da descentralização. A segunda parte da assertiva também está correta.

Com efeito, os consórcios são uma resposta direta à disponibilidade de verbas (muitas vezes insuficientes) que afetam principalmente municípios de pequeno porte, os quais não possuem uma estrutura de gestão adequada às exigências que decorreram das novas competências que advieram da descentralização.

---

<sup>3</sup> *CAPACIDADES ESTATAIS MUNICIPAIS: O universo desconhecido no federalismo brasileiro.* CEGOV. Editora: UFRGS. p. 129. Disponível em: [https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/pub\\_164.pdf](https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/pub_164.pdf)

Vejam novamente o que nos ensinam Abrucio, Grin e Demarco: “*Nas últimas três décadas, os municípios tornaram-se a unidade federativa central para a qual direciona-se a implementação e a provisão das políticas públicas, sobretudo as de bem-estar como educação, saúde e assistência social. O pressuposto de que a descentralização de políticas viria associada com mais democracia no plano local fundamentou esse novo status federativo municipal. Ademais, ampliaram-se as fontes próprias de arrecadação tributária em nível local. As novas atribuições vieram seguidas da garantia constitucional da autonomia política, administrativa e financeira. Contudo, uma questão-chave nessa engenharia institucional do federalismo brasileiro reside na **baixa capacidade administrativa local**. Portanto, um efeito gerado pela descentralização consiste na **necessidade de os municípios desenvolverem suas capacidades estatais dado que mais atribuições continuam a ser assumidas localmente** (Grin; Abrucio, 2018).”<sup>4</sup> (grifo meu)*

Em outras palavras, está correto afirmar que os consórcios são uma resposta direta ao aumento de responsabilidades, bem como à disponibilidade (insuficiente) de verbas que afetam principalmente municípios de pequeno porte, cuja estrutura de gestão não esteja adequada às exigências da descentralização (ou seja, que possuem baixa capacidade administrativa local).

Diante de todo o exposto, fica claro que a assertiva A não merece ser considerada o gabarito da questão, de tal forma que o gabarito deve ser alterado para letra B.

Esse foi o recurso que elaborei para meus alunos. Felizmente, o **recurso foi acolhido pela banca**, que alterou o gabarito da questão para **letra B**, conforme havíamos requerido!

Como disse, foi uma questão bem difícil, que exigia um conhecimento de diversas disciplinas.

### Gabarito: B

<sup>4</sup> CAPACIDADES ESTATAIS MUNICIPAIS: O universo desconhecido no federalismo brasileiro. CEGOV. Editora: UFRGS. p. 25.

30. A gestão burocrática baseada no marco teórico de Weber caracteriza-se pelo exercício hierárquico da autoridade, com ênfase na aplicação impessoal de regras racionais e formais. Dentre os diversos problemas advindos desse modelo estão a rigidez do comportamento institucional, a adesão literal às regras e o cumprimento acrítico de ordens ignorando a razoabilidade e os possíveis efeitos adversos. Em resposta a esse modelo surge o paradigma pós-burocrático da *New Public Management (NPM)*.

A NPM busca soluções para os problemas da burocracia weberiana, dentre essas soluções estão a quebra da opacidade burocrática por meio da:

- A) centralização decisória de gestão e a substituição progressiva do foco em procedimentos pelo *accountability* de resultados;
- B) descentralização da gestão e o reforço progressivo do foco em procedimentos apoiado no *accountability* de resultados;
- C) delegação de responsabilidades e o aumento da autonomia de alocação de recursos, substituindo o controle *ex post* pelo controle *ex ante*;
- D) reforço de relações contratuais e a substituição do controle *ex ante* pelo controle *ex post* focado no *accountability* de resultados;
- E) descentralização da gestão e a substituição progressiva do foco em procedimentos pelo *accountability* de resultados.

## Comentários:

---

A questão aborda a transição do modelo burocrático weberiano para o paradigma da Nova Gestão Pública (New Public Management - NPM). Para compreendermos adequadamente este tema, precisamos entender as características e limitações do modelo burocrático weberiano e como a NPM surgiu para superar esses problemas. Para isso, vamos, inicialmente, analisar a tabela-resumo comparando os três principais modelos de Administração Pública: Patrimonialista, Burocrático e Gerencial (NPM):

Características	Patrimonialista	Burocrático	Gerencial (NPM)
Período	Até década de 1930	1930-1990	A partir da década de 1990
Base teórica	Dominação tradicional	Max Weber	New Public Management
Foco principal	Interesses do soberano	Processos e regras	Resultados e eficiência
Estrutura	Centralizada no soberano	Hierárquica e formal	Descentralizada
Controle	Inexistente/ personalista	<b>Prévio (<i>ex ante</i>)</b>	<b>Posterior (<i>ex post</i>)</b>
Transparência	Inexistente	Limitada	Accountability
Problemas	Corrupção e nepotismo	Rigidez e ineficiência	Desafios de equidade
Papel do cidadão	Súdito	Administrado	Cliente/usuário
Separação público-privado	Inexistente	Rígida	Parcerias público-privadas
Decisões	Arbitrárias	Baseadas em normas	Orientadas por resultados

O modelo burocrático, teorizado por Max Weber, caracteriza-se pelo exercício hierárquico da autoridade e pela aplicação impessoal de regras formais. Apesar de seus méritos no combate ao patrimonialismo, esse modelo apresenta problemas significativos como rigidez institucional, adesão excessiva às regras e cumprimento acrítico de ordens, independentemente de sua razoabilidade ou consequências.

Em resposta a essas deficiências, surgiu o paradigma da New Public Management, que busca quebrar a opacidade burocrática por meio da descentralização da gestão e da substituição progressiva do foco em procedimentos pelo accountability de resultados, conforme indicado na alternativa (E).

Vejam detalhadamente cada alternativa para compreender por que essa é a resposta correta.

**A) A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA** porque a NPM não promove a centralização, mas sim a descentralização decisória.

O modelo da Nova Gestão Pública (NPM) busca justamente **superar a rigidez hierárquica e centralizada** típica da burocracia weberiana. A centralização decisória mencionada nesta alternativa vai na contramão dos princípios fundamentais da NPM, que defende a delegação de autoridade, a redução de níveis hierárquicos e a concessão de maior autonomia aos gestores públicos. Embora a segunda parte da alternativa esteja correta ao mencionar a substituição do foco em procedimentos pelo accountability de resultados, o erro na primeira parte invalida toda a alternativa.

Portanto, a NPM propõe exatamente o contrário: descentralizar as decisões para aumentar a flexibilidade, a eficiência e a capacidade de resposta da administração pública.

**B) A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA** porque, embora mencione corretamente a descentralização da gestão, propõe erroneamente o reforço do foco em procedimentos.

Um dos principais objetivos da NPM é justamente **superar o excessivo formalismo procedimental** que caracteriza a burocracia weberiana. A burocracia tradicional concentra-se no controle rigoroso dos processos e na adesão estrita às normas, muitas vezes em detrimento da eficiência e dos resultados. A NPM, ao contrário, busca flexibilizar procedimentos e direcionar o foco para os resultados alcançados.

Logo, é contraditório afirmar que a NPM promove o "reforço progressivo do foco em procedimentos", quando na verdade ela propõe uma mudança de paradigma: da ênfase nos meios para a ênfase nos fins.

**C) A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA** pois inverte a lógica dos controles na NPM, que substitui o controle *ex ante* pelo *ex post*, e não o contrário.

A delegação de responsabilidades e o aumento da autonomia na alocação de recursos são, de fato, características da NPM. No entanto, o modelo burocrático tradicional é que se caracteriza pelo controle ***ex ante* (preventivo)**, focado na verificação prévia do cumprimento de procedimentos. A NPM, por sua vez, propõe a substituição desse modelo pelo controle ***ex post* (posterior)**, centrado na avaliação dos resultados alcançados.

Assim, a alternativa inverte a ordem da mudança proposta pela NPM, considerando que o controle prévio (focado em regras e processos) deveria substituir o controle posterior (focado em resultados), quando o correto é justamente o oposto.

**D) A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA** porque, embora mencione corretamente a substituição do controle *ex ante* pelo *ex post*, não aborda a descentralização como elemento central da NPM.

Esta alternativa apresenta alguns elementos corretos da NPM, como o reforço de relações contratuais e a substituição do controle prévio (*ex ante*) pelo controle posterior (*ex post*) focado em resultados. Contudo, ela não contempla um dos princípios mais fundamentais da NPM para quebrar a opacidade burocrática: a **descentralização da gestão**.

A descentralização é um elemento essencial da NPM, pois permite maior flexibilidade, aproximação com o cidadão-usuário e capacidade de adaptação às circunstâncias específicas de cada contexto. Sem este componente, a resposta torna-se incompleta e, portanto, incorreta.

**E) A ALTERNATIVA E ESTÁ CORRETA** pois combina precisamente os dois elementos fundamentais da NPM para quebrar a opacidade **burocrática**: a descentralização da gestão e o foco em resultados.

A NPM propõe uma administração pública **descentralizada**, com delegação de autoridade para níveis hierárquicos inferiores e maior autonomia gerencial. Isso permite decisões mais ágeis e adaptadas às necessidades específicas de cada setor ou realidade local, superando a **rigidez** do modelo burocrático tradicional.

Simultaneamente, a NPM promove a substituição do **foco excessivo em procedimentos** (característico da burocracia weberiana) pela ênfase na **accountability de resultados**. Isso significa que, em vez de controlar minuciosamente cada etapa do processo administrativo, o mais importante é estabelecer metas claras, conceder autonomia aos gestores para alcançá-las e avaliar posteriormente o desempenho com base nos resultados efetivamente obtidos.

Portanto, a descentralização combinada com a orientação para resultados constitui o cerne da estratégia da NPM para superar a opacidade e a rigidez da burocracia tradicional, tornando a alternativa E a única correta.

A resposta encontra respaldo na literatura especializada sobre reforma administrativa, como os trabalhos de Bresser-Pereira no contexto brasileiro do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), e nos estudos internacionais sobre administração pública gerencial desenvolvidos por autores como Christopher Hood e Christopher Pollitt.

**Gabarito: E**

31. Um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, criando o programa orientador de evolução do conhecimento, a ser desenvolvido no âmbito das escolas públicas estaduais, consistente na distribuição de material didático. O projeto veio a ser aprovado pela Casa Legislativa e, ao final, sancionado pelo governador do Estado, daí resultando a promulgação da Lei nº XX.

À luz da sistemática constitucional, a Lei nº XX é formalmente:

- A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria;
- B) inconstitucional, pois o programa gera aumento de despesa, o que atrai a iniciativa privativa do governador do Estado;
- C) constitucional, pois, apesar de a matéria ser de iniciativa privativa do governador do Estado, a sanção supriu o vício;
- D) constitucional, pois, apesar de o programa gerar aumento de despesa, não incursiona na estrutura de órgãos do Poder Executivo;
- E) constitucional, se houve delegação expressa da União, o que decorre da competência desse ente para legislar sobre a matéria.

## Comentários:

Nossa questão aborda a repartição de competências.

Aluno, esta é uma questão que cobra basicamente três aspectos para que se chegue à resposta sem tantos percalços.

O primeiro ponto é definirmos de quem é a competência para legislar sobre educação. A CF/88 nos informa que é competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, senão vejamos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...)

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

No entanto, é claro que o caso narrado pela banca não trata de “diretrizes e bases” da educação nacional.

Adiante, a CF/88 também define como competência concorrente legislar sobre educação:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Agora, sim, nosso enunciado se encaixa. A primeira conclusão é, pois, que a Lei nº XX é constitucional, pois a competência é concorrente entre os entes federativos, o que já elimina A, B e E (esta, letra E, erra, pois, embora diga que é constitucional, na sequência condiciona essa constitucionalidade à delegação da União, o que não pode ser inferido, logo, é o mesmo que dizer que é inconstitucional).

O segundo aspecto é entendermos se haveria vício de iniciativa. Ora, primeiramente, vejamos o que diz o STF no tema 917:

Tema 917 STF – Tese: Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).

A conclusão é que, se incursionasse nos órgãos do Executivo, ou seja, se tratasse de estrutura, atribuição ou regime jurídico de servidores públicos, haveria vício de iniciativa, o que seria inconstitucional. Todavia, como não o faz, a Lei nº XX é constitucional.

Nossa resposta é a letra D, portanto.

**Gabarito: D**

32. Em uma olimpíada universitária, o grupo de estudos XX (GEXX) defende que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, sendo o conflito entre eles resolvido no plano da validade. O grupo de estudos ZZ (GEZZ), por sua vez, sustenta que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida e, por carecerem de integração pela legislação infraconstitucional, não produzem qualquer efeito até que ela venha a ser editada.

Ao analisar os argumentos apresentados, o júri da olimpíada universitária conclui, corretamente, que o GEXX:

- A) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ erra apenas ao defender que os de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, não produzindo efeitos até a regulamentação;
- B) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, carecem de regulamentação e não produzem quaisquer efeitos até a regulamentação;
- C) erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os de segunda dimensão não produzem efeitos até a regulamentação;
- D) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão não produzem efeitos até que sejam regulamentados pela legislação infraconstitucional;
- E) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ está totalmente certo em seus argumentos.

## Comentários:

Quando dois ou mais direitos fundamentais entram em confronto, não ocorre a extinção de um em relação aos demais. A resolução é encontrada na ponderação de valores em um caso concreto. Ocorre uma análise quanto à eficácia da norma em determinada situação, em que uma norma vai prevalecer, mas as demais continuarão válidas. Lembrando que norma válida é aquela aprovada de acordo com os requisitos estabelecidos pela CRFB/88 e pelas normas infraconstitucionais pertinentes.

Dito isso, vamos analisar cada uma das alternativas?

(...)

- A) **LETRA A. CORRETA.** Temos o nosso gabarito! O único erro do grupo XX (GEXX) é dizer que quando há conflito entre direitos de 1ª dimensão, a resolução ocorre no plano da validade. Na verdade, é o plano da

eficácia que importará. Isso porque será no caso concreto a análise a ser feita sobre a ponderação de valores. Não haverá invalidação de um dos direitos, mas sim uma prevalência de um.

Por outro lado, o grupo ZZ (GEZZ) erra ao afirmar que “os direitos de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida”. Pelo contrário, a regra é que esses direitos venham expressos em normas de eficácia limitada. Além disso, também é errado trazer que “não produzem qualquer efeito até que venha a ser editada a norma integradora”. Não existe norma constitucional desprovida de eficácia, todas possuem uma eficácia mínima, ainda que seja com efeito negativo ou vinculativo.

- B) LETRA B. INCORRETA.** O grupo XX (GEXX) erra ao afirmar que quando há conflito entre direitos de 1ª dimensão, a resolução ocorre no plano da validade, pois esse confronto se resolve no plano da eficácia, conforme apresentamos na alternativa anterior.
- C) LETRA C. INCORRETA.** De fato, os direitos de 1ª dimensão, em regra, estão expressos em normas constitucionais de eficácia plena. Não dependem de uma regulamentação para a produção de todos os efeitos e são considerados não restringíveis. O problema da afirmação do grupo XX (GEXX) recai na expressão “plano da validade” (vimos nas letras A e B).

Além disso, os erros do grupo ZZ (GEZZ) são: afirmar que “os direitos de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida”, pois a regra é que esses direitos venham expressos em normas de eficácia limitada; e que a não regulamentação da norma impede a produção de qualquer efeito, pois não existe norma constitucional desprovida de eficácia, todas possuem uma eficácia mínima.

- D) LETRA D. INCORRETA.** Há um erro na afirmação do grupo XX (GEXX), pois os conflitos entre direitos de primeira geração/dimensão são resolvidos no plano da eficácia. No mais, o grupo ZZ (GEZZ) também erra ao afirmar que: “os direitos de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida”.
- E) LETRA E. INCORRETA.** Há erros na afirmação do grupo ZZ (GEZZ). São eles: afirmar que “os direitos de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida”, pois a regra é que esses direitos venham expressos em normas de eficácia limitada; e que a não regulamentação da norma impede a produção de qualquer efeito, pois não existe norma constitucional desprovida de eficácia, todas possuem uma eficácia mínima.

**Gabarito: A**

33. XX, renomado escritor, decidiu elaborar uma ampla pesquisa a respeito da vida pessoal e profissional de conhecido político, o qual, além de estar vivo, concluíra há pouco o seu último mandato eletivo e resolvera se retirar da vida pública. Preocupado com as repercussões do livro que pretendia escrever, solicitou orientação de um advogado a respeito da necessidade, ou não, de obter a autorização do político ou, eventualmente, de seus familiares, caso ele viesse a falecer durante a elaboração da obra.

O advogado respondeu, corretamente, à luz da sistemática constitucional, que:

- A) a autorização não é exigível, caso a publicação venha a ter caráter exclusivamente imparcial, sem críticas à pessoa e à obra do político;
- B) não dependerá de autorização do político ou mesmo de seus familiares, já que a liberdade de informação deve preponderar;
- C) somente dependerá de autorização caso o político esteja vivo quando da publicação, já que a intimidade é um direito personalíssimo;
- D) sempre dependerá de autorização, pois, como o político retirou-se da vida pública, a sua intimidade prepondera sobre o direito à informação;
- E) a autorização será exigida, ou não, conforme as características da obra, devendo ser sopesados os direitos à informação e à honra, observados os circunstancialismos do caso concreto.

## Comentários:

A alternativa B está correta e é o gabarito da questão.

Segundo a CF/88 – Art. 5º, IX, "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

A questão trouxe o conhecimento do candidato sobre a ADI 4.815/DF, que se restringiu à interpretação dos arts. 20 e 21 do Código Civil relativa à divulgação de escritos, à transmissão da palavra, à produção, publicação, exposição ou utilização da imagem de pessoa biografada.

Na decisão, entendeu o STF que a Constituição do Brasil proíbe qualquer censura. O exercício do direito à liberdade de expressão não pode ser cerceado pelo Estado ou por particular, e que autorização prévia para biografia constitui censura prévia particular.

A ação direta foi julgada procedente para dar interpretação conforme à Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística, produção científica, declarar inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes).

### Gabarito: B

**34. O Tribunal de Contas da União instaurou processos administrativos para apurar a licitude da percepção de valores superiores àquele correspondente ao teto remuneratório constitucional pelos dirigentes: (I) da sociedade de economia mista A, que não recebia quaisquer recursos da União; (II) da sociedade de economia mista B, que recebia recursos da União para fazer face às despesas de capital; (III) da empresa pública C, que recebia recursos da União para pagamento das despesas de pessoal; e (IV) da subsidiária integral da empresa pública C, que recebia recursos da União para as despesas de custeio em geral, exceto de pessoal.**

**À luz da sistemática constitucional, estão sujeitos ao teto remuneratório constitucional os dirigentes do(s) ente(s) referido(s) em:**

- A) I, II, III e IV;
- B) somente II, III e IV;
- C) somente III e IV;
- D) somente I e II;
- E) somente I.

### Comentários:

Nossa questão cobra conhecimentos do teto remuneratório constitucional e sua aplicabilidade.

Primeiramente, vejamos o que a CF/88 diz a respeito do assunto:

Art. 37. (...)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (...)

O primeiro ponto, pessoal, é que o art. 37, XI, da CF/88 define que serão submetidos ao limite remuneratório toda a Administração Direta, bem como PARTE da Administração Indireta. Notem que o dispositivo não submete as empresas públicas e as sociedades de economia mista ao teto remuneratório, EM REGRA.

Ocorre que o §9º do mesmo artigo afirma que a regra limitadora se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. Vejamos:

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Conclui-se, assim, que o teto remuneratório será aplicado no caso do item III, empresa pública que recebia recursos da União para pagamento das despesas de pessoal, como ao caso do item IV, subsidiária integral da empresa pública do item III, que recebia recursos da União para as despesas de custeio em geral. Percebam que não é só despesa com pessoal, mas custeio em geral também!

Nossa resposta, então, é a letra C.

**Gabarito: C**

35. Em razão de um acontecimento de grande potencial lesivo para o ambiente coletivo, de origem natural, que comprometeu gravemente a capacidade de resposta dos serviços públicos essenciais, o presidente da República debateu com os seus interlocutores mais próximos a possibilidade de ser decretado estado de calamidade pública de âmbito nacional. Na ocasião, foi afirmado por alguns interlocutores que a decretação (1) é de competência do Congresso Nacional e, especificamente em relação ao atendimento das necessidades decorrentes dos acontecimentos, permitiria (2) a adoção de processo simplificado de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial;(3) o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado; e(4) a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital.

À luz da sistemática constitucional, estão corretas:

- A) apenas a informação 1;
- B) apenas as informações 2 e 3;
- C) apenas as informações 3 e 4;
- D) apenas as informações 1, 2 e 4;
- E) as informações 1, 2, 3 e 4.

### Comentários:

A alternativa D está correta e é o gabarito da questão.

1ª afirmação: é de competência do Congresso Nacional e, especificamente em relação ao atendimento das necessidades decorrentes dos acontecimentos, permitiria.

CF, art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: XVIII - decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição.

2ª afirmação: a adoção de processo simplificado de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial.

CF, art. 167-C. Com o propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública e de seus efeitos sociais e econômicos, no seu período de duração, o Poder Executivo federal pode adotar processos simplificados de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial, e de obras, serviços e compras que assegurem, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes, dispensada a observância do § 1º do art. 169 na contratação de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição, limitada a dispensa às situações de que trata o referido inciso, sem prejuízo do controle dos órgãos competentes.

3ª afirmação: o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado. O aumento de despesa obrigatória de caráter continuado NÃO é permitido durante o decreto do estado de calamidade pública de âmbito nacional.

CF/88 - Art. 167-D. As proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

4ª afirmação: a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital. A realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital é permitida pelo texto constitucional durante a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade pública de âmbito nacional.

Nesse caso, não se aplicam as vedações do art. 167 da Constituição, por força do art. 167-E.

**Gabarito: D**

36. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar dois recursos extraordinários, considerou inconstitucionais alguns artigos das Leis X e Y do Estado Beta. Ao tomar conhecimento do teor dessas decisões, o Senado Federal editou resolução suspendendo a execução da íntegra das referidas leis, entendendo que os preceitos em relação aos quais o Tribunal não se manifestara expressamente padeciam dos mesmos vícios de inconstitucionalidade.

Em relação a essa narrativa, a atuação do Senado Federal:

- A) foi regular, refletindo o correto exercício de sua competência constitucional;
- B) somente pode ser objeto de revisão, pelo próprio Senado Federal, com observância das normas regimentais aplicáveis ao caso;
- C) foi irregular, de modo que o seu ato pode ser objeto de mandado de segurança, a ser processado e julgado perante o Supremo Tribunal Federal;
- D) foi irregular, de modo que o seu ato pode ser submetido ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- E) importou em usurpação da competência da Assembleia Legislativa do Estado Beta, que deveria atuar, no caso concreto, por simetria com o modelo federal.

## Comentários:

Nossa questão aborda controle de constitucionalidade.

Caro aluno, primeiramente, vejamos o que diz a CF/88 acerca da situação trazida no enunciado:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...)

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

O SF poderá suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

Vejam também que o SF o fará por meio de Resolução, que é ato normativo primário, pois se submete diretamente à Constituição.

Notem ainda que a competência para declarar a inconstitucionalidade é do Judiciário!

Com tudo isso em mente e analisando o enunciado, o que se tem é que o SF extrapolou sua competência, que é de apenas suspender a execução da lei nos limites delineados pela decisão do STF em controle difuso de constitucionalidade (Recursos Extraordinários). Ao extrapolar a decisão e suspender a lei inteira, o SF incorreu em irregularidade, invadindo a competência do STF.

Por fim, como se combate tal irregularidade? Simples: como já adiantado, a Resolução é ato normativo primário, logo, está sujeita a controle, tanto difuso quanto concentrado, de constitucionalidade.

Nossa resposta é, portanto, a letra D, que prevê a hipótese válida de controle concentrado via ADI perante o STF contra “ato normativo federal” (Resolução do SF), nos termos do art. 102, I, a, da CF:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (grifo nosso)

### Gabarito: D

**37. No mês de novembro de 2021, Joaquim, servidor público federal, de forma dolosa, em razão de suas funções, utilizou, em obra particular, consistente na reforma de sua cobertura, o trabalho de empregados de sociedade empresária contratada pela União para prestar serviços gerais de faxina no setor em que Joaquim está lotado e exerce a função de supervisor. O fato foi noticiado ao Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face de Joaquim. Em paralelo e sem prejuízo à atuação do MPF, a Administração Pública Federal instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) e, após sua regular tramitação, aplicou a Joaquim a pena disciplinar de demissão, quando a ação de improbidade ainda estava em fase de réplica, sendo certo que o feito judicial até hoje ainda não foi sentenciado.**

**Inconformado com a pena de demissão recebida, Joaquim ajuizou ação judicial pleiteando a anulação de todo o PAD, alegando três motivos: (i) o fato que lhe foi atribuído não é punível com sanção de demissão, pois não houve dano ao erário;**

**(ii) os funcionários terceirizados não são servidores públicos, razão por que não há que se falar em improbidade administrativa; (iii) o PAD deve ser suspenso, por questão prejudicial, no aguardo do trânsito em julgado da ação civil pública ajuizada em seu desfavor.**

Consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário deve julgar o pedido:

- A) improcedente, pois Joaquim praticou ato de improbidade administrativa que enseja a aplicação da sanção disciplinar de demissão pela autoridade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública;
- B) improcedente, pois, em matéria de sanções funcionais, não cabe ao Poder Judiciário analisar a legalidade do PAD, sob pena de se imiscuir no mérito administrativo e violar o princípio da separação dos poderes;
- C) parcialmente procedente, pois, não obstante os fatos apurados não constituírem ato de improbidade administrativa, é necessário se aguardar o trânsito em julgado da ação de improbidade em curso, e o prazo para instauração do novo PAD está interrompido;
- D) parcialmente procedente, a fim de anular somente o último ato administrativo praticado no PAD, qual seja, a aplicação da sanção de demissão, que deve ser substituída pela sanção disciplinar de suspensão por sessenta dias;
- E) parcialmente procedente, a fim de anular somente o último ato administrativo praticado no PAD, qual seja, a aplicação da sanção de demissão, devendo o PAD ser suspenso até o trânsito em julgado da ação de improbidade em curso, para se evitar decisões contraditórias do poder público.

## Comentários:

Há um pequeno erro da banca no enunciado da questão, mas que não gera prejuízo para o julgamento do quesito. A Lei 14.230/2021 dispõe que “a ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e **não constitui ação civil**”. Além disso, o art. 17 dispõe que a ação de improbidade “seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei”.

Assim, não se trata, após a reforma da LIA, de ação civil pública. Há bastante crítica sobre isso na doutrina, mas por ora prevalece o que consta na Lei. Contudo, a FGV, em basicamente todas as suas questões, desconsidera esse fato. Provavelmente, o avaliador considera que, apesar da afirmação do legislador, a ação de improbidade tem natureza de ação civil pública.

Vamos às alternativas:

- A) a Súmula 651 do STJ dispõe que “compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública”. Logo, a aplicação da pena de demissão em processo administrativo disciplinar independe da condenação pelo ato de improbidade, motivo pelo qual a ação será improcedente – **CORRETA**;

- B) a legalidade do PAD não é controle de mérito. Cabe ressaltar ainda a previsão da Súmula 650, que dispõe que “a autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990”. Como o ato de improbidade consta no art. 132, IV, não há discricionariedade na aplicação da pena de demissão – **ERRADA**;
- C) ao utilizar os empregados de sociedade empresária contratada pela União para prestar serviços de interesse privado de Joaquim, ele cometeu ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, nos termos do art. 9º, IV:

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades;

- Ademais, não há necessidade de esperar o trânsito em julgado, em razão da independência das instâncias. Por fim, o prazo do PAD ficaria interrompido com a instauração do procedimento disciplinar, até o prazo de 140 dias ou até a decisão final proferida por autoridade competente, o que vier primeiro (vide Súmula 635 do STJ e art. 142, § 3º da L8112). Logo, não está mais interrompido – **ERRADA**;
- D) o caso enseja a pena de demissão (L8112, art. 132, IV e Súmula 650 do STJ) – **ERRADA**;
- E) não existe a nulidade nem a suspensão do PAD, em razão da independência das instâncias – **ERRADA**.

### Gabarito: A

**38. Após regular processo licitatório, a União celebrou, mediante parceria público-privada (PPP), com a sociedade empresária Alfa contrato administrativo de concessão de serviço público, na modalidade patrocinada, precedida de obra pública. O contrato tem por objeto a manutenção de determinada rodovia federal, havendo, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.**

**De acordo com a legislação de regência, entre as cláusulas do mencionado contrato, deve constar:**

- A) a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- B) a sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria, vedada a repartição objetiva de riscos entre as partes;

- C) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a cinco, nem superior a quinze anos, incluindo eventual prorrogação;
- D) a realização de vistoria dos bens reversíveis, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas, pela mitigação das cláusulas exorbitantes neste tipo de concessão;
- E) a proibição de compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado, em razão do equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

## Comentários:

Nossa questão aborda conhecimentos de Parcerias Público-Privadas, Lei nº 11.079/2004.

Caro aluno, é uma questão de literalidade da lei. A banca quer saber qual alternativa contém cláusulas obrigatórias num contrato da espécie.

Façamos uma leitura rápida do art. 5º da referida norma, aproveitando para fixar todo o conteúdo do dispositivo:

Art. 5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever:

I – o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;

II – as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, e às obrigações assumidas;

III – a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

IV – as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;

V – os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços;

VI – os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;

VII – os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado;

VIII – a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos, observados os limites dos §§ 3º e 5º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que se refere às concessões patrocinadas, o disposto no inciso XV do art. 18 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 ;

IX – o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

X – a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

XI - o cronograma e os marcos para o repasse ao parceiro privado das parcelas do aporte de recursos, na fase de investimentos do projeto e/ou após a disponibilização dos serviços, sempre que verificada a hipótese do § 2º do art. 6º desta Lei. (grifo nosso)

Caro aluno, repare que a única alternativa que reflete fielmente um dos incisos do art. 5º da Lei das PPP é a A, correspondente ao inciso III, supradestacado, logo, é o nosso gabarito.

Destaquemos os erros das demais:

**B) a sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria, vedada a repartição objetiva de riscos entre as partes;** - Trata-se de diretrizes, nos termos do art. 4º, VI e VII:

Art. 4º Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

I – eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

IV – responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

V – transparência dos procedimentos e das decisões;

VI – repartição objetiva de riscos entre as partes;

VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

**C)** o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a cinco, nem superior a quinze anos, incluindo eventual prorrogação; - O certo é 35 anos, conforme art. 5º, I, supra.

**D)** a realização de vistoria dos bens reversíveis, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas, ~~pela mitigação das cláusulas exorbitantes neste tipo de concessão~~; - Cuidado! A última parte desta alternativa é uma tentativa de induzir ao erro, pois “soa bem”, mas é invenção! Vide art. 5º, X, supra.

**E)** ~~a proibição de compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado, em razão do equilíbrio econômico e financeiro do contrato.~~ - A mesma observação feita para a alternativa anterior vale aqui. Vide art. 5º, IX, supra.

### Gabarito: A

**39. No bojo de processo de tomada de contas especial, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou o julgamento técnico das contas do administrador público Antônio e, após o devido processo administrativo legal, concluiu pela ocorrência de irregularidades que causaram danos ao erário da União. Assim, o TCU proferiu acórdão, já transitado em julgado, que imputou débito a Antônio, para fins de ressarcimento ao erário. Diante da inércia da Fazenda Nacional em promover a execução judicial do acórdão do TCU, pelos danos ao erário, o Ministério Público ajuizou a correlata execução fiscal.**

**No caso em tela, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a execução aforada pelo Ministério Público:**

**A)** merece prosperar caso tenha sido ajuizada pelo Ministério Público de Contas junto ao TCU, pois o Ministério Público Federal não detém legitimidade para tal, ressaltando-se que é imprescritível a execução do acórdão do TCU, como título executivo extrajudicial, desde que para fins de ressarcimento ao erário;

- B)** merece prosperar, desde que o Ministério Público, atuante ou não junto ao TCU, comprove de forma inequívoca a ciência e inércia da Fazenda Nacional para promover a execução, sendo certo que a pretensão executiva de ressarcimento ao erário em face do agente público Antônio reconhecida em acórdão do TCU é imprescritível por expresse mandamento constitucional;
- C)** merece prosperar caso tenha sido ajuizada pelo Ministério Público Federal, que detém atribuição para defesa da ordem jurídica e do patrimônio público, não ostentando tal atribuição o Ministério Público de Contas junto ao TCU, pois sua atuação está limitada ao âmbito da Corte de Contas, ressaltando-se que é imprescritível a execução do acórdão do TCU, como título executivo extrajudicial, para fins de ressarcimento ao erário;
- D)** não deve prosperar, diante da ilegitimidade ativa do Ministério Público, atuante ou não junto ao TCU, para promover a execução, pois somente o ente público beneficiário da condenação imposta pelo TCU possui legitimidade para propositura da ação executiva, sendo certo que a pretensão executiva de ressarcimento ao erário em face do agente público Antônio reconhecida em acórdão do TCU prescreve na forma da Lei de Execução Fiscal;
- E)** não deve prosperar, diante da ilegitimidade ativa do Ministério Público, atuante ou não junto ao TCU, para promover a execução, pois somente o ente público beneficiário da condenação imposta pelo TCU possui legitimidade para propositura da ação executiva, sendo certo que devem ser extraídas cópias do processo de execução e remetidas à Procuradoria da Fazenda Nacional, diante da imprescritibilidade da execução do acórdão do TCU.

## Comentários:

Nossa questão aborda o processo de tomada de contas especial no âmbito do TCU.

Caro aluno, o primeiro ponto a se considerar é a legitimidade. É simples: apenas o ente beneficiário é parte legítima para executar o acórdão (título executivo). O MP, mesmo o “de Contas”, não pode fazê-lo. Com isso, eliminadas estão as alternativas A, B e C.

O segundo ponto, necessário para escolher entre D e E, é a questão da prescritebilidade da pretensão executiva no caso.

O STF firmou entendimento de que se aplica a prescrição, senão vejamos trecho do informativo 983/STF:

RE 636.886; RELATOR: MIN. ALEXANDRE DE MORAES. O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 899 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição, nos termos do voto do Relator. Foi fixada a seguinte tese: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas".

O gabarito, portanto, é a letra D, única que aponta a prescritibilidade. As demais, por decorrência lógica e pelo já exposto, estão erradas.

### Gabarito: D

40. Em novembro de 2021, o Ministério do Meio Ambiente realizou licitação para registro de preço para aquisição de quarenta carros. Após a seleção da proposta vencedora e registrada a ata no órgão licitante, o mencionado Ministério foi consultado pela autarquia federal Alfa, que manifestou interesse em contratar o licitante vencedor para a aquisição de dez carros, mediante sua adesão à ata de registro de preços.

#### O caso em tela trata da chamada:

- A) licitação carona, em que é prescindível a anuência do Ministério do Meio Ambiente, e o licitante vencedor da ata de registro de preços está obrigado a celebrar o contrato com a autarquia federal Alfa;
- B) (licitação carona, em que é imprescindível a anuência do Ministério do Meio Ambiente, e o licitante vencedor da ata de registro de preços não está obrigado a celebrar o contrato com a autarquia federal Alfa;
- C) fragmentação de licitação, em que é imprescindível a anuência do Ministério do Meio Ambiente, e o licitante vencedor da ata de registro de preços está obrigado a celebrar o contrato com a autarquia federal Alfa;
- D) fragmentação de licitação, em que é prescindível a anuência do Ministério do Meio Ambiente, e a autarquia federal Alfa deve realizar nova licitação, não podendo contratar licitante para fornecimento do mesmo objeto com valor acima do registrado na ata a que aderiu;
- E) licitação carona, em que é prescindível a anuência do Ministério do Meio Ambiente, e a autarquia federal Alfa deve realizar nova licitação, não podendo contratar licitante para fornecimento do mesmo objeto com valor acima do registrado na ata a que aderiu.

### Comentários:

Inicialmente, anota-se que a quantidade está dentro do limite da carona, uma vez que 10 unidades correspondem a 25% do registrado ao órgão gerenciador e a Nova Lei de Licitações admite a carona até o limite de 50% do registrado (L14133, art. 86, § 4º). Agora, vamos analisar as opções.

- A) **ERRADO.** A expressão licitação carona não é tão usual, mas designa o procedimento de adesão, conhecido popularmente como carona. O órgão não participante (carona) precisa solicitar a anuência do órgão gerenciador e do vencedor da licitação.

**B) CERTO.** O art. 86 da Lei 14.133/2021 dispõe que “se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: [...] III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor”. Portanto, de fato, o vencedor da licitação não é obrigado a fornecer ao não participante. A obrigação é para fornecer ao gerenciador e aos participantes, sendo que o fornecimento aos caronas é facultativo.

**C) e D) ERRADAS.** Não existe essa tal “fragmentação de licitação”.

**E) ERRADA.** A anuência do Ministério do Meio Ambiente (gerenciador) é imprescindível. Ademais, uma vez que a autarquia faça a adesão da ata, não haverá necessidade de promover nova licitação. Além disso, nada impede que a autarquia promova a sua própria licitação, se assim o desejar (ao invés de usar a ata). Vale lembrar que a “a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada” (L14133, art. 83).

### Gabarito: B

**41. As agências reguladoras foram criadas a partir do Programa Nacional de Desestatização, para fiscalizar, regular e normatizar a prestação de serviços públicos transferidos à iniciativa privada, na forma da lei, com intenção de reduzir gastos e buscar maior eficiência na execução de tais atividades.**

**Nesse contexto, no plano federal, imagine-se a hipotética Agência Nacional Alfa, que, por ser uma agência reguladora, de acordo com a legislação de regência, em matéria de organização administrativa, se classifica como:**

- A)** autarquia em regime especial, que é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, sendo certo que seu controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União;
- B)** autarquia em regime especial, que é caracterizada pela existência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória e administrativa, bem como pela vinculação orçamentária e financeira junto à Administração direta, sendo certo que seu controle externo é exercido por meio de supervisão ministerial, com auxílio do Tribunal de Contas da União;

- C) autarquia territorial nacional, que é caracterizada pela existência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória e administrativa, pela vinculação orçamentária e financeira junto à Administração direta, sendo certo que seu controle externo é exercido por meio de supervisão ministerial, com auxílio da Controladoria-Geral da União;
- D) fundação pública de direito privado, que ostenta personalidade jurídica de direito privado e executa atividades regulatórias de interesse social, com tutela e subordinação hierárquica, autonomia funcional, decisória e administrativa, sendo certo que seu controle externo é exercido por meio do Ministério Público Federal, mediante o velamento de fundações;
- E) empresa estatal, que ostenta personalidade jurídica de direito privado e executa atividades regulatórias de interesse social, com ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, possuindo autonomia funcional, decisória e administrativa, sendo certo que seu controle externo é feito diretamente pelos usuários do serviço e pela sociedade civil, mediante o controle social, exercido com auxílio da Defensoria Pública da União.

## Comentários:

---

Nossa questão aborda o regime jurídico das Agências Reguladoras.

Caro aluno, o primeiro ponto a se lembrar é de que as Agências Reguladoras são autarquias em regime especial.

Esse ponto, por si só, já elimina as alternativas C, D e E, pois elas classificam a hipotética Agência Nacional Alfa, uma autarquia em regime especial (agência reguladora), como autarquia territorial, fundação e empresa estatal, respectivamente.

Para escolhermos entre A e B, precisamos relembrar alguns aspectos desse regime jurídico especial das Agências Reguladoras.

Vejamos o que a Lei nº 13.848\19, Lei Geral das Agências Reguladoras, define a esse respeito:

Art. 3º A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação. (destaque nosso)

Caro aluno, perceba que a letra A é a mais completa e reflete fielmente o dispositivo legal regente. O controle externo pelo Congresso Nacional, com o auxílio do TCU, incide sobre a agência reguladora, pois não deixa de ser uma autarquia, parte da Administração Indireta.

A letra B erra em 3 pontos: não inclui a autonomia financeira; afirma que haveria vinculação orçamentária e financeira à Administração Direta; e diz que o controle externo seria feito por meio de supervisão ministerial. Apesar de ter começado bem, terminou muito errada!

**Gabarito: A**

**42. A Siderúrgica S/A foi contratada em 2019 para construir um protótipo de aço para a Automotiva Ltda., que deveria ser entregue até o final daquele ano. Entretanto, a Siderúrgica S/A não conseguiu concluir a construção no prazo, por inadequado planejamento de sua parte. Quando estava prestes a concluí-lo, em março de 2020, adveio determinação do poder público no sentido do fechamento da fábrica e suspensão temporária das suas atividades, com base na calamidade pública decorrente da pandemia, o que inviabilizou definitivamente o cumprimento da obrigação.**

**Essa determinação de suspensão das atividades da fábrica:**

- A) configura força maior e libera a Siderúrgica S/A da responsabilidade pelo inadimplemento;
- B) não isenta a Siderúrgica S/A dos efeitos do inadimplemento, por ter ocorrido quando já estava em mora;
- C) caracteriza fato do príncipe, de modo a suspender a exigibilidade da prestação enquanto persistirem seus efeitos;
- D) pode ser qualificada como impossibilidade superveniente do objeto, extinguindo a relação obrigacional de pleno direito;
- E) é causa de onerosidade excessiva, em razão de sua imprevisibilidade, autorizando a resolução do contrato.

## Comentários:

Nossa questão aborda aspectos relacionados a contratos e obrigações.

O primeiro ponto a se considerar é que a Siderúrgica S/A já estava em mora, em virtude de seu planejamento inadequado, ou seja, ela já havia dado causa ao inadimplemento contratual.

O segundo ponto é que adveio a pandemia e o Poder Público suspendeu as atividades da empresa.

Ora, a contratada seria isenta de responsabilização se já não estivesse em mora quando da ocorrência do fechamento da fábrica ou se provasse isenção de culpa ou que o dano sobreviveria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

Veja-se o art. 393 do Código Civil:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Todavia, conforme considerações supra, o raciocínio aplicável é o que se extrai do art. 399 do Código Civil:

Art. 399. O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

Pelo exposto, o gabarito é a letra B.

Vejam os erros das demais:

**A)** *configura força maior e libera a Siderúrgica S/A da responsabilidade pelo inadimplemento;* - Errada, pois não a isenta, conforme explicação supra.

**C)** *caracteriza fato do príncipe, de modo a suspender a exigibilidade da prestação enquanto persistirem seus efeitos;* - Esta alternativa traz um conceito com certa divergência doutrinária, que é o fato do príncipe. Uma conceituação clássica diz que se trata de ato estatal que reverbera numa relação jurídica, impossibilitando o adimplemento de uma obrigação. Para uns, o fato do príncipe seria ato discricionário, somente, nunca vinculado. Segundo essa corrente, portanto, o caso trazido pela banca não se caracterizaria como fato do príncipe, pois o fechamento foi ato vinculado, em decorrência da pandemia, que realmente melhor se encaixa como caso fortuito ou força maior.

Conforme o CC, caso fortuito e força maior são:

Art. 393. (...) Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

Por fim, cumpre dizer que, para outros doutrinadores, o conceito de fato do príncipe está contido no conceito de força maior.

De todo modo, a melhor resposta é mesmo a letra B, que ataca o cerne da questão, a saber, a mora pré-configurada.

**D)** ~~pode ser qualificada como impossibilidade superveniente do objeto~~, extinguindo a relação obrigacional de pleno direito; - A impossibilidade superveniente impossibilita que a prestação seja cumprida, podendo ocasionar a extinção da relação. Como visto, o cerne da questão é que a responsabilização se mantém em virtude da mora preexistente.

**E)** ~~é causa de onerosidade excessiva~~, em razão de sua imprevisibilidade, autorizando a resolução do contrato. - Não tem relação com onerosidade excessiva, que requereria um reequilíbrio financeiro do contrato.

### Gabarito: B

**43. Adauto instituiu por testamento fundação com fins de promoção de educação de jovens carentes de São Paulo e, para tal, realizou a dotação de bens livres com a parte disponível de sua herança. Quando ele faleceu, o estatuto foi elaborado, aprovado pelo Ministério Público e inscrito no órgão competente. A fundação começou a funcionar, mas agora, depois de um ano de funcionamento, precisará realizar alterações no seu estatuto. A reforma, além de deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação e não contrariar ou desvirtuar o fim da fundação, deve ser:**

- A)** aprovada expressamente pelo órgão do Ministério Público dentro do prazo legal, descabido o suprimimento judicial em caso de denegação ou ausência de manifestação;
- B)** aprovada pelo órgão do Ministério Público, expressa ou tacitamente (pelo decurso dentro do prazo legal sem manifestação), descabido o suprimimento judicial;
- C)** aprovada pelo órgão do Ministério Público e, se ele denegar ou não se manifestar no prazo legal, poderá o juiz supri-la a requerimento do interessado;
- D)** aprovada expressamente pelo órgão do Ministério Público, sendo cabível suprimimento judicial somente no caso de ele não se manifestar no prazo legal;
- E)** aprovada pelo órgão do Ministério Público, expressa ou tacitamente (pelo decurso dentro do prazo legal sem manifestação), sendo cabível suprimimento judicial somente no caso de denegação.

### Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre Das Fundações, à luz do Código Civil de 2002 (CC/2002).

**A ALTERNATIVA C ESTÁ CERTA**, pois a reforma, além de deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação e não contrair ou desvirtuar o fim da fundação, deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, de forma expressa, e, se ele denegar ou não se manifestar no prazo legal, poderá o juiz supri-la a requerimento do interessado, conforme expresso pelo art. 67, inc. III, do CC/2002:

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

[...]

III – seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Consequentemente, estão **INCORRETAS AS ALTERNATIVAS A, B, D e E, CONFORME DESTAQUES A SEGUIR:**

- A) aprovada expressamente pelo órgão do Ministério Público dentro do prazo legal, **descabido** o suprimimento judicial em caso de denegação ou ausência de manifestação;
- B) aprovada pelo órgão do Ministério Público, expressa ou **tacitamente** (pelo decurso dentro do prazo legal sem manifestação), **descabido** o suprimimento judicial;
- D) aprovada expressamente pelo órgão do Ministério Público, sendo cabível suprimimento judicial **somente** no caso de ele não se manifestar no prazo legal;
- E) aprovada pelo órgão do Ministério Público, expressa ou **tacitamente** (pelo decurso dentro do prazo legal sem manifestação), sendo cabível suprimimento judicial **somente** no caso de denegação.

**Gabarito: C**

44. Em razão de duas atividades fiscalizatórias independentes realizadas pelo Tribunal de Contas em relação à atuação de determinado gestor, este acabou por ser sancionado com duas penas de multa, uma para cada infração apurada e constatada pela Corte de Contas. Irresignado, o gestor ajuizou ação de procedimento comum, formulando pedidos de invalidação de ambos os atos sancionatórios, por reputar o primeiro desproporcionalmente gravoso, e o segundo, nulo por não lhe ter sido oportunizado o exercício do direito de defesa. Proferido o juízo positivo de admissibilidade da demanda, e vindo aos autos a contestação, o órgão judicial reconheceu a prescrição em relação ao primeiro pedido, determinando o prosseguimento do feito, rumo à fase da instrução probatória, em relação ao segundo pedido.

No tocante ao provimento jurisdicional que reconheceu a prescrição, é correto afirmar que se trata de:

- A) decisão interlocutória, a qual, preclusas as vias impugnativas, dará azo à formação de coisa julgada formal;
- B) sentença, a qual, preclusas as vias impugnativas, dará azo à formação de coisa julgada formal;

- C) decisão interlocutória, a qual, preclusas as vias impugnativas, dará azo à formação de coisa julgada material;
- D) sentença, a qual, preclusas as vias impugnativas, dará azo à formação de coisa julgada material;
- E) despacho, o qual dará azo à formação de coisa julgada formal.

## Comentários:

Nossa questão cobra provimentos judiciais e seus efeitos.

Caro aluno, o que ocorreu no enunciado foi uma decisão parcial de mérito, pois ela não julgou todos os pedidos, um deles seguiu para a instrução probatória. O instituto é tratado pelo CPC/2015 no art. 356, a saber:

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

I - mostrar-se incontroverso;

II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355 .

Do mesmo dispositivo extrai-se que, como se trata de decisão de mérito, embora seja decisão interlocutória, produz coisa julgada material.

Finalmente, nos termos do §5º do art. 356 do CPC, o recurso cabível contra referida decisão interlocutória é o agravo de instrumento. Veja-se:

§ 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.

Todo o exposto nos conduz à eliminação das alternativas A, B, D e E e à conclusão pelo gabarito na letra C.

Erros das demais:

- A) decisão interlocutória, a qual, preclusas as vias impugnativas, dará azo à formação de coisa julgada ~~formal~~;
- B) ~~sentença~~, a qual, preclusas as vias impugnativas, dará azo à formação de coisa julgada ~~formal~~;
- D) ~~sentença~~, a qual, preclusas as vias impugnativas, dará azo à formação de coisa julgada material;
- E) ~~despacho~~, o qual dará azo à formação de coisa julgada ~~formal~~.

**Gabarito: C**

45. Determinado gestor ajuizou mandado de segurança para ver anulado o ato sancionatório editado em seu desfavor pelo Tribunal de Contas.

Praticados todos os atos do procedimento da ação mandamental, o juiz da causa, entendendo que não assistia ao impetrante o direito afirmado em sua petição inicial, julgou improcedente o seu pedido, em decisão que, à míngua de interposição de recurso, transitou em julgado.

Um mês depois, o mesmo gestor ajuizou ação pelo procedimento comum, na qual, com base nos fatos narrados na inicial do mandado de segurança, formulou o mesmo pedido de anulação do ato da Corte de Contas.

Tendo sido informada, na peça contestatória, a precedente tramitação do mandado de segurança, o juiz da nova causa, após o oferecimento da réplica autoral, deve:

- A) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da falta de interesse de agir;
- B) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da coisa julgada;
- C) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da litispendência;
- D) declarar saneado o feito, determinando o seu prosseguimento, rumo à fase da instrução probatória;
- E) determinar a reunião de ambos os feitos.

## Comentários:

A questão aborda coisa julgada, litispendência e outros institutos processuais.

Caro aluno, primeiramente, é preciso reconhecer que o juiz enfrentou o mérito da questão em sede de mandado de segurança e decidiu que ao autor da demanda não assistia direito.

Isso implica enfrentamento do mérito, que, por sua vez, acarreta, após o decurso do prazo recursal em branco, conforme enunciado, trânsito em julgado e coisa julgada material.

Assim, nos termos do art. 337, §4º, e art. 485, V, do CPC/2015, o juiz da ação subsequente, do procedimento comum, deve julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da existência de coisa julgada. Veja-se:

Art. 337 (...) § 4º Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...)

V - reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada;

Pelo exposto, nosso gabarito é a letra B.

Erros das demais:

**A) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da falta de interesse de agir;**

Não se trata de falta de interesse de agir. Veja-se trecho da lição contida em artigo público do Estratégia Carreira Jurídica<sup>5</sup>:

Para o STJ, o interesse de agir como uma das condições da ação (art. 17 do CPC) surge da necessidade de se obter por meio do processo a proteção ao interesse substancial.

Traduzindo, o STJ entende que haverá interesse processual sempre que a demanda se mostrar ÚTIL e NECESSÁRIA.

A utilidade decorre do entendimento que o processo de fato ajudará a parte a alcançar aquilo que pretende, sendo a via adequada por meio da qual a parte poderá chegar à sua pretensão.

Daniel Amorim Assumpção Neves (citando Cândido Rangel Dinamarco) leciona que o interesse de agir está intimamente associado à utilidade da prestação jurisdicional que se pretende obter com a movimentação da máquina jurisdicional.

Por sua vez, a necessidade do processo será constatada sempre que este for tido como um remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto. Ou seja, sempre que a solução judicial se fizer necessária para a satisfação do direito.

**C) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da litispendência;**

Não é caso de litispendência. Vejamos esse conceito no CPC/2015:

Art. 337 (...)

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. (...)

§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

**D) declarar saneado o feito, determinando o seu prosseguimento, rumo à fase da instrução probatória;**

**ERRADA**, por decorrência lógica da explanação supra.

<sup>5</sup> <https://cj.estrategia.com/portal/resumo-condicoes-acao-cpc/#h-1-interesse-de-agir-interesse-processual>

E) determinar a reunião de ambos os feitos:

**ERRADA**, por decorrência lógica da explanação supra.

### Gabarito: B

46. A tipicidade da lavagem de dinheiro é composta por elementos objetivos e subjetivos. E o elemento subjetivo nuclear do crime em questão, no Brasil, se limita ao dolo. Apenas o comportamento doloso é objeto de repreensão, caracterizado como aquele no qual o agente tem ciência da existência dos elementos típicos e vontade de agir naquele sentido. É comum a referência em documentos internacionais à possibilidade de comprovação do dolo por elementos objetivos. Questão ainda mais complexa é o grau de consciência exigido do agente sobre a procedência dos bens.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) a intencionalidade do agente em se colocar deliberadamente em situação de ignorância não afasta o erro de tipo, impossibilitando o reconhecimento do dolo;
- B) a cegueira deliberada equiparada ao dolo eventual exige que o agente crie consciente e voluntariamente barreiras ao seu conhecimento, com a intenção expressa de deixar de tomar contato com a atividade ilícita, caso ela ocorra;
- C) a cegueira deliberada, no Brasil, não substitui apenas o dolo, mas abarca também a culpa consciente, a depender dos elementos concretos verificados;
- D) a desídia ou a negligência na criação de mecanismos de controle de atos de lavagem de dinheiro é suficiente à caracterização do dolo eventual, não se confundindo com a chamada cegueira imprudente;
- E) o agente deve representar que a criação de barreiras de conhecimento facilitará a prática de atos infracionais com ou sem a sua ciência.

### Comentários:

A Teoria da cegueira deliberada (*willful blindness*) ou doutrina das instruções da avestruz é aplicável quando o agente tem consciência da eventual origem ilícita dos bens mas, mesmo assim, cria mecanismos (de forma deliberada) que impedem o aperfeiçoamento da sua representação acerca dos fatos que o cercam.

Em outras palavras, essa teoria é aplicada quando o indivíduo suspeita que possa vir a praticar determinado crime e, mesmo assim, de forma deliberada, age com indiferença e não procura aperfeiçoar a representação acerca dos fatos. Segundo a doutrina, o resultado dessa conduta é a responsabilidade a título de dolo eventual, visto que tal conduta reflete um grau de indiferença tal como ocorre no dolo eventual.

São três os elementos necessários para equiparar a teoria da cegueira deliberada ao dolo eventual: A criação consciente e voluntária de barreiras ao conhecimento, evitando o contato com a atividade ilícita, caso ela ocorra; O agente deve representar que essa criação de barreiras ao conhecimento facilitará a prática de infrações penais SEM A SUA CIÊNCIA; e a imprescindibilidade de elementos concretos que gerem dúvidas razoáveis na mente do autor sobre a ilicitude do objeto que realizará suas eventuais atividades (Badaró e Bottini).

Diante do exposto, Gabarito "B" - a cegueira deliberada equiparada ao dolo eventual exige que o agente crie consciente e voluntariamente barreiras ao seu conhecimento, com a intenção expressa de deixar de tomar contato com a atividade ilícita, caso ela ocorra.

### **Gabarito: B**

**47. A reparação do dano causado pelo delito é finalidade – ainda que secundária – da tutela penal condenatória. Assim sendo, o sistema processual penal necessita de medidas cautelares que assegurem tal resultado, nas hipóteses em que o tempo necessário para a prolação do provimento condenatório permita que a situação patrimonial do investigado ou do acusado se altere, gerando o risco de que, quando do provimento final, tal finalidade seja frustrada pela demora processual. Ademais, dentre os efeitos civis da condenação penal, aquele que provavelmente terá nas medidas cautelares um meio mais eficaz de sua assecuração será a perda do produto ou proveito do crime. Ainda assim, algumas distinções são necessárias.**

### **Sobre o tema, é correto afirmar que:**

- A)** o lucro ou ganho aparentemente lícito, já reinserido na economia formal, consistirá no proveito do crime antecedente;
- B)** o produto da lavagem será algo obtido a partir do produto do crime antecedente, quando já encerrada a atividade de reciclagem;
- C)** o proveito da lavagem será algo obtido a partir do produto da lavagem, mesmo que ainda não encerrada a atividade de reciclagem;
- D)** o produto do crime antecedente será algo obtido a partir do produto da lavagem, mesmo que ainda não encerrada a atividade de reciclagem;
- E)** tanto o produto quanto o proveito da infração penal antecedente poderão ser objetos do crime de lavagem, uma vez inseridos nas operações de branqueamento.

## Comentários:

O produto do crime antecedente é o resultado do crime antecedente. Por exemplo, o furto (infração penal antecedente) de R\$ 100.000,00. Este dinheiro é o produto do crime antecedente. O proveito do crime antecedente, por outro lado, é o resultado que se obtém a partir do produto. Utilizando-se do mesmo exemplo, é a compra de um veículo com os R\$ 100.000,00 furtados. O veículo será o proveito do crime antecedente.

Tanto o produto quanto o proveito do crime poderão, de fato, ser objetos do crime de lavagem. Vamos continuar no mesmo exemplo. Os R\$ 100.000,00 (produto do crime antecedente) poderão ser diretamente inseridos no sistema financeiro e pulverizados em pequenas quantias, configurando-se o crime de lavagem a partir do produto do crime antecedente. Da mesma forma, o veículo comprado com os R\$ 100.000,00 (proveito do crime antecedente), eventualmente, será submetido a uma série de vendas e compras, fato que também configurará o crime, só que aqui a partir do proveito do crime antecedente.

Produto da lavagem, por sua vez, são os lucros/ganhos aparentemente lícitos que já foram reinseridos na economia formal. É, por exemplo, a realização de um investimento financeiro. Proveito da lavagem, por fim, é algo obtido a partir do produto da lavagem, entretanto quando já encerrada as atividades de reciclagem. É a compra de um imóvel de luxo, por exemplo, com o dinheiro dos investimentos financeiros (produto da lavagem).

### Gabarito: E

**48. Diferentemente de outros tratados multilaterais internacionais relacionados ao crime de corrupção, tais como a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, de 1997 (Convenção da OCDE), e da Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 1996 (Convenção da OEA), a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 2003 (Convenção de Mérida), prevê, pela primeira vez no âmbito do direito internacional, a recuperação total dos ativos relacionados ao crime de corrupção e a adoção de mecanismos de prevenção para fortalecer os Estados para o desenvolvimento de uma cultura anticorrupção. O artigo 51 da Convenção de Mérida consagra a recuperação de ativos como princípio fundamental do texto convencional.**

**Sobre o tema, é correto afirmar que:**

- A) apesar de a Convenção de Mérida dirigir-se especialmente ao combate à corrupção e tratar de cooperação internacional em matéria penal, não acoberta a possibilidade de os Estados realizarem assistência em investigações e procedimentos também no âmbito civil e administrativo;
- B) são inconstitucionais as cláusulas dos tratados e convenções sobre cooperação jurídica internacional que estabelecem formas de cooperação entre autoridades vinculadas ao Poder Executivo, encarregadas da prevenção ou da investigação penal, no exercício das suas funções típicas;

- C) nos termos da legislação brasileira, a prova dos fatos ocorridos no país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, o que disciplina a hipótese do compartilhamento de informações entre as autoridades brasileiras e as estrangeiras;
- D) a Convenção de Palermo, incorporada ao direito positivo brasileiro pelo Decreto Presidencial nº 5.015/2004, assegura expressamente o compartilhamento de dados e informações com vistas a prevenir e combater a corrupção;
- E) o prêmio oferecido ao primeiro colaborador é compensado pelas sanções impostas aos demais infratores, sendo vedada a realização de novos acordos, penais ou não penais, com os demais investigados pelo ato ilícito, sob pena de legitimação ou convalidação indevida de atos ilícitos.

## Comentários:

Caro aluno, a questão cobra conhecimentos do amplo sistema normativo anticorrupção.

A resposta se encontra no artigo 13 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a saber:

Art. 13. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Pelo exposto, o gabarito é a letra C.

Vejamos os erros das demais:

- A) apesar de a Convenção de Mérida dirigir-se especialmente ao combate à corrupção e tratar de cooperação internacional em matéria penal, ~~não aberta~~ a possibilidade de os Estados realizarem assistência em investigações e procedimentos também no âmbito civil e administrativo; - Errada, pois há essa possibilidade no art. 43 da carta:

1. Os Estados Partes cooperarão em assuntos penais conforme o disposto nos Artigos 44 a 50 da presente Convenção. Quando proceda e estiver em consonância com seu ordenamento jurídico interno, os Estados Partes considerarão a possibilidade de prestar-se assistência nas investigações e procedimentos correspondentes a questões civis e administrativas relacionadas com a corrupção.

- B) ~~são inconstitucionais~~ as cláusulas dos tratados e convenções sobre cooperação jurídica internacional que estabelecem formas de cooperação entre autoridades vinculadas ao Poder Executivo, encarregadas da prevenção ou da investigação penal, no exercício das suas funções típicas; - Não existe no ordenamento essa limitação jurídica para referidas cláusulas.

**D)** a Convenção de Palermo, incorporada ao direito positivo brasileiro pelo Decreto Presidencial nº 5.015/2004, assegura expressamente o compartilhamento de dados e informações com vistas a prevenir e combater a corrupção; - O Objetivo da Convenção de Palermo é o combate e a prevenção da criminalidade organizada transnacional. A Convenção de Mérida é que cuida da corrupção.

**E)** o prêmio oferecido ao primeiro colaborador ~~é compensado~~ pelas sanções impostas aos demais infratores, sendo vedada a realização de novos acordos, penais ou não penais, com os demais investigados pelo ato ilícito, sob pena de legitimação ou convalidação indevida de atos ilícitos. - Invenção. Não há previsão de referida compensação.

**Gabarito: C**



**Estratégia**  
Concursos

49. Por meio de inquérito civil promovido pelo Ministério Público Federal, constatou-se que a sociedade empresária Orangeland Indústria e Comércio Ltda. tinha a prática de criar empresas em situação de sobreposição de endereço, como subterfúgio para burlar o fisco e os credores em geral. A inquisição, conforme contrato social acostado, apurou ainda que a sociedade empresária foi constituída em 18/07/2011, pelos sócios Ares (50%) e Hermes (50%), sendo certo que Ares é um dos filhos de conhecido líder de organização criminosa, possuindo intenso envolvimento com as atividades do grupo, além de atuar como pessoa interposta do seu pai, Zeus. Ares figura como sócio de cinco empresas: OrangeCar Veículos e Peças Ltda., Apolo Laranjal S/A, OrangePlastic Indústria e Comércio Ltda., Orangeland Indústria e Comércio Ltda. e OrangePlastic Industrial Ltda. Com relação à interposição de pessoas, ficou apurado que Hermes, genro de Zeus (casado com Ártemis), apesar de constar como sócio formal da Orange Imports e Comércio Ltda., empresa fantasma, ocupa apenas o cargo de diretor da OrangePlastic Indústria e Comércio Ltda., sendo este um dos “laranjas” qualificados do Grupo Orange, sob o comando de Zeus. O contrato social é assinado e testemunhado por Atena, que atuava na área técnica, especialmente contábil, responsável por instrumentalizar formalmente a constituição de diversas empresas fantasmas do grupo, entre elas, a Orangeland Indústria e Comércio Ltda. A materialidade e autoria do crime de falsidade ideológica foram comprovadas mediante sentença do Juízo da 1ª Vara Federal de São Paulo. Em 11/02/2020, enquanto as atividades investigadas seguiam em pleno desenvolvimento, o acervo angariado fundamentou o ajuizamento de Ação Civil Pública em desfavor das pessoas físicas e jurídicas mencionadas, onde a Orangeland Indústria e Comércio Ltda. foi condenada, diante do reconhecimento de que foi única e simplesmente criada para ocultar e branquear seus reais ganhos, sonegando e ludibriando a Receita Federal, o que gerou um prejuízo ao erário na monta de R\$ 527.869.928,06, juntamente com as demais empresas do Grupo Orange. Concluiu-se que a sociedade empresária apenas existiu formalmente para encobrir transações do grupo, configurando-se o cometimento de ato lesivo ao patrimônio público previsto no Art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013 (“dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional”).

Sobre a hipótese e a aplicação da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:

- A) diferentemente do que acontece na improbidade, na Lei Anticorrupção as sanções não são mero corolário da procedência do pedido, onde sua dosimetria compete ao julgador, considerando os elementos que cercam cada caso;
- B) o rol do Art. 173, §5º, da Constituição da República de 1988 é taxativo, vedando a elaboração de leis disciplinando a responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de atos diversos das hipóteses nele veiculadas;

- C) para o ajuizamento da ação seria imprescindível a apuração prévia dos fatos por meio de um procedimento administrativo, o que decorreria de obrigação imposta pela Lei Anticorrupção;
- D) a Lei Anticorrupção tem como objeto a responsabilização subjetiva, administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública;
- E) a procedência do pedido da ação pode levar à dissolução compulsória da pessoa jurídica, desde que evidenciado que a sociedade empresária seja uma empresa *paper company*, usada para dificultar as atividades de investigação e fiscalização tributária.

## Comentários:

---

A questão cobra do candidato conhecimentos da Lei nº 12.846/13.

Leiamos com atenção o art. 5º dessa norma:

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos: (...)

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Segundo o STJ (REsp 1.803.585):

10. Aponta-se nas razões recursais ofensa ao art. 5º, V, da Lei 12.486/2013, sob o argumento de que “a paper company que dificulta atividades de investigação e fiscalização tributária não lesa o patrimônio público” (fls. 473-474, e-STJ). 11. A previsão do art. 5º, V, da Lei 12.486/2013, que caracteriza como ato atentatório contra o patrimônio público nacional a conduta consistente em “dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos”, abrange a constituição das chamadas “empresas de fachada” com o fim de frustrar a fiscalização tributária.

Caro aluno, “paper company” é, pois, a famosa “empresa de fachada”. Nesse caso e justamente por isso, cabe sua dissolução compulsória, senão veja-se:

Art. 19 (...)

§ 1º A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado:

I – ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou

II – ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

Ora, caro aluno, com clareza e por decorrência lógica, a resposta está na letra E.

Analisemos as demais:

- A)** ~~diferentemente~~ do que acontece na improbidade, na Lei Anticorrupção as sanções não são mero corolário da procedência do pedido, onde sua dosimetria compete ao julgador, considerando os elementos que cercam cada caso; - Em ambas as normas, há espaço para dosimetria das sanções, logo, não se diferem nesse ponto.
- B)** o rol do Art. 173, §5º, da Constituição da República de 1988 é ~~taxativo~~, vedando a elaboração de leis disciplinando a responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de atos diversos das hipóteses nele veiculadas; - Segundo o STJ (REsp 1.803.585), o rol do Art. 173, §5º, CF não é taxativo, logo, não existe a vedação mencionada.

- C) para o ajuizamento da ação ~~seria imprescindível~~ a apuração prévia dos fatos por meio de um procedimento administrativo, o que decorreria de obrigação imposta pela Lei Anticorrupção; - Errada. Segundo o STJ (REsp 1.803.585):

“é pacífico na doutrina e na jurisprudência que os procedimentos administrativos prévios (tais como, os inquéritos policial e civil) são dispensáveis para a propositura de ações judiciais, já que possuem um valor probatório relativo”

- D) a Lei Anticorrupção tem como objeto a responsabilização ~~subjetiva~~, administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública; - O correto é responsabilização objetiva, conforme art. 1º da LAC:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

**Gabarito: E**

**50. Sobre o sistema da Lei Anticorrupção, é correto afirmar que:**

- A) na responsabilização pela Lei Anticorrupção, em que vigora o princípio da especialidade legal, têm incidência as disposições dos Arts. 49-A e 50 do Código Civil, que tratam da responsabilidade dos sócios e da desconsideração da personalidade jurídica;
- B) a Lei Anticorrupção prevê a responsabilidade solidária das sociedades consorciadas, bem como daquelas controladoras, controladas ou coligadas, sendo possível marcar todas com a obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado;
- C) sendo despida de natureza penal, a Lei Anticorrupção alcança fatos ocorridos antes da sua vigência, desde que haja concorrência com outros fatos praticados posteriormente a 29/01/2014, conexos ou não;
- D) decorre da Lei Anticorrupção a possibilidade de se exigir programa de integridade das pessoas jurídicas, diante do estabelecimento de um rol taxativo de documentos de comprovação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista;
- E) a Lei nº 12.846/2013 prevê explicitamente acerca do funcionamento e da prática de política de prevenção e do programa de integridade e incentivo à comunicação de irregularidades por parte das sociedades empresárias.

## Comentários:

- A) **ERRADA** - a própria lei já prevê em artigo próprio a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, portanto o artigo 50 do Código Civil não se aplica nesses casos, mas a desconsideração será aplicada pela regra própria prevista nessa lei.

**Art. 14.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

- B) **CORRETA** - A lei estipula que nos grupos sociais caracterizados pelas sociedades consorciadas, bem como daquelas controladoras, controladas ou coligadas, a responsabilidade será solidária e o alcance da sanção é a de aplicação de multa e reparação de danos.

Art. 4º - § 2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

- C) **ERRADA** - Não pode retroagir para aplicar punição.
- D) **ERRADA** - Não há que se estabelecer um rol taxativo para documentação que comprovem programa de integridade.
- E) **ERRADA** - Não há na lei previsão expressa sobre programa de prevenção.

**Gabarito: B**

51. Considere a seguinte sequência de 2001 valores:  $x_1=-1000, x_2=-999, \dots, x_{1001}=0, x_{1002}=1, \dots, x_{2001}=1000$ .

A covariância amostral entre essa sequência e a sequência de seus valores ao quadrado ( $y_i = x_i^2$ ) é:

- A) 1;
- B) 2001;
- C) 1001;
- D) 0;
- E) -1.

### Comentários:

O problema apresentado trata do cálculo da covariância amostral entre uma sequência de 2001 valores  $x_i$  e a sequência de seus quadrados  $y_i = x_i^2$ . A covariância entre duas variáveis  $X$  e  $Y$  é definida por:

$$\text{Cov}(X, Y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})$$

em que  $\bar{x}$  e  $\bar{y}$  representam as médias amostrais de  $x$  e  $y$ , respectivamente.

A sequência fornecida é:

$$x_1=-1000, x_2=-999, \dots, x_{1001}=0, \dots, x_{2001}=1000$$

Observa-se que a sequência é simétrica em torno do número zero. Assim:

- A soma de todos os valores é nula:

$$\sum_{i=1}^{2001} x_i = 0$$

- Consequentemente, a média amostral é:

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^{2001} x_i}{2001} = 0$$

Para a covariância, podemos reescrever a fórmula como: porque, dado que

$\bar{x} = 0$ , os termos que envolvem  $\bar{x}$  e  $\bar{y}$  desaparecem.

$$\text{Substituindo } y_i = x_i^2 \text{ temos: } \text{Cov}(X, Y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i(x_i^2) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i^3$$

Portanto, o problema se resume a calcular a soma dos cubos dos  $x_i$ . Devido à simetria da sequência, para cada termo  $(-k)^3$  há um correspondente  $(k)^3$  com o mesmo valor absoluto e sinais opostos, de modo que:

$$(-k)^3 + (k)^3 = -k^3 + k^3 = 0.$$

Assim, todos os pares se cancelam mutuamente, e como  $x_{1001} = 0$ , seu cubo também é nulo.

$$\text{Logo: } \sum_{i=1}^n x_i^3 = 0.$$

$$\text{Dessa forma, conclui-se que: } \text{Cov}(X, Y) = \frac{0}{2001} = 0.$$

Pelo exposto conclui-se que a covariância amostral entre a sequência  $x_i$  e a sequência  $y_i = x_i^2$  é igual a zero, em razão da simetria da sequência fornecida, que implica a anulação da soma dos cubos dos elementos. Assim, a alternativa correta é a letra D.

**Gabarito: D**

**52. Assuma que processos contra a empresa A podem ter somente dois resultados finais: favorável ou desfavorável. O resultado final de cada processo é independente dos demais e tem a mesma probabilidade de ser favorável. No primeiro ano, de 1.000 processos, 850 foram favoráveis. No segundo ano, de 1.000 processos, 750 foram favoráveis. No terceiro ano, sabemos que haverá 2.000 processos.**

**O intervalo de 95% de confiança para a quantidade de processos favoráveis no terceiro ano é:**

- A)  $(0,2 - 1,64 \times 2/5; 0,2 + 1,64 \times 2/5)$ ;
- B)  $(0,8 - 1,96 \times \sqrt{5}/250; 0,8 + 1,96 \times \sqrt{5}/250)$ ;
- C)  $(0,2 - 1,96 \times \sqrt{5}/250; 0,2 + 1,96 \times \sqrt{5}/250)$ ;
- D)  $(0,8 - 1,64 \times \sqrt{5}/250; 0,8 + 1,64 \times \sqrt{5}/250)$ ;
- E)  $(0,8 - 1,96 \times 2/5; 0,8 + 1,96 \times 2/5)$ .

## Comentários:

A questão solicita o intervalo de confiança de 95% para a **quantidade** de processos desenvolvidos no terceiro ano, considerando que os processos contra a empresa A têm apenas dois resultados possíveis (favorável ou desfavorável), com probabilidade igual e independente entre si. Nos dois primeiros anos, os dados são:

- Primeiro ano : 1.000 processos, 850 favoráveis .
- Segundo ano : 1.000 processos, 750 favoráveis.
- Terceiro ano : 2.000 processos (quantidade de favoráveis a ser estimada).

O intervalo de confiança para a **proporção** de processos desenvolvidos é dado pela fórmula:

$$IC = \hat{p} \pm Z_{\alpha/2} \cdot \sqrt{\frac{\hat{p}(1-\hat{p})}{n}}$$

onde:

- $\hat{p}$ : estimador da proporção de processos desenvolvidos;
- $Z_{\alpha/2}$ : pontuação da distribuição normal padrão para o nível de confiança;
- $n$ : tamanho da amostra.

Inicialmente, calcula-se a proporção (estimada  $\hat{p}$ ), somando os dados dos dois primeiros anos:

$$\hat{p} = \frac{\text{Total de Processos favoráveis}}{\text{Total de Processos}} = \frac{850 + 750}{1000 + 1000} = \frac{1600}{2000} = 0,8$$

Para um nível de confiança de 95% ( $1 - \alpha = 0,95$ ), o valor de  $Z_{\alpha/2}$  é 1,96 (obtido da tabela da distribuição normal padrão). O tamanho da amostra no terceiro ano é =2.000. Substituindo a fórmula do intervalo de confiança para a proporção, temos:

$$IC = 0,8 \pm 1,96 \cdot \sqrt{\frac{0,8 \cdot (1 - 0,8)}{2000}}$$

$$IC = 0,8 \pm 1,96 \cdot \sqrt{\frac{0,8 \cdot 0,2}{2000}}$$

$$IC = 0,8 \pm 1,96 \cdot \frac{0,4}{10\sqrt{20}}$$

$$IC = 0,8 \pm 1,96 \cdot \frac{\sqrt{5}}{250}$$

$$IC = (0,8 - 1,96 \cdot \frac{\sqrt{5}}{250}; 0,8 + 1,96 \cdot \frac{\sqrt{5}}{250})$$

Embora o resultado obtido esteja presente na alternativa “B”, para o intervalo de **proporção**, a questão solicita a **quantidade de processos desenvolvidos**, o que não é diretamente representado por nenhuma alternativa. Portanto, a questão contém um erro de formulação e foi corretamente anulada pela banca.

**Gabarito preliminar: B**

**Gabarito final: Anulada**

53. Assuma que o valor anual gasto para pagamento de pessoal em municípios de uma certa região do Brasil possui distribuição normal com parâmetros desconhecidos. Em uma amostra de 16 municípios, observou-se um gasto médio de R\$ 1.000.000,00 ao ano com desvio padrão amostral igual a R\$ 500.000,00. Gostaríamos de testar se o gasto médio para pagamento de pessoal desses municípios é estatisticamente diferente de R\$ 750.000,00.

O teste a ser usado e o valor da sua estatística de teste são, respectivamente:

- A) teste T e a estatística de teste é igual a 2;
- B) teste Z e a estatística de teste é igual a 1/2;
- C) teste T e a estatística de teste é igual a 1/2;
- D) teste F e a estatística de teste é igual a 1/2;
- E) teste Z e a estatística de teste é igual a 2.

### Comentários:

A questão solicita o teste estatístico adequado e o valor da estatística de teste para verificar se o gasto médio anual com pagamento de pessoal em municípios de uma região do Brasil é estatisticamente diferente de R\$ 750.000,00. Os dados fornecidos são:

- Tamanho da amostra:  $n = 16$  municípios
- Amostra de média:  $\bar{x} = R\$ 1.000.000,00$
- Desvio-padrão amostral:  $s = R\$ 500.000,00$
- Hipótese a ser testada: gasto médio ( $\mu$ ) diferente de R\$750.000,00.

Para testar se a média populacional ( $\mu$ ) é diferente de um valor específico ( $\mu_0 = R\$ 750.000,00$ ), utiliza-se um teste de hipóteses para a média. Dado que o tamanho da amostra é pequeno ( $n < 30$ ), e a variância populacional seja desconhecida, utiliza-se o **teste T**, que é dado pela seguinte fórmula:

$$t = \frac{\bar{x} - \mu_0}{s/\sqrt{n}}$$

Onde:

$\bar{x} = R\$ 1.000.000,00$  (média amostral);

$\mu_0 =$  (média sob a hipótese nula);

$s = R\$ 500.000,00$  (desvio-padrão amostral);

$n = 16$  (tamanho da amostra).

Substituindo os valores:

$$t = \frac{1.00.000 - 750.000}{500.000/\sqrt{16}}$$

$$t = \frac{250.000}{500.000/4}$$

$$t = \frac{250.000}{125.000}$$

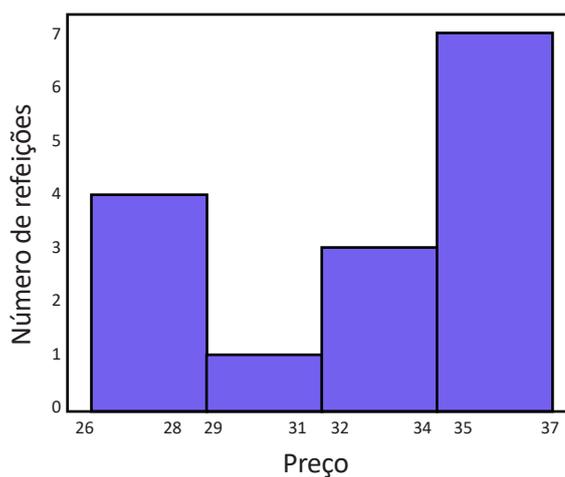
$$t = 2$$

Mediante as informações apresentadas, conclui-se que o teste de segurança usado foi o teste “T”, devido à variação populacional desconhecida e ao tamanho amostral pequeno ( $n = 16$ ). A estatística de teste, calculada com base nos dados fornecidos, é  $t = 2$ . Portanto, a alternativa correta é a “A”.

**Gabarito: A**

54. O histograma a seguir mostra a quantidade de refeições para cada faixa de preço, em uma determinada área do Rio de Janeiro.

Histograma dos preços de refeições no Rio de Janeiro



O conjunto de dados consistente com o histograma é:

- A) 25, 27, 27, 28, 29, 34, 34, 34, 35, 35, 35, 35, 36, 36, 37;
- B) 26, 27, 27, 28, 29, 34, 34, 34, 35, 35, 36, 36, 37;
- C) 26, 27, 27, 28, 29, 34, 34, 34, 35, 35, 35, 35, 36, 36, 39;
- D) 26, 27, 27, 28, 29, 34, 34, 34, 35, 35, 35, 35, 36, 36, 37;
- E) 26, 27, 27, 28, 29, 31, 34, 34, 34, 35, 35, 35, 36, 36, 37.

### Comentários:

Calculando a amplitude de cada classe:

$$\frac{37 - 26}{4} = 2,75$$

De posse dessa informação, podemos formar as classes do histograma:

26 + 28,75
28,75 + 31,5
31,5 + 34,25
34,25 + 37

Agora, podemos acrescentar as frequências de cada classe:

Classes	Frequências
26 + 28,75	4
28,75 + 31,5	1
31,5 + 34,25	3
34,25 + 37	7

Analisando as alternativas, concluímos que a letra D está correta.

**Gabarito: D**

55. A média e a variância de uma distribuição binomial são, respectivamente, 20 e 4.

O número de ensaios ( $n$ ) dessa distribuição é:

- A) 20;
- B) 22;
- C) 25;
- D) 50;
- E) 100.

### Comentários:

Seja  $X$  uma variável aleatória que segue uma distribuição binomial com  $n$  ensaios independentes e probabilidade de sucesso  $p$ . A média e a variação de  $X$  são dadas pelas fórmulas:

$$E[X] = n \cdot p$$

$$\text{Var}[X] = n \cdot p \cdot (1 - p)$$

De acordo com o enunciado, temos:

$$E[X] = n \cdot p = 20 \quad (1)$$

$$\text{Var}[X] = n \cdot p \cdot (1 - p) = 4 \quad (2)$$

Substituindo  $n \cdot p = 20$  da equação (1) na equação (2), obtemos:

$$20 \cdot (1 - p) = 4$$

Resolvendo para  $1 - p$

$$1 - p = \frac{4}{20} = \frac{1}{5}$$

$$p = 1 - \frac{1}{5} = \frac{4}{5}$$

Agora, utilizando  $p = \frac{4}{5}$  na equação (1):

$$n \cdot \frac{4}{5} = 20$$

$$n = 20 \cdot \frac{5}{4} = 25$$

Portanto, o número de ensaios é  $n=25$ , o que faz da alternativa correta a letra "C".

**Gabarito: C**

56. Numa empresa com 100 funcionários, todos foram perguntados a respeito de suas preferências sobre trabalho remoto ou presencial. Dos funcionários de 18 a 39 anos, 40% preferem trabalho presencial. Dos funcionários acima de 40 anos, 40% mostraram preferência pelo remoto. Dos 100 funcionários, 50 têm mais de 40 anos. O presidente da empresa está interessado em saber se a preferência por trabalho remoto é independente da categoria de idade (18 a 39 e acima de 40 anos).

O teste a ser usado pelo presidente e o valor da estatística de teste são, respectivamente:

- A) teste T e o valor da estatística é 4;
- B) teste T e o valor da estatística é 0;
- C) teste chi-quadrado e o valor da estatística é 4/5;
- D) teste chi-quadrado e o valor da estatística é 4;
- E) teste chi-quadrado e o valor da estatística é 0.

### Comentários:

O problema em análise envolve a verificação da independência entre duas variáveis categóricas: faixa etária e preferência por modelo de trabalho (remoto ou presencial). A hipótese do presidente da empresa é que a preferência pelo tipo de trabalho não depende da idade dos funcionários. Para testar essa hipótese, deve-se aplicar o teste de independência do qui-quadrado, adequado para variáveis qualitativas.

A empresa possui 100 funcionários, sendo 50 com idade entre 18 e 39 anos e 50 com mais de 40 anos. As informações coletadas sobre as preferências são:

Entre os funcionários de 18 a 39 anos, 40% (20 pessoas) preferem o trabalho presencial.

Entre os funcionários com mais de 40 anos, 40% (20 pessoas) preferem o trabalho remoto.

Com esses dados, podemos construir a seguinte tabela de frequências observadas:

Faixa Etária	Presencial	Remoto	Total
18 a 39 anos	20	30	50
Acima de 40 anos	30	20	50
Total	50	50	100

Agora, calculamos a tabela de frequências esperadas sob a hipótese de independência. Para cada célula, o valor esperado é dado por:

$$E_{ij} = \frac{(\text{total da linha}) \times (\text{total da coluna})}{\text{total geral}} = \frac{50 \cdot 50}{100} = 25$$

Tabela de frequências esperadas:

Faixa Etária	Presencial	Remoto	Total
18 a 39 anos	25	25	50
Acima de 40 anos	25	25	50
Total	50	50	100

A estatística de teste do qui-quadrado é definida por:

$$\chi^2 = \sum \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

Substituindo os valores observados ( $O_i$ ) e esperados ( $E_i = 25$ ):

$$\chi^2 = \frac{(20-25)^2}{25} + \frac{(30-25)^2}{25} + \frac{(30-25)^2}{25} + \frac{(20-25)^2}{25} = \frac{25}{25} + \frac{25}{25} + \frac{25}{25} + \frac{25}{25} = 4$$

Pelo exposto, o teste apropriado para verificar a independência entre preferência por trabalho remoto e faixa etária é o teste qui-quadrado de independência. A estatística calculada é igual a 4. Assim, a alternativa correta é a letra D.

**Gabarito: D**

57. A demanda de um certo serviço público no mês  $t$  é modelada pela equação  $20 + 3t + 2D(t) + \varepsilon_t$ , onde  $D(t) = 1$ , se  $t = 6$ , e  $0$ , caso contrário, e  $\varepsilon_t$  é um ruído com média zero e variância 4.

As previsões de demanda nos meses 6 e 12 são, respectivamente:

- A) 40 e 56;
- B) 40 e 58;
- C) 42 e 58;
- D) 44 e 60;
- E) 56 e 40.

## Comentários:

O enunciado apresenta uma expressão que modela a demanda  $D_t$  de um serviço público ao longo do tempo  $t$ , dada por:

$$D_t = 20 + 3t + 2D(t) + \varepsilon_t$$

em que:

- $D_t = 1$  se  $t = 6$ , e  $D(t) = 0$  caso contrário
- $\varepsilon_t$  é um termo de erro aleatório com média zero e variância igual a 4.

O objetivo é calcular a previsão da demanda nos meses 6 e 12, utilizando o valor esperado da expressão.

A previsão estatística de uma variável aleatória baseia-se em seu valor esperado. Assim, aplicamos a propriedade:

$$E[a+bX] = a + b [EX]$$

Sabendo que  $E[\varepsilon_t] = 0$

**Mês 6:**

Como  $t = 6$ , temos  $(D)6 = 1$ . Substituindo na expressão

$$D6 = 20 + 3(6) + 2(1) + \varepsilon_6 = 40 + \varepsilon_6$$

O valor esperado da demanda será:

$$E[D_6] = E[40 + \varepsilon_6] = 40 + E[\varepsilon_6] = 40 + 0 = 40$$

**Mês 12:**

Como  $t = 12$ , temos  $(D)12 = 0$ . Substituindo na expressão

$$D12 = 20 + 3(12) + 2(0) + \varepsilon_{12} = 56 + \varepsilon_{12}$$

O valor esperado da demanda será:

$$E[D_{12}] = E[56 + \varepsilon_{12}] = 56 + E[\varepsilon_{12}] = 56 + 0 = 56$$

Com base nos cálculos apresentados, as previsões de demanda para os meses 6 e 12 são, respectivamente, 40 e 56. Portanto, a alternativa correta é: letra A (40; 56).

**Gabarito: A**

**ATENÇÃO!**

Nas próximas três questões, considere as tabelas de banco de dados T, TX e DUAL, exibidas com suas respectivas instâncias a seguir.

T

sequência	característica
1	23987
2	9845
3	NULL
4	40983
6	48750
7	NULL
8	NULL
10	48750
12	48750

TX

sequência	característica
2	9845
3	998034
4	50932
5	24390
6	48750
6	50296
7	NULL
8	998746
9	32746
9	NULL
9	22798

DUAL

X
NULL

Nas colunas das três tabelas, o tipo é o de número inteiro. Em todos os comandos SQL, considera-se o NULL como um valor desconhecido (*unknown*).

58. Considere que é preciso atualizar os dados da tabela T a partir dos dados da tabela TX, ambas definidas anteriormente. A consolidação é feita por meio da alteração na tabela T a partir de registros de TX. O comando SQL utilizado nessa atualização é exibido a seguir.

```
update T
set caracteristica =
(select max(caracteristica) x from TX tx
 where tx.sequencia = t.sequencia
 and not (tx.caracteristica is null))
where
( exists
(select * from TX tx
 where tx.sequencia = t.sequencia
 and not (tx.caracteristica is null))
 and
 ( t.caracteristica is null
 or
 t.caracteristica <
 (select max(caracteristica) x
 from TX tx
 where tx.sequencia = t.sequencia
 and not (tx.caracteristica is null))
 )
 )
```

O número de registros da tabela T afetados pela execução do comando SQL acima é:

- A) zero;
- B) três;
- C) quatro;
- D) seis;
- E) nove.

## Comentários:

---

O comando **UPDATE T SET ... WHERE ...** tem como objetivo modificar registros na tabela **T**. A atualização só ocorrerá nos registros que satisfizerem a condição da cláusula **WHERE**. Para esses registros, a coluna '**caracteristica**' será alterada para o valor definido na cláusula **SET**.

```
set caracteristica =  
(select max(caracteristica) x from TX tx  
where tx.sequencia = t.sequencia  
and not (tx.caracteristica is null))
```

Analisando a cláusula **SET**: Se um registro em **T** for atualizado, sua '**caracteristica**' será definida como o valor máximo não nulo de '**caracteristica**' encontrado em **TX** para a mesma '**sequencia**'.

A cláusula **WHERE** determina quais registros em **T** serão atualizados. Ela possui duas condições principais unidas por **AND**. Ambas devem ser verdadeiras para que a atualização ocorra.

```
where  
( exists  
(select * from TX tx  
where tx.sequencia = t.sequencia  
and not (tx.caracteristica is null))  
and  
( t.caracteristica is null  
or  
t.caracteristica <  
(select max(caracteristica) x  
from TX tx  
where tx.sequencia = t.sequencia  
and not (tx.caracteristica is null))  
)  
)
```

Um registro em **T** será atualizado se:

1. Existir pelo menos um registro em **TX** com a mesma '**sequencia**' e '**caracteristica**' não nula.
2. E, além disso, a '**caracteristica**' atual em **T** for **NULL** OU for menor que o valor máximo não nulo da '**caracteristica**' correspondente em **TX**.

Diante disso, vamos analisar as tabelas:

1º Temos que pegar as '**sequencias**' que existem em **TX** e que também aparecem em **T**. Além disso, deve ter '**caracteristica**' não nula:

sequência	característica
2	9845
3	998034
4	50932
6	48750
6	50296
8	998746

2º Agora precisamos verificar o **MAX(característica)** para cada 'sequencia' que aparece em **T** e **TX** e analisar se alguma delas será atualizada:

sequência	T.característica	MAX EM TX	Atualiza? (MOTIVO)
2	9845	9845	<b>Não</b> (pois é igual)
3	NULL	998034	<b>Sim</b> (T. característica é nulo)
4	40983	50932	<b>Sim</b> (T. característica < TX. característica)
6	48750	50296	<b>Sim</b> (T. característica < TX. característica)
8	NULL	998746	<b>Sim</b> (T. característica é nulo)

Portanto, **4 registros** da tabela **T** serão atualizados.

**Gabarito: C.**

59. Supondo que a coluna *sequencia* da tabela T, anteriormente definida, deveria conter números inteiros em sequência contínua, seria preciso descobrir os intervalos de valores faltantes. Um valor é considerado faltante quando a) é um número inteiro  $n$  entre o menor e o maior valor da tabela, tal que  $n$  não esteja presente na tabela, ou b) é um número presente na tabela T, com valor nulo na coluna *caracteristica*.

início	fim	faltantes
3	3	1
5	5	1
7	9	3
11	11	1

O comando SQL que produz o resultado acima, a partir da instância inicialmente definida para a tabela T, é:

- A) `select t1.sequencia 'inicio', t2.sequencia 'fim',  
t2.sequencia - t1.sequencia - 1 faltantes from T t1, T t2  
where t1.sequencia < t2.sequencia  
and t1.sequencia <> t2.sequencia - 1  
and not exists  
(select * from T t3  
where t3.sequencia > t1.sequencia and t3.sequencia < t2.sequencia)`
- B) `select t1.sequencia + 1 'inicio',  
t2.sequencia - 1 'fim',  
t2.sequencia - t1.sequencia - 1 faltantes from T t1, T t2  
where t1.sequencia < t2.sequencia and t1.sequencia <> t2.sequencia - 1 and t1.caracteristica is not null  
and t2.caracteristica is not null and (not exists  
(select * from T t3  
where t3.sequencia > t1.sequencia and t3.sequencia < t2.sequencia and t3.caracteristica is not null))`

- C) `select t1.sequencia +1 'inicio',  
t2.sequencia -1 'fim',  
t2.sequencia - t1.sequencia -1 faltantes from T t1, T t2  
where t1.sequencia <> t2.sequencia -1 and t1.caracteristica is not null and t2.caracteristica is not null and  
(not exists  
(select * from T t3  
where t3.sequencia > t1.sequencia and t3.sequencia < t2.sequencia and t3.caracteristica is not null)  
or exists  
(select * from T t3  
where t3.sequencia > t1.sequencia  
and t3.sequencia < t2.sequencia  
and t3.caracteristica is null))`
- D) `select t1.sequencia +1 'inicio',  
t2.sequencia -1 'fim',  
t2.sequencia - t1.sequencia -1 faltantes from T t1, T t2  
where t1.sequencia < t2.sequencia and t1.sequencia <> t2.sequencia -1 and t1.caracteristica is not null  
and t2.caracteristica is not null and exists  
(select * from T t3  
where t3.sequencia > t1.sequencia and t3.sequencia < t2.sequencia)`
- E) (E) `select t1.sequencia +1 'inicio',  
t2.sequencia -1 'fim',  
t2.sequencia - t1.sequencia -1 faltantes from T t1, T t2  
where t1.sequencia < t2.sequencia and t1.sequencia <> t2.sequencia -1 and t1.caracteristica is not null  
and t2.caracteristica is not null and not exists  
(select * from T t3  
where t3.sequencia > t1.sequencia and t3.sequencia < t2.sequencia)`

## Comentários:

---

Queremos encontrar intervalos faltantes na coluna '**sequencia**' da tabela **T**. Um valor é considerado faltante se:

- O número está entre o menor e maior valor da coluna 'sequencia', mas não aparece na tabela.
- O número está na tabela, mas tem valor nulo na coluna 'caracteristica'.

Olhando para os dados da tabela T, temos o seguinte:

- $\min(\text{sequencia}) = 1$
- $\max(\text{sequencia}) = 12$
- Números ausentes (a): 5, 9, 11
- Números com característica nula (b): 3, 7, 8
- Valores Faltantes Totais: 3, 5, 7, 8, 9, 11

Diante disso, vamos analisar as alternativas:

- A) **INCORRETA.** Não trata a coluna '**caracteristica**', então não considera o segundo critério (valores com '**caracteristica**' nulo).
- B) **CORRETA.** O comando utiliza **t1.sequencia +1** como início e **t2.sequencia -1** como fim do intervalo, calculando corretamente a quantidade de faltantes com **t2.sequencia - t1.sequencia -1**. A cláusula **WHERE** filtra pares t1 e t2 onde ambos têm '**caracteristica**' não nula, garantindo que os limites do intervalo sejam válidos. A subconsulta **NOT EXISTS** verifica se não há registros com '**caracteristica**' não nula entre t1 e t2, incluindo assim intervalos onde:
- Números estão ausentes na sequência (condição a).
  - Números existem, mas possuem característica nula (pois não são considerados na subconsulta, permitindo que o intervalo seja detectado).
- C) **INCORRETA.** A cláusula **OR EXISTS (... t3.caracteristica is null)** permite que intervalos sejam detectados mesmo se houver registros presentes nulos entre t1 e t2. Este tipo de intervalo não deveria constar como "faltante".
- D) **INCORRETA.** Usa **EXISTS** em vez de **NOT EXISTS**. Isso buscaria pares t1, t2 que têm números entre eles, o oposto do que queremos para encontrar um intervalo contíguo de faltantes entre dois válidos.
- E) **INCORRETA.** O comando não verifica '**caracteristica is not null**' dentro do **NOT EXISTS**. Ou seja, ignora o segundo critério (valores com '**caracteristica**' nula).

**Gabarito: B**

60. Analise os cinco comandos SQL exibidos abaixo, utilizando a tabela DUAL apresentada anteriormente.

```
(1) select * from dual where x = null
(2) select * from dual where x <> null
(3) select * from dual where x > 10
(4) select * from dual where not x > 10
(5) select * from dual where x > 10
union
select * from dual where x <= 10
```

Se os resultados desses comandos fossem separados em grupos homogêneos, de modo que em cada grupo todos sejam idênticos e distintos dos elementos dos demais grupos, haveria:

- A) apenas um grupo;
- B) apenas dois grupos;
- C) apenas três grupos;
- D) apenas quatro grupos;
- E) cinco grupos.

## Comentários:

Vamos analisar cada comando SQL individualmente com base na tabela **DUAL**:

**(1) select \* from dual where x = null**

- Comparações com NULL usando =, <>, >, etc., sempre resultam em UNKNOWN, e linhas com UNKNOWN não são retornadas. Para verificar NULL, é necessário usar IS NULL ou IS NOT NULL.

**(2) select \* from dual where x <> null**

- Igual à consulta (1). Para verificar NULL, é necessário usar IS NULL ou IS NOT NULL.

**(3) select \* from dual where x > 10**

- O valor de 'x' não é maior que 10, logo, retorna um grupo vazio.

**(4) select \* from dual where not x > 10**

- O valor de 'x' não é menor que 10, logo, retorna um grupo vazio.

**(5) select \* from dual where x > 10**

**union**

**select \* from dual where x <= 10**

- O valor de 'x' não é maior que 10, tampouco menor ou igual a 10. Portanto, a união de dois conjuntos vazios continua sendo um conjunto vazio.

Todos os comandos retornam conjunto vazio (ou seja, resultado sem linhas). Como todos são idênticos nesse comportamento, formam **um único grupo homogêneo**.

### Gabarito: A

61. Considere o código Python a seguir.

```
def xpto(S):  
    for k in range(0,len(S)):  
        if k%2 == 0:  
            yield(S[k]);  
    S=[1,2,3,4,5,6]  
    for x in xpto(S[::-1]):  
        print (x)
```

A execução desse código na IDLE Shell produz, na ordem e exclusivamente, os números:

- A) 6, 1
- B) 5,3,1
- C) 6,4,2
- D) 1,3,5
- E) 2,4,6

### Comentários:

Vamos entender o que esse código faz por partes:

```
def xpto(S):  
    for k in range(0, len(S)):  
        if k % 2 == 0:  
            yield(S[k])
```

**def xpto(S)** → define uma função chamada **xpto()** que recebe um parâmetro **S**.

**for k in range(0, len(S))** → Percorre todos os índices da lista **S**, de 0 até o último.

**if k % 2 == 0** → Para cada índice **k**, ele verifica se **k** é par.

**yield(S[k])** → Se sim, a função **yield** retorna o valor da posição **S[k]**.

Agora vamos à segunda parte do código:

```
S=[1,2,3,4,5,6]
```

```
for x in xpto(S[::-1]):
```

```
    print(x)
```

**S=[1,2,3,4,5,6]** → Essa é a definição da lista **S**

**for x in xpto(S[::-1])** → O **S[::-1]** inverte a ordem da lista **S**

Portanto, a lista que o gerador **xpto()** recebe é **S=[6,5,4,3,2,1]**

Diante disso, vamos à execução do código:

O gerador **xpto()** vai percorrer cada índice e checar se é par. Se sim, a função **yield** retorna o valor da posição **S[k]**.

- k = 0: é par → **yield 6**
- k = 1: não é par → ignora
- k = 2: é par → **yield 4**
- k = 3: não é par → ignora
- k = 4: é par → **yield 2**
- k = 5: não é par → ignora

Ou seja, o gerador vai devolver **6, 4 e 2**, nessa ordem.

**Gabarito: C**

62. Natasha, uma cientista de dados, está trabalhando com um conjunto de dados sobre carros para fazer um modelo preditivo para uma companhia de seguros. A primeira versão do modelo utiliza apenas informações básicas sobre os carros: a marca e a cor.

Como esses dados são categóricos, Natasha faz um pré-processamento usando a biblioteca scikit-learn. Em um ambiente interativo, ela executa os comandos a seguir.

```
>>> from sklearn.preprocessing import OneHotEncoder
>>> enc = OneHotEncoder()
>>> X = [['Toyota', 'vermelho'], ['Toyota', 'verde'], ['BMW', 'vermelho']]
>>> enc.fit(X)
>>> enc.get_feature_names()
array(['x0_BMW', 'x0_Toyota', 'x1_verde', 'x1_vermelho'], dtype=object)
>>> X_prime = enc.transform(X).toarray()
>>> X_prime
array([[0., 1., 0., 1.], [0., 1., 1., 0.], [1., 0., 0., 1.]])
```

Para contar o número de carros da marca Toyota no conjunto de dados, obtendo corretamente o resultado 2, Natasha pode usar a seguinte linha de código:

- A) `len([i for i in X if i == 'Toyota'])`
- B) `len([i for i in X_prime if i[0] == 1])`
- C) `sum([i for i in X if 'Toyota' in i])`
- D) `sum(X_prime)[1]`
- E) `sum(X_prime[:,0])`

## Comentários:

Natasha utilizou a técnica de pré-processamento **OneHotEncoder** da biblioteca scikit-learn. Veja o que diz a documentação do scikit-learn acerca do OneHotEncoder:

*"A entrada para este transformador deve ser uma matriz de inteiros ou strings, denotando os valores assumidos por características categóricas (discretas). As características são codificadas usando um esquema de codificação one-hot (também conhecido como "one-of-K" ou "dummy"). Isso cria uma coluna binária para cada categoria e retorna uma matriz esparsa ou uma matriz densa (dependendo do `sparse_output` parâmetro)."*

No contexto da questão, após aplicar o **OneHotEncoder**, os dados categóricos são transformados em vetores binários. O resultado do código `enc.get_feature_names()` mostra as colunas geradas:

```
['x0_BMW', 'x0_Toyota', 'x1_verde', 'x1_vermelho']
```

- **x0\_BMW** e **x0\_Toyota**: indicam a marca do carro (BMW ou Toyota).
- **x1\_verde** e **x1\_vermelho**: indicam a cor do carro (verde ou vermelho).

A matriz **X\_prime** resultante é:

```
[[0., 1., 0., 1.], # Toyota, vermelho
```

```
[0., 1., 1., 0.], # Toyota, verde
```

```
[1., 0., 0., 1.]] # BMW, vermelho
```

Para descobrir a quantidade de carros de cada marca/cor, precisamos somar as colunas dessa matriz. Isso é feito utilizando a função `sum(matriz)`.

Ou seja: `sum(X_prime)`

O resultado é:

- Coluna [0] (x0\_BMW) → 1 carro
- Coluna [1] (x0\_Toyota) → 2 carros
- Coluna [2] (x1\_verde) → 1 carro
- Coluna [3] (x1\_vermelho) → 2 carros

No entanto, queremos apenas a coluna **[1]**, onde a marca é **Toyota**. Para isso, basta adicionar o índice ao fim da soma: `sum(X_prime)[1]`

Portanto, Natasha usará a seguinte linha de código: `sum(X_prime)[1]`

As demais alternativas:

A função `len()` em Python é utilizada para retornar o número de itens de um objeto iterável, como uma string, lista, tupla, ou dicionário.

**A) `len([i for i in X if i == 'Toyota'])`**

**INCORRETA.** Aqui estamos comparando cada item de **X** (que são listas como ['Toyota', 'vermelho']) com a string 'Toyota'. Essa comparação sempre será falsa, pois listas não são iguais a strings. O resultado seria 0.

**B) `len([i for i in X_prime if i[0] == 1])`**

**INCORRETA.** Isso contaria quantas linhas têm o valor (1) na primeira posição, que corresponde à 'BMW', não 'Toyota'. Logo, o resultado seria 1 (contando BMWs, não Toyotas).

**C) `sum([i for i in X if 'Toyota' in i])`**

**INCORRETA.** O principal problema aqui é que a função `sum()` está sendo usada sobre listas, e não sobre números. Como "i" é uma lista ['Toyota', 'vermelho']), o Python tentará somar listas, resultando em um erro.

E)  $\text{sum}(X\_prime[:,0])$

**INCORRETA.** Isso somaria a primeira coluna [0] de  $X\_prime$ , que corresponde a  $x0\_BMW$ , não a  $x0\_Toyota$ . Logo, o resultado seria 1 (contando BMWs, não Toyotas).

**Gabarito: D**

ATENÇÃO!

Para as duas questões a seguir, considere uma tabela relacional R, com atributos W, X, Y, Z, e o conjunto de dependências funcionais identificadas para esses atributos.

$X \rightarrow Y$

$X \rightarrow Z$

$Z \rightarrow X$

$Z \rightarrow W$

63. Analise o conjunto de dependências funcionais inferidas abaixo a partir do conjunto de atributos e dependências funcionais presentes na tabela R, como descrita anteriormente.

(1)  $X \rightarrow YZW$

(2)  $X \rightarrow W$

(3)  $XW \rightarrow YW$

(4)  $XYZW \rightarrow XY$

(5)  $Y \rightarrow Z$

À luz dos axiomas da teoria de projeto de bancos de dados aplicáveis nesse caso, é correto concluir que, dentre essas dependências inferidas:

- A) somente 2 é válida;
- B) somente 1, 2 e 5 são válidas;
- C) somente 1, 2, 3 e 4 são válidas;
- D) somente 2, 3, 4 e 5 são válidas;
- E) todas são válidas.

## Comentários:

Os axiomas de Armstrong são regras fundamentais usadas para derivar dependências funcionais em bancos de dados relacionais. Abaixo, destacam-se os principais:

- Reflexibilidade: Se  $X \subseteq Y$ , então  $X \rightarrow Y$ .
- Expansibilidade: Se  $X \rightarrow Y$ , então  $XZ \rightarrow YZ$  para qualquer  $Z$ .
- Transitividade: Se  $X \rightarrow Y$  e  $Y \rightarrow Z$ , então  $X \rightarrow Z$ .
- União: Se  $X \rightarrow Y$  e  $X \rightarrow Z$ , então  $X \rightarrow YZ$ .
- Decomposição: Se  $X \rightarrow YZ$ , então  $X \rightarrow Y$  e  $X \rightarrow Z$ .

Diante das dependências funcionais da tabela R, vamos analisar as inferências:

(1)  $X \rightarrow YZ$

- Sabemos que  $X \rightarrow Y$  e  $X \rightarrow Z$ , logo, pela união,  $X \rightarrow YZ$
- Além disso, se  $Z \rightarrow W$ , então, por transitividade,  $X \rightarrow W$
- Com isso, concluímos que  $X \rightarrow YZW$  é válida.

(2)  $X \rightarrow W$

- Sabendo que  $X \rightarrow Z$  e  $Z \rightarrow W$ , aplicamos a transitividade:  $X \rightarrow W$
- Portanto, é uma inferência válida.

(3)  $XW \rightarrow YW$

- A partir de  $X \rightarrow Y$ , podemos aplicar a expansibilidade, adicionando  $W$  aos dois lados da dependência:  
 $XW \rightarrow YW$ .
- Portanto, a inferência é válida.

(4)  $XYZW \rightarrow XY$

- Pela reflexibilidade, qualquer conjunto de atributos determina seus subconjuntos.
- Como  $XY$  está contido em  $XYZW$ , temos que a dependência  $XYZW \rightarrow XY$  é válida.
- (5)  $Y \rightarrow Z$
- Nas dependências funcionais de R não há nenhuma que envolva  $Y$  como determinante.

Portanto, é correto concluir que, dentre essas dependências inferidas: **somente 1, 2, 3 e 4 são válidas.**

**Gabarito: C**

64. Com referência à tabela R, definida anteriormente, considere o esboço de um comando SQL para a criação da tabela.

```
create table R (  
X int not null,  
Y int not null,  
W int not null,  
Z int not null,  
constraint ...  
)
```

De acordo com as dependências funcionais de R, e com a Forma Normal de Boyce-Codd, a definição correta das chaves (por meio de constraints) aplicáveis e necessárias para essa tabela deveria ser:

- A) constraint c1 unique (X) constraint c2 unique (Z)
- B) constraint c1 unique (X, Z)
- C) constraint c1 unique (X, Y, W)
- D) constraint c1 unique (X, Y, Z)
- E) constraint c1 unique (X) constraint c2 unique (Y) constraint c3 unique (Z)

## Comentários:

Vamos analisar as dependências funcionais:

1. Sabemos que X determina Y e Z, então  $X \rightarrow Y, Z$ . Mas e W? A dependência funcional  $Z \rightarrow W$  nos diz que Z determina W. Como  $X \rightarrow Z$ , então X também determina W indiretamente. Portanto, X determina todos os atributos:  $X \rightarrow Y, Z, W$ . Então X é uma chave candidata.

2. Também sabemos que Z determina X e W então  $Z \rightarrow X, W$ . Como Z determina X, e X determina Y e Z, então Z também determina todos os atributos:  $Z \rightarrow X, W, Y$ . Portanto, Z também é uma chave candidata.

Então as chaves candidatas são X e Z, cada uma individualmente. Porque tanto X quanto Z determinam todos os atributos da tabela, e são mínimos (não há subconjuntos menores).

Uma tabela está na FNBC se toda dependência funcional não trivial  $X \rightarrow Y$  tem X como uma superchave. Ou seja, o lado esquerdo da dependência deve ser uma chave candidata.

Vamos ver:

$X \rightarrow Y$ : X é chave candidata, então ok.

$X \rightarrow Z$ : X é chave candidata, ok.

$Z \rightarrow X$ : Z é chave candidata, ok.

$Z \rightarrow W$ : Z é chave candidata, ok.

Todas as dependências funcionais têm como lado esquerdo uma chave candidata, portanto a tabela já está em FNBC. Então não há violações.

Para garantir a integridade das chaves candidatas, é necessário impor unicidade em **X** e **Z** individualmente. Isso é feito utilizando a restrição **UNIQUE** em cada uma das chaves candidatas. Portanto, a definição correta das chaves para a tabela **R** é:

A) constraint c1 unique (X)

constraint c2 unique (Z)

As demais alternativas:

B) constraint c1 unique (X, Z)

**INCORRETA.** Essa constraint define que a combinação **(X, Z)** deve ser única, mas não garante que **X** ou **Z** sozinhos sejam únicos. Isso violaria as dependências funcionais, pois **X** deveria determinar **Z** ( $X \rightarrow Z$ ) e vice-versa.

C) constraint c1 unique (X, Y, W)

**INCORRETA.** Essa constraint define que a combinação **(X, Y, W)** deve ser única, mas não garante que **X** ou **Z** sozinhos sejam únicos. Além disso, esta alternativa ignora completamente **Z** como chave candidata.

D) constraint c1 unique (X, Y, Z)

**INCORRETA.** A definição de unicidade em **(X, Y, Z)** não impede que **X** se repita com diferentes valores de **Z**, o que viola a dependência  $X \rightarrow Z$ .

E) constraint c1 unique (X) constraint c2 unique (Y) constraint c3 unique (Z)

**INCORRETA.** A definição de unicidade em **X** e **Z** está correta, pois são chaves candidatas. No entanto, a unicidade em **Y** impõe uma restrição indevida, já que **Y** não é uma chave candidata.

**Gabarito: A**

65. Um analista do TCU recebe o conjunto de dados com covariáveis e a classe a que cada amostra pertence na tabela a seguir.

$x_1$	$x_2$	Classe
0	1	A
0	2	B
1	0	A
1	-1	B
2	2	B
1	2	A
-1	1	B
2	3	A

Esse analista gostaria de prever a classe dos pontos  $(1,1)$ ,  $(0,0)$  e  $(-1,2)$  usando o algoritmo de k-vizinhos mais próximos com  $k=3$  e usando a distância euclidiana usual.

Suas classes previstas são, respectivamente:

- A) A, B, A;
- B) B, A, A;
- C) A, B, B;
- D) A, A, B;
- E) A, A, A.

## Comentários:

O algoritmo **k-vizinhos mais próximos** funciona armazenando todo o conjunto de dados e, para prever a classe de um novo ponto, analisa os **k** pontos mais próximos (vizinhos) desse novo ponto no espaço. A classe mais frequente entre esses vizinhos é atribuída ao novo ponto. Estamos usando **k = 3**, ou seja, vamos olhar os 3 pontos mais próximos.

A distância euclidiana é calculada com a fórmula:

$$d(x, y) = \sqrt{(x1 - x2)^2 + (y1 - y2)^2}$$

Vamos calcular as distâncias para os três pontos:

### 1º Ponto (1,1)

$$\text{Distância para (0,1)} \rightarrow \sqrt{(1 - 0)^2 + (1 - 1)^2} = \sqrt{1} = 1$$

$$\text{Distância para (0,2)} \rightarrow \sqrt{(1 - 0)^2 + (1 - 2)^2} = \sqrt{1+1} = \sqrt{2} = 1,414$$

$$\text{Distância para (1,0)} \rightarrow \sqrt{(1 - 1)^2 + (1 - 0)^2} = \sqrt{1} = 1$$

$$\text{Distância para (1,-1)} \rightarrow \sqrt{(1 - 1)^2 + (1 - (-1))^2} = \sqrt{4} = 2$$

$$\text{Distância para (2,2)} \rightarrow \sqrt{(1 - 2)^2 + (1 - 2)^2} = \sqrt{1+1} = \sqrt{2} = 1,414$$

$$\text{Distância para (1,2)} \rightarrow \sqrt{(1 - 1)^2 + (1 - 2)^2} = \sqrt{1} = 1$$

$$\text{Distância para (-1,1)} \rightarrow \sqrt{(1 - (-1))^2 + (1 - 1)^2} = \sqrt{4} = 2$$

$$\text{Distância para (2,3)} \rightarrow \sqrt{(1 - 2)^2 + (1 - 3)^2} = \sqrt{1+4} = \sqrt{5} = 2,236$$

Os 3 vizinhos mais próximos são: (0,1), (1,0), (1,2). Todos da classe (A).

### 2º Ponto (0,0)

$$\text{Distância para (0,1)} \rightarrow \sqrt{(0 - 0)^2 + (0 - 1)^2} = \sqrt{1} = 1$$

$$\text{Distância para (0,2)} \rightarrow \sqrt{(0 - 0)^2 + (0 - 2)^2} = \sqrt{4} = 2$$

$$\text{Distância para (1,0)} \rightarrow \sqrt{(0 - 1)^2 + (0 - 0)^2} = \sqrt{1} = 1$$

$$\text{Distância para (1,-1)} \rightarrow \sqrt{(0 - 1)^2 + (0 - (-1))^2} = \sqrt{1+1} = \sqrt{2} = 1,414$$

$$\text{Distância para (2,2)} \rightarrow \sqrt{(0 - 2)^2 + (0 - 2)^2} = \sqrt{4+4} = \sqrt{8} = 2,828$$

$$\text{Distância para (1,2)} \rightarrow \sqrt{(0 - 1)^2 + (0 - 2)^2} = \sqrt{1+4} = \sqrt{5} = 2,236$$

$$\text{Distância para (-1,1)} \rightarrow \sqrt{(0 - (-1))^2 + (0 - 1)^2} = \sqrt{1+1} = \sqrt{2} = 1,414$$

$$\text{Distância para (2,3)} \rightarrow \sqrt{(0 - 2)^2 + (0 - 3)^2} = \sqrt{4+9} = \sqrt{13} = 3,606$$

Os 3 vizinhos mais próximos são: (0,1), (1,0), (1,-1).

Classe dos vizinhos mais próximos: A, A, B.

Por votação majoritária (2 A e 1 B), a classe é (A).

**3º Ponto (-1,2)**

Distância para (0,1)  $\rightarrow \sqrt{(-1 - 0)^2 + (2 - 1)^2} = \sqrt{1+1} = \sqrt{2} = 1,414$

Distância para (0,2)  $\rightarrow \sqrt{(-1 - 0)^2 + (2 - 2)^2} = \sqrt{1} = 1$

Distância para (1,0)  $\rightarrow \sqrt{(-1 - 1)^2 + (2 - 0)^2} = \sqrt{4+4} = \sqrt{8} = 2,828$

Distância para (1,-1)  $\rightarrow \sqrt{(-1 - 1)^2 + (2 - (-1))^2} = \sqrt{4+9} = \sqrt{13} = 3,606$

Distância para (2,2)  $\rightarrow \sqrt{(-1 - 2)^2 + (2 - 2)^2} = \sqrt{9} = 3$

Distância para (1,2)  $\rightarrow \sqrt{(-1 - 1)^2 + (2 - 2)^2} = \sqrt{4} = 2$

Distância para (-1,1)  $\rightarrow \sqrt{(-1 - (-1))^2 + (2 - 1)^2} = \sqrt{1} = 1$

Distância para (2,3)  $\rightarrow \sqrt{(-1 - 2)^2 + (2 - 3)^2} = \sqrt{9+1} = \sqrt{10} = 3,162$

Os 3 vizinhos mais próximos são: (0,2), (-1, 1), (0,1).

Classe dos vizinhos mais próximos: B, B, A.

Por votação majoritária (2 B e 1 A), a classe é (B).

Portanto, as classes previstas são: A, A, B.

**Gabarito: D**

66. Em um problema de classificação é entregue ao cientista de dados um par de covariáveis,  $(x_1, x_2)$ , para cada uma das quatro observações a seguir: (6,4), (2,8), (10,6) e (5,2). A variável resposta observada nessa amostra foi “Sim”, “Não”, “Sim”, “Não”, respectivamente.

A partição que apresenta o menor erro de classificação quando feita na raiz (primeiro nível) de uma árvore de decisão é:

- A)  $x_1 > 2$  (“Sim”) e  $x_1 \leq 2$  (“Não”);
- B)  $x_1 > 5$  (“Sim”) e  $x_1 \leq 5$  (“Não”);
- C)  $x_2 > 3$  (“Sim”) e  $x_2 \leq 3$  (“Não”);
- D)  $x_2 > 6$  (“Sim”) e  $x_2 \leq 6$  (“Não”);
- E)  $x_1 > 1$  (“Sim”) e  $x_1 \leq 1$  (“Não”).

**Comentários:**

Em ciência de dados, uma **árvore de decisão** é um modelo preditivo que classifica dados por meio de uma sequência hierárquica de perguntas. Cada nó interno representa uma pergunta, cada ramo, uma resposta, e cada nó folha, uma classe de saída.

No caso da questão, trata-se de uma árvore simples, em que a classificação ocorre logo após a pergunta feita na raiz.

Temos 4 observações:

- (6,4): "Sim"
- (2,8): "Não"
- (10,6): "Sim"
- (5,2): "Não"

O erro de classificação é o número de observações classificadas incorretamente após a partição. Para cada opção, dividiremos os dados em dois grupos com base na condição fornecida e contaremos as classificações incorretas.

A)  $x_1 > 2$  ("Sim") e  $x_1 \leq 2$  ("Não");

Grupo  $x_1 > 2$  ("Sim"): Observações (6,4), (10,6), (5,2)

Grupo  $x_1 \leq 2$  ("Não"): Observação (2,8)

**1 ERRO:** o (5,2) é originalmente "Não", mas foi classificado como "Sim".

B)  $x_1 > 5$  ("Sim") e  $x_1 \leq 5$  ("Não");

Grupo  $x_1 > 5$  ("Sim"): Observações (6,4), (10,6)

Grupo  $x_1 \leq 5$  ("Não"): Observações (2,8), (5,2)

**NENHUM ERRO,** todas as classificações estão de acordo com as observações originais.

C)  $x_2 > 3$  ("Sim") e  $x_2 \leq 3$  ("Não");

Grupo  $x_2 > 3$  ("Sim"): Observações (6,4), (10,6), (2,8)

Grupo  $x_2 \leq 3$  ("Não"): Observação (5,2)

**1 ERRO:** o (2,8) é originalmente "Não", mas foi classificado como "Sim".

D)  $x_2 > 6$  ("Sim") e  $x_2 \leq 6$  ("Não");

Grupo  $x_2 > 6$  ("Sim"): Observação (2,8)

Grupo  $x_2 \leq 6$  ("Não"): Observações (6,4), (10,6), (5,2)

**3 ERROS:** o (2,8) é originalmente "Não", mas foi classificado como "Sim". Além disso, (6,4) e (10,6) são originalmente "Sim" e foram classificados como "Não".

E)  $x_1 > 1$  ("Sim") e  $x_1 \leq 1$  ("Não").

Grupo  $x_1 > 1$  ("Sim"): Observações (6,4), (2,8), (10,6), (5,2)

Grupo  $x_1 \leq 1$  ("Não"): Nenhuma observação

**2 ERROS:** (2,8) e (5,2) são originalmente "Não" e foram classificados como "Sim".

Portanto, a partição que apresenta o menor erro de classificação quando feita na raiz (primeiro nível) de uma árvore de decisão é: (B)  $x_1 > 5$  ("Sim") e  $x_1 \leq 5$  ("Não");

### Gabarito: B

67. Seja uma rede neural com camada de entrada com dimensão dois que recebe dados  $(x_1, x_2)$ . Essa rede aplica pesos  $w_1$  em  $x_1$ ,  $w_2$  em  $x_2$  e adiciona um viés  $w_0$ . A função de ativação é dada pela função sinal  $s(z) = +1$ , se  $z \geq 0$ , e  $s(z) = -1$ , se  $z < 0$ . Essa rede não tem nenhuma camada oculta e será utilizada para classificar observações em  $y=+1$  ou  $y=-1$ .

Para pesos  $w_1 = 2$ ,  $w_2 = 3$  e viés  $w_0 = 1$ , a região de classificação é uma reta que passa nos pontos:

- A)  $(x_1 = -1/2, x_2 = 0)$  e  $(x_1 = 0, x_2 = -1/3)$  e classifica como -1 os pontos acima da reta;
- B)  $(x_1 = 1/2, x_2 = 0)$  e  $(x_1 = 0, x_2 = 1/3)$  e classifica como +1 os pontos acima da reta;
- C)  $(x_1 = -1/2, x_2 = 0)$  e  $(x_1 = 0, x_2 = -1/3)$  e classifica como +1 os pontos acima da reta;
- D)  $(x_1 = -1/2, x_2 = 0)$  e  $(x_1 = 0, x_2 = 1/3)$  e classifica como +1 os pontos acima da reta;
- E)  $(x_1 = 1/2, x_2 = 0)$  e  $(x_1 = 0, x_2 = -1/3)$  e classifica como -1 os pontos acima da reta.

### Comentários:

Essa questão aborda **classificação binária** com uma **rede neural perceptron de camada única**, ou seja, sem camada oculta, com função de ativação do tipo degrau (ou sinal). A ideia é encontrar a reta de separação gerada por essa rede para os valores fornecidos dos pesos e viés.

A equação da reta que define a região de classificação na rede neural é dada por:

$$z = w_1x_1 + w_2x_2 + w_0 = 0$$

Substituindo os valores fornecidos no enunciado para  $w_1 = 2$ ,  $w_2 = 3$  e  $w_0 = 1$ :

$$2x_1 + 3x_2 + 1 = 0$$

Agora, vamos encontrar dois pontos por onde essa reta passa:

Quando  $x_2 = 0$ :

- $2x_1 + (3 * 0) + 1 = 0$
- $2x_1 + (3 * 0) = 0 - 1$
- $2x_1 = -1$
- $x_1 = -1/2$

Quando  $x_1 = 0$ :

- $(2 * 0) + 3x_2 + 1 = 0$
- $(2 * 0) + 3x_2 = 0 - 1$
- $3x_2 = -1$
- $x_2 = -1/3$

Ou seja, a reta passa pelos pontos  $(x_1 = -1/2, x_2 = 0)$  e  $(x_1 = 0, x_2 = -1/3)$

A classificação dos pontos é dada pela função  $z = w_1x_1 + w_2x_2 + w_0$ .

Aplicando um ponto qualquer acima da reta, teremos:

**Ponto (0, 0)**

- $z = 2x_1 + 3x_2 + 1$
- $z = 2 * (0) + 3 * (0) + 1$
- $z = 0 + 0 + 1$
- $z = +1$
- Portanto, qualquer ponto acima da reta será classificado como +1.

Diante disso, a região de classificação é uma reta que passa nos pontos:

**C)**  $(x_1 = -1/2, x_2 = 0)$  e  $(x_1 = 0, x_2 = -1/3)$  e classifica como +1 os pontos acima da reta;

**Gabarito: C**

**68.** Um analista de dados deseja criar um modelo para classificação de documentos em duas categorias: sigilosos e públicos. À sua disposição, existe um conjunto de dados com  $N$  documentos, dos quais uma fração  $\alpha$  deles é sigilosa. O analista quer escolher uma fração  $\beta$  dos  $N$  documentos para pertencer ao conjunto de teste. O objetivo é garantir que cada uma das classes (documentos sigilosos e públicos) seja responsável, em média, por ao menos 10% do total de documentos. Essa restrição precisa ser válida tanto no conjunto de treino quanto no conjunto de teste.

Um par  $(\alpha, \beta)$  que satisfaz as restrições do analista é:

- A)  $\alpha = 20\%$  e  $\beta = 70\%$ ;
- B)  $\alpha = 30\%$  e  $\beta = 80\%$ ;
- C)  $\alpha = 40\%$  e  $\beta = 60\%$ ;
- D)  $\alpha = 60\%$  e  $\beta = 80\%$ ;
- E)  $\alpha = 70\%$  e  $\beta = 20\%$ .

## Comentários:

O analista tem **N** documentos. Cada documento é classificado em **sigiloso** ou **público**.

- $\alpha$  é a fração (ou porcentagem) dos documentos que são sigilosos. Por exemplo: se  $\alpha = 30\%$ , isso significa que 30% dos documentos são sigilosos e, portanto, 70% são públicos.
- $\beta$  é a fração (ou porcentagem) de documentos que ele vai separar para o conjunto de teste. (O resto dos documentos fica para o conjunto de treino.)

Ele precisa que, tanto no treino quanto no teste, as duas classes (sigiloso e público) tenham pelo menos **10%** dos documentos.

Agora vamos passo a passo:

1. Primeiro, quantos documentos são sigilosos?  $\rightarrow$  É  $\alpha$
2. Quantos documentos são públicos?  $\rightarrow$  É  $(1 - \alpha)$
3. Depois, separamos  $\beta$  documentos para o teste e  $(1 - \beta)$  documentos para o treino.

Então:

- Quantos documentos sigilosos vão para o treino?  $\rightarrow (1 - \beta) \times \alpha$
- Quantos documentos públicos vão para o treino?  $\rightarrow (1 - \beta) \times (1 - \alpha)$

E no teste:

- Quantos documentos sigilosos vão para o teste?  $\rightarrow \beta \times \alpha$
- Quantos documentos públicos vão para o teste?  $\rightarrow \beta \times (1 - \alpha)$

Diante disso, vamos testar cada alternativa:

### A) $\alpha = 20\%$ , $\beta = 70\%$

- Quantos documentos sigilosos vão para o treino?  $(1 - 0,7) * 0,2 = 0,06$  (6%)
- Quantos documentos públicos vão para o treino?  $(1 - 0,7) * (1 - 0,2) = 0,24$  (24%)
- Quantos documentos sigilosos vão para o teste?  $0,7 * 0,2 = 0,14$  (14%)
- Quantos documentos públicos vão para o teste?  $0,7 * (1 - 0,2) = 0,56$  (56%)
- **Sigilosos para treino = 6% (abaixo dos 10% exigidos)**

### B) $\alpha = 30\%$ , $\beta = 80\%$

- Quantos documentos sigilosos vão para o treino?  $(1 - 0,8) * 0,3 = 0,06$  (6%)
- Quantos documentos públicos vão para o treino?  $(1 - 0,8) * (1 - 0,3) = 0,14$  (14%)
- Quantos documentos sigilosos vão para o teste?  $0,8 * 0,3 = 0,24$  (24%)
- Quantos documentos públicos vão para o teste?  $0,8 * (1 - 0,3) = 0,56$  (56%)
- **Sigilosos para treino = 6% (abaixo dos 10% exigidos)**

C)  $\alpha = 40\%$ ,  $\beta = 60\%$

- Quantos documentos sigilosos vão para o treino?  $(1 - 0,6) * 0,4 = 0,16$  (16%)
- Quantos documentos públicos vão para o treino?  $(1 - 0,6) * (1 - 0,4) = 0,24$  (24%)
- Quantos documentos sigilosos vão para o teste?  $0,6 * 0,4 = 0,24$  (24%)
- Quantos documentos públicos vão para o teste?  $0,6 * (1 - 0,4) = 0,36$  (36%)
- **Todos os percentuais estão acima dos 10% exigidos.**

D)  $\alpha = 60\%$ ,  $\beta = 80\%$

- Quantos documentos sigilosos vão para o treino?  $(1 - 0,8) * 0,6 = 0,12$  (12%)
- Quantos documentos públicos vão para o treino?  $(1 - 0,8) * (1 - 0,6) = 0,08$  (8%)
- Quantos documentos sigilosos vão para o teste?  $0,8 * 0,6 = 0,48$  (48%)
- Quantos documentos públicos vão para o teste?  $0,8 * (1 - 0,6) = 0,32$  (32%)
- **Públicos para treino = 8% (abaixo dos 10% exigidos)**

E)  $\alpha = 70\%$ ,  $\beta = 20\%$

- Quantos documentos sigilosos vão para o treino?  $(1 - 0,2) * 0,7 = 0,56$  (56%)
- Quantos documentos públicos vão para o treino?  $(1 - 0,2) * (1 - 0,7) = 0,24$  (24%)
- Quantos documentos sigilosos vão para o teste?  $0,2 * 0,7 = 0,14$  (14%)
- Quantos documentos públicos vão para o teste?  $0,2 * (1 - 0,7) = 0,06$  (6%)
- **Públicos para teste = 6% (abaixo dos 10% exigidos)**

**Gabarito: C**

69. Um analista do TCU gostaria de aplicar um modelo de Latent Dirichlet Allocation (LDA) em um conjunto de textos.

A alternativa que melhor descreve o resultado do modelo é:

- A) uma lista de tópicos, cada um com um título diferente;
- B) uma lista das palavras mais importantes no conjunto de documentos;
- C) cada documento é classificado em somente um tópico, onde cada tópico é formado por uma lista de palavras;
- D) cada documento possui uma distribuição de probabilidade de pertencer a algum dos tópicos, onde cada tópico é formado por uma lista de palavras e cada palavra pertence a somente um tópico;
- E) cada documento possui uma distribuição de probabilidade de pertencer a algum dos tópicos, onde cada tópico é formado por uma distribuição de probabilidade sobre todas as palavras presentes nos documentos.

## Comentários:

O **Latent Dirichlet Allocation (LDA)** é um modelo de tópicos probabilístico. Ele supõe que:

- Cada documento é uma mistura de **vários tópicos** (com uma distribuição de probabilidade sobre eles).
- Cada tópico é uma **mistura de palavras** (também com uma distribuição de probabilidade sobre todas as palavras do vocabulário).
- As palavras dos documentos são geradas escolhendo primeiro um tópico (de acordo com a distribuição do documento) e, em seguida, uma palavra (de acordo com a distribuição do tópico).

Diante disso:

- Não é apenas uma lista de tópicos com título (descartamos a **alternativa A**).
- Não é **só uma lista** das palavras importantes (descartamos a **B**).
- Cada documento não é classificado em **apenas um tópico** (descartamos a **C**).
- As palavras podem aparecer **em vários tópicos** — não pertencem exclusivamente a um único tópico (descartamos a **D**).

Portanto, a descrição da alternativa **(E)** é a mais correta:

**(E) "cada documento possui uma distribuição de probabilidade de pertencer a algum dos tópicos, onde cada tópico é formado por uma distribuição de probabilidade sobre todas as palavras presentes dos documentos."**

**Gabarito: E**

70. A tabela presente no código em R abaixo apresenta a quantidade de processos analisados por três analistas (denotados por A1, A2 e A3) em diferentes anos.

```
dados = tibble::tibble(Analista=c("A1", "A1", "A1", "A2",  
"A2", "A3", "A3", "A3"),
```

```
Ano=c(2018,2019,2020,2019,2020,2018,2019,2020),
```

```
Processos=c(10,15,20,25,20,8,7,12))
```

Um programador roda o código abaixo em R.

```
tidyr::pivot_wider(data=dados, names_from="Analista", values_from="Processos")
```

Os valores esperados na primeira linha do objeto resultante do comando acima são:

- A) 2018, 10, NA, 8;
- B) A1, 10, 15, 20;
- C) A1, 2018, 10;
- D) 2018, 18;
- E) A2, 2019, 25.

## Comentários:

Vamos construir a tabela "**dados**" original com base nas informações fornecidas:

Analista	Ano	Processos
A1	2018	10
A1	2019	15
A1	2020	20
A2	2019	25
A2	2020	20

Analista	Ano	Processos
A3	2018	8
A3	2019	7
A3	2020	12

Agora vamos ver o que o código **R** faz:

1. **pivot\_wider** em R transforma linhas em colunas.
2. **names\_from = "Analista"** significa que os valores únicos da coluna **Analista (A1, A2, A3)** vão virar nomes de colunas.
3. **values\_from = "Processos"** quer dizer que os valores que vão preencher essas novas colunas vêm da coluna **Processos**.

Diante disso, quando aplicamos o **pivot\_wider**, o **Ano** vira a primeira coluna, e teremos uma coluna para cada analista (A1, A2, A3). A tabela fica da seguinte maneira:

Ano	A1	A2	A3
2018	10	NA	8
2019	15	25	7
2020	20	20	12

(Veja que para 2018 o A2 não tem valor na tabela original, por isso fica "NA" na primeira linha do objeto resultante).

Portanto, os valores esperados na primeira linha do comando são: **2018, 10, NA, 8**.

**Gabarito: A**

71. Considere os documentos A e B a seguir.

A = “Há pessoas que choram por saber que as rosas têm espinho”

B = “Há outras que sorriem por saber que os espinhos têm rosas”

A submatriz da matriz de TF-IDF desses dois documentos correspondente aos termos “Rosas”, “Choram” e “Sorriem”, nessa ordem, é:

A) 
$$\begin{bmatrix} 0 & 0 & \frac{1}{11} \\ 0 & \frac{\log 2}{11} & 0 \end{bmatrix}$$

B) 
$$\begin{bmatrix} \frac{1}{11} & \frac{1}{11} & 0 \\ \frac{1}{11} & 0 & \frac{1}{11} \end{bmatrix}$$

C) 
$$\begin{bmatrix} 0 & \frac{\log 2}{11} & 0 \\ 0 & 0 & \frac{\log 2}{11} \end{bmatrix}$$

D) 
$$\begin{bmatrix} 0 & 0 & \frac{\log 2}{11} \\ 0 & \frac{1}{11} & 0 \end{bmatrix}$$

E) 
$$\begin{bmatrix} \frac{1}{11} & \frac{\log 2}{11} & 0 \\ \frac{1}{11} & 0 & \frac{\log 2}{11} \end{bmatrix}$$

## Comentários:

**TF-IDF (Term Frequency - Inverse Document Frequency)** é uma técnica de processamento de linguagem natural que calcula quais palavras são mais importantes em um texto, com base em quantas vezes elas aparecem em outros textos.

- **TF (Term Frequency):** Mede a frequência de uma palavra em um documento.
- **IDF (Inverse Document Frequency):** Mede quão rara uma palavra é no *corpus* inteiro.

O **TF (Term Frequency)** é dado por:

$$TF(t, d) = \frac{\text{Número de vezes que } T \text{ aparece em } D}{\text{Número total de termos em } d}$$

Vamos calcular o **TF** dos termos "Rosas", "Choram" e "Sorriem":

**Rosas:**

- Documento A → aparece 1 vez → **TF = 1/11**
- Documento B → aparece 1 vez → **TF = 1/11**

**Choram:**

- Documento A → aparece 1 vez → **TF = 1/11**
- Documento B → aparece 0 vez → **TF = 0**

**Sorriem:**

- Documento A → aparece 0 vez → **TF = 0**
- Documento B → aparece 1 vez → **TF = 1/11**

O **IDF (Inverse Document Frequency)** é dado por:

$$IDF(t) = \log \left( \frac{N}{nt} \right)$$

Onde:

- N é o número de documentos.
- nt é o número de documentos em que o termo aparece.

Vamos calcular o **IDF** para o termos:

$$IDF(\text{Rosas}) = \log(2/2) = \log(1) = \mathbf{0}$$

$$IDF(\text{Choram}) = \log(2/1) = \mathbf{\log(2)}$$

$$IDF(\text{Sorriem}) = \log(2/1) = \mathbf{\log(2)}$$

(Veja que o **IDF** de 'Rosas' é **0**, o que significa que o termo não ajuda a diferenciar os documentos. Ele não traz informação nova, não é especial nem raro. Portanto, é considerado irrelevante para o propósito de diferenciação no cálculo de TF-IDF.)

Por fim, o **TF-IDF** é dado por:

$$TF(t, d) * IDF(t)$$

Calculando para cada termo:

	ROSAS	CHORAM	SORRIEM
Documento A	$\frac{1}{11} * 0 = 0$	$\frac{1}{11} * \log(2) = \frac{\log(2)}{11}$	$0 * \log(2) = 0$
Documento B	$\frac{1}{11} * 0 = 0$	$0 * \log(2) = 0$	$\frac{1}{11} * \log(2) = \frac{\log(2)}{11}$

Portanto, a submatriz da matriz de **TF-IDF** desses dois documentos correspondente aos termos "Rosas", "Choram" e "Sorriem", nessa ordem, é:

$$c) \begin{bmatrix} 0 & \frac{\log 2}{11} & 0 \\ 0 & 0 & \frac{\log 2}{11} \end{bmatrix}$$

**Gabarito: C**

72. A universidade YEDU implantou um sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*) no final da década de 1990. Ao longo dos anos, foram feitas diversas customizações para atender novas demandas de negócio. Após um tempo, tornou-se evidente uma disparidade de dados na YEDU. Um mesmo aluno era visto em até seis sistemas. Para agravar ainda mais essa disparidade, os nomes e os atributos dos alunos foram preenchidos com diversos erros de digitação em cada sistema. Os sistemas de BI não possuíam recursos para mostrar uma visão única de cada aluno.

A alta administração da YEDU decidiu então implementar um programa de Gestão e Governança de Dados.

Para resolver o problema de repetições de dados de alunos na YEDU, o CDO (*Chief Data Officer*) definiu corretamente a seguinte abordagem:

- A) implantar uma plataforma de gestão de dados mestre, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que servirá como uma nova fonte de dados aos sistemas de BI;
- B) implantar uma plataforma de gestão de dados de referência, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que servirá como uma nova fonte de dados aos sistemas de BI;
- C) implantar uma plataforma de gestão de dados mestre, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que será usada para atualizar informações com falhas de digitação nos sistemas de origem;
- D) implantar uma plataforma de pareamento de dados estruturados, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que será usada para atualizar informações com falhas de digitação nos sistemas de origem;
- E) implantar uma plataforma de pareamento de dados não estruturados, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que será usada para atualizar informações com falhas de digitação nos sistemas de origem.

## Comentários:

O problema descrito na YEDU é um caso clássico de **inconsistência de dados mestres**, onde a mesma entidade (aluno) aparece de maneiras diferentes em múltiplos sistemas. A **gestão de dados mestres (Master Data Management - MDM)** é precisamente a abordagem adequada para resolver esse tipo de problema.

Diante disso, vamos analisar as abordagens descritas nas alternativas:

- A) implantar uma plataforma de gestão de dados mestre, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que servirá como uma nova fonte de dados aos sistemas de BI.

**INCORRETA.** Esta alternativa propõe implantar uma plataforma de gestão de dados mestre para criar uma base única de alunos, mas só utiliza essa base como fonte para sistemas de BI, **não corrigindo os problemas nos sistemas de origem.**

- B) implantar uma plataforma de gestão de dados de referência, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que servirá como uma nova fonte de dados aos sistemas de BI;

**INCORRETA.** A gestão de dados de referência (**Reference Data Management**) é voltada para tabelas de códigos padronizados (por exemplo, lista de estados, tipos de curso), não para consolidar registros de alunos.

- C) implantar uma plataforma de gestão de dados mestre, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que será usada para atualizar informações com falhas de digitação nos sistemas de origem;

**CORRETA.** Esta alternativa propõe implantar uma **plataforma de gestão de dados mestres**, criando uma base única de alunos e usando essa base para atualizar as informações com falhas de digitação nos sistemas de origem. Esta é uma abordagem completa de governança de dados, pois não apenas cria uma visão única, mas também corrige os dados na fonte.

- D) implantar uma plataforma de pareamento de dados estruturados, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que será usada para atualizar informações com falhas de digitação nos sistemas de origem.

**INCORRETA.** O "**pareamento de dados estruturados**" refere-se a técnicas específicas de comparação (*matching*) de dados, não à criação de uma base mestre de governança de dados.

- E) implantar uma plataforma de pareamento de dados não estruturados, possibilitando a elaboração de uma base única de alunos a partir das informações mais representativas disponíveis em cada sistema, base única que será usada para atualizar informações com falhas de digitação nos sistemas de origem.

**INCORRETA.** O "**pareamento de dados não estruturados**" não é adequado para este caso, já que os dados de alunos em sistemas ERP são tipicamente estruturados.

**Observação:** A questão foi anulada, não por erro em sua formulação ou gabarito, mas porque o conteúdo abordado não constava no edital.

**Gabarito da banca: Anulada.**

**Gabarito do professor: C**

**73. Conjuntos de dados identificados de pessoas são úteis em pesquisas, ao mesmo tempo que são motivo de preocupação em relação à privacidade das pessoas naturais envolvidas. A classificação de atributos identificadores ajuda a priorizar atividades de desidentificação para alavancar a pesquisa sob a observância da LGPD.**

**São exemplos: a) de identificadores explícitos, b) de identificadores sensíveis e c) de *quasi* identificadores:**

- A) a) CNH – Carteira Nacional de Habilitação, b) número do telefone celular e c) endereço;
- B) a) CPF – Cadastro de Pessoas Físicas, b) quadro clínico e c) gênero;
- C) a) RG – Registro Geral, b) escolha política e c) registro de doença rara;
- D) a) data de nascimento, b) endereço de e-mail e c) endereço;
- E) a) CPF – Cadastro de Pessoas Físicas, b) município de residência e c) time de futebol preferido.

## Comentários:

Segundo a própria banca organizadora da questão (FGV):

*"Quanto aos atributos que podem permitir a identificação individual, pode-se falar nos seguintes:*

- 1. Identificadores explícitos:** são os identificadores únicos da pessoa, tais como CPF e RG;
- 2. Quasi identificadores (QID):** são os identificadores que podem revelar a identidade através de associações, por exemplo: data de nascimento, endereço (mesmo apenas um CEP) e gênero;
- 3. Identificadores sensíveis:** dizem respeito a características que a lei tratou de forma diferenciada, tais como quadro clínico, escolha política e religiosa, que podem ou não identificar o sujeito. Imaginemos uma pessoa com uma doença rara, em relação à qual existem apenas 5 casos ativos no mundo. Se soubermos que o sujeito de pesquisa tem tal doença e reside no Rio de Janeiro, as chances de identificação seriam mais prováveis. A possível solução seria anonimizar o país do indivíduo."

Diante disso, são exemplos: a) de identificadores explícitos, b) de identificadores sensíveis e c) de quasi identificadores:

- B) a) CPF – Cadastro de Pessoas Físicas, b) quadro clínico e c) gênero;**

As demais alternativas:

**A) INCORRETA**

- a) CNH – Carteira Nacional de Habilitação, → identificador explícito
- b) número do telefone celular e → quasi identificador
- c) endereço; → quasi identificador

**C) INCORRETA**

- a) RG – Registro Geral, → identificador explícito
- b) escolha política e → identificador sensível
- c) registro de doença rara; → identificador sensível

**D) INCORRETA**

- a) data de nascimento, → quasi identificador
- b) endereço de e-mail e → quasi identificador
- c) endereço; → quasi identificador

**E) INCORRETA**

- a) CPF – Cadastro de Pessoas Físicas, → identificador explícito
- b) município de residência e → quasi identificador
- c) time de futebol preferido. → não é identificador

**Gabarito: B**

74. Uma organização está implementando um sistema de busca de informações interno, e a equipe de desenvolvimento resolveu avaliar diferentes modelos de linguagem vetoriais que ajudariam a conectar melhor documentos e consultas em departamentos que usam terminologias distintas em áreas de negócio que se sobrepõem. Um dos analistas ressaltou que seria interessante guardar os vetores de todo o vocabulário do modelo em um cache, de forma a aumentar a eficiência de acesso e reduzir certos custos de implantação.

Das alternativas abaixo, aquela que lista apenas os modelos compatíveis com essa estratégia de caching é:

- A) TF-IDF, BERT;
- B) Word2Vec, BERT, GPT-2;
- C) GloVe, GPT-2;
- D) Word2Vec, GloVe;
- E) GPT-2, BERT.

## Comentários:

Vejam as definições de cada um dos termos apresentados nas alternativas da questão:

**TF-IDF** (*Term Frequency – Inverse Document Frequency*) é uma técnica utilizada para análise de texto e com isso saber a frequência e o peso das palavras dispostas em documentos dentro de um *corpus*. O objetivo é medir a importância de uma palavra dentro de um documento considerando a sua presença no próprio documento analisado e sua ausência nos demais documentos.

**BERT** (*Bidirectional Encoder Representations from Transformers*) é uma ferramenta criada pelo Google para permitir as máquinas entenderem, ou melhor, compreenderem a linguagem humana que foi digitada pelos usuários nos buscadores. Isso muda a maneira como nós, humanos, fazemos a busca, tornando essa tarefa mais amigável de ser feita.

**Word2Vec** é uma técnica de processamento de linguagem natural para gerar representações vetoriais de textos, trabalhando em pares.

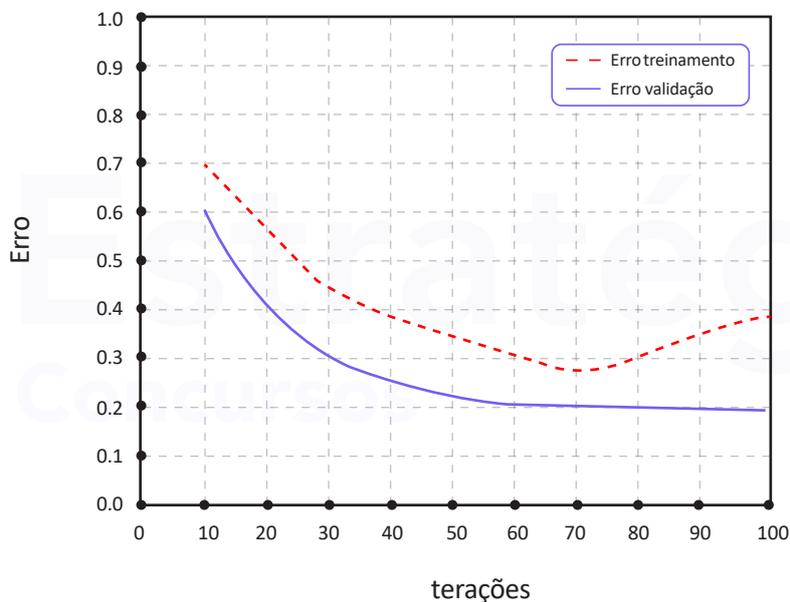
**GPT-2** (*Generative Pre-Training Transformer 2*) é uma ferramenta de inteligência artificial utilizada, primordialmente, para geração de textos.

**GloVe (Global Vectors for Word Representation)** é uma técnica de processamento de linguagem natural que é utilizada para gerar representações vetoriais de palavras. Sua missão é, após a análise de um *corpus*, unir palavras semelhantes.

Dessa forma, podemos marcar nossa resposta na alternativa D.

**Gabarito: D**

75. Durante o treinamento de uma rede neural artificial para classificação de imagens, foi observado o comportamento descrito pelo gráfico abaixo, que mostra a evolução do erro conforme o número de iterações.



O classificador em questão foi treinado em um conjunto de dados particionado (*holdout*) em 60%/30%/10% (treinamento/validação/ teste). Entretanto, os especialistas envolvidos consideraram o modelo obtido insatisfatório após analisarem o gráfico.

Considerando essas informações, duas técnicas que poderiam ser utilizadas para contornar o problema encontrado são:

- A) Parada precoce, Minimização de Entropia Cruzada;
- B) Validação cruzada, Dropout;
- C) Sobreamostragem, Gradiente Descendente Estocástico;
- D) Dropout, Parada em convergência;
- E) Minimização de Entropia Cruzada, Validação cruzada.

## Comentários:

O gráfico mostra o erro de treinamento (linha azul) e o erro de validação (linha vermelha tracejada). Ao observar as curvas, vemos que:

1. O **erro de treinamento** vai caindo à medida que mais iterações vão sendo feitas, até se tornar constante em 60 iterações.
2. Já o **erro de validação** vai caindo no começo até o ponto onde temos 70 iterações e ele volta a aumentar.

Isso é um clássico sinal de **overfitting**, onde o modelo aprende muito bem o conjunto de treinamento, mas piora no conjunto de validação.

Existem diversas técnicas para contornar o overfitting. Vamos analisar as alternativas:

- A) Parada precoce, Minimização de Entropia Cruzada; **ERRADA**
  - A **parada antecipada** é válida para prevenir o overfitting, interrompendo o treinamento quando o desempenho da validação se deteriora. No entanto, a **minimização de entropia cruzada** é uma função de custo comum em classificação, não uma solução para o overfitting.
- B) Validação cruzada, Dropout; **CORRETA**
  - **Validação cruzada:** permite usar diferentes subdivisões do conjunto de dados para treinamento/validação, reduzindo a dependência de uma única partição e melhorando a avaliação da generalização.
  - **Dropout:** é uma técnica regularizadora poderosa para mitigar o overfitting, desativando aleatoriamente neurônios durante o treinamento.

- C) Sobreamostragem, Gradiente Descendente Estocástico; **ERRADA**
- A **sobreamostragem** aborda o desequilíbrio de classes, não o overfitting. A **Descida do Gradiente Estocástico (SGD)** é uma técnica para otimizar pesos, mas não resolve problemas de generalização.
- D) Dropout, Parada em convergência; **ERRADA**
- O **dropout** ajuda a prevenir o overfitting, mas a "**parada em convergência**" refere-se ao término do treinamento quando a perda se estabiliza, o que não impede o overfitting.
- E) Minimização de Entropia Cruzada, Validação cruzada. **ERRADA**
- Como mencionado anteriormente, a **minimização de entropia cruzada** é uma função de custo comum em classificação, não uma solução para o overfitting.

**Gabarito: B**

**76. Nos trabalhos de auditoria, é necessária a definição de critérios, que consistem em referências para avaliar o objeto auditado. Tais referências são previamente determinadas pelo auditor.**

**No contexto das entidades públicas, conforme a ISSAI 100, a definição desses critérios:**

- A) adota leis e regulamentos como fontes primárias;
- B) deve considerar a relevância para a parte responsável;
- C) deve ser baseada nos objetivos e no tipo de auditoria;
- D) deve ser estável quando se tratar de um mesmo objeto;
- E) é invariável quando se trata de auditoria de conformidade.

## Comentários:

Segundo a ISSAI 100,

27. Os critérios são as referências usadas para avaliar o objeto. Cada auditoria deve ter critérios adequados às circunstâncias daquela auditoria. Na determinação da adequação dos critérios, o auditor deve considerar a sua relevância e compreensibilidade para os usuários previstos, assim como a sua completude, confiabilidade e objetividade (neutralidade, aceitabilidade geral e comparabilidade com os critérios utilizados em auditorias similares). Os critérios utilizados podem depender de uma série de fatores, incluindo os **objetivos e o tipo de auditoria. Critérios podem ser específicos ou mais gerais, e podem ser extraídos** de várias fontes, incluindo leis, regulamentos, padrões, princípios sólidos e boas práticas. Os critérios devem estar disponíveis para os usuários previstos para lhes permitir entender como o objeto foi avaliado ou mensurado.

Dessa forma, no trabalho de auditoria, a definição de critérios inclui objetivos e tipo de auditoria.

Vamos analisar as alternativas:

- A) adota leis e regulamentos como fontes primárias;

**ERRADO.** Segundo as normas, temos:

Critérios podem ser específicos ou mais gerais, e podem ser extraídos de várias fontes, incluindo leis, regulamentos, padrões, princípios sólidos e boas práticas.

Nas auditorias de conformidade, pode-se afirmar que são fontes primárias, mas o mesmo não pode ser dito acerca das auditorias operacionais, por exemplo. O erro desta assertiva é afirmar que são fontes primárias, já que os critérios podem ser específicos ou mais gerais, a depender de cada caso.

- B) deve considerar a relevância para a parte responsável;

**ERRADO.** Na verdade, segundo a norma, o auditor deve considerar a sua relevância e compreensibilidade para os usuários previstos.

- C) deve ser baseada nos objetivos e no tipo de auditoria;

**CERTO.** Conforme visto na norma, esta assertiva é a correta.

D) deve ser estável quando se tratar de um mesmo objeto;

**ERRADO.** Segundo a norma, pode assumir várias formas e ter diferentes características, dependendo do objetivo e do escopo da auditoria. Isto é, não é estável conforme a assertiva diz.

E) é invariável quando se trata de auditoria de conformidade.

**ERRADO.** Nas auditorias, pode-se ter vários critérios e características, isto é, podem variar. Basicamente é o mesmo entendimento da letra D.

### Gabarito: C

**77. O Tribunal de Contas da União adotou de forma adaptada algumas ferramentas de auditoria utilizadas pelo U.S. Government Accountability Office (U.S. GAO), a exemplo da matriz de planejamento, que é uma ferramenta importante na definição do escopo do trabalho de auditoria.**

**Na situação hipotética de um trabalho de auditoria que tem por objeto a concessão de auxílio financeiro emergencial a pessoas que perderam renda em decorrência de uma epidemia que atingiu o país e afetou a economia, a matriz de planejamento:**

- A) por prudência, não deve se apoiar no julgamento profissional da equipe de auditoria;
- B) por se tratar de um cenário emergencial, deve ser elaborada após a realização de um painel de referência;
- C) deve ajudar a identificar os principais riscos envolvidos no programa de concessão do auxílio;
- D) deve reduzir as questões de auditoria em decorrência do volume de beneficiários do auxílio emergencial;
- E) deve considerar elementos de conhecimento prévio sobre o objeto auditado.

### Comentários:

Esta questão trata sobre planejamento de auditoria. Vamos partir direto para o comentário de cada assertiva. A matriz de planejamento:

- A) por prudência, não deve se apoiar no julgamento profissional da equipe de auditoria;

**ERRADO.** As auditorias são baseadas em evidências e os julgamentos do auditor sobre o objeto devem ser profissionais. Essa situação em que se trata de uma emergência deve-se apoiar em julgamento profissional, certamente. Vamos nos lembrar da definição:

Julgamento profissional é a aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.

B) por se tratar de um cenário emergencial, deve ser elaborada após a realização de um painel de referência;

**ERRADO.** Segundo o manual de auditoria operacional do TCU,

305. O processo de validação da matriz de planejamento é um dos procedimentos de controle de qualidade usados no TCU. A validação abrange duas etapas. A primeira, após a revisão do supervisor, é a submissão da matriz a um painel de referência, com o objetivo de colher críticas e sugestões para seu aprimoramento.

Veja que a sequência que a assertiva propõe está invertida.

C) deve ajudar a identificar os principais riscos envolvidos no programa de concessão do auxílio;

**ERRADO.** A assertiva pode gerar dúvidas ao afirmar que a matriz de planejamento deve ajudar a identificar os principais riscos do programa. Segundo o Manual de Auditoria do TCU, os objetivos, riscos e controles são identificados na fase de proposição da auditoria, antes da elaboração da matriz.

A matriz de planejamento não tem função de identificação — nela os riscos já foram definidos, e serve de base para a etapa seguinte, que é a execução da auditoria. Assim, a matriz orienta o programa de trabalho, com base nos riscos previamente levantados. Portanto, a assertiva está errada ao atribuir à matriz um papel anterior ao que ela de fato exerce.

D) deve reduzir as questões de auditoria em decorrência do volume de beneficiários do auxílio emergencial;

**ERRADO.** Pelo contrário, quanto maior o volume do objeto de auditoria, maiores devem ser as questões de auditoria.

E) deve considerar elementos de conhecimento prévio sobre o objeto auditado.

**CERTO.** Segundo Manual de Auditoria:

#### 1.9 Elaboração da matriz de planejamento

A elaboração da matriz de planejamento é o momento oportuno para se promover:

a) a identificação dos itens de verificação;

#### 1.9.3 Itens de verificação

São todos os pontos relevantes que devem ser avaliados para responder determinada questão de auditoria. Na sua formulação, deverão ser considerados todos os aspectos que possam divergir dos critérios adotados, considerando os riscos envolvidos. Sua elaboração pressupõe um prévio conhecimento do objeto auditado, normalmente adquirido nas etapas anteriores.

Ademais, o auditor deve, como parte do planejamento e/ou condução de auditoria, discutir os critérios com a entidade auditada.

### Gabarito: E

**78. Durante um trabalho de auditoria, um dos procedimentos previstos na matriz de planejamento era um teste de conformidade (para controle de qualidade) em uma população finita superior a 500 elementos. Para que a população testada fosse aprovada, foi definido como critério que a proporção máxima de erros admitidos seria de 3%. Foi considerado ainda um nível de confiança de 95% e que a amostra conteria no máximo um único erro.**

Considere ainda a tabela a seguir, que contém índices calculados de confiabilidade para quantidades previstas de erros e níveis de confiança.

$\alpha$	Quantidade prevista de erros na amostra		
	0	1	2
0,99	4,60	6,61	-
0,95	3,00	4,75	6,30
0,90	2,30	3,89	5,33

A partir dos dados apresentados e para cumprir os critérios previamente definidos, o tamanho da amostra para o teste na população indicada deve ser de:

- A) 150;
- B) 158;
- C) 167;
- D) 220;
- E) 475.

## Comentários:

Esta questão trata de tamanho de amostra. Foi considerada uma das mais difíceis da prova, pois o candidato precisava se lembrar de um documento do TCU que trata de amostragem em auditoria.

A questão solicita o tamanho da amostra para o teste na população. Vejamos o que o documento “Técnicas de amostragem para auditorias” do TCU (2002) diz:

No controle de qualidade ou de aderência, o tamanho da amostra, para populações com mais de quinhentos elementos, é definido pela equação:

$$n = \frac{C_{i,\alpha}}{p}, \text{ onde:}$$

$C_{i,\alpha}$  = índice de confiabilidade;

$i$  = quantidade prevista de erros na amostra

$\alpha$  = nível de confiança

$p$  = proporção máxima de erros admitidos na população.

Veja que nessa fórmula o " $n$ " é justamente o que a questão solicita.

- População > 500 elementos;
- Erro tolerado ( $p$ ): 3%;
- Nível de confiança: 95%;
- Máximo de erros na amostra: 1 erro.

Dessa forma, selecionamos a linha correspondente a **95% de confiança e a coluna referente a 1 erro permitido**. Assim, encontramos o índice de confiabilidade ( $C$ ) igual a 4,75.

Agora podemos calcular:

$$n = \frac{4,75}{0,03}$$

$$n \approx 158$$

Por fim, o tamanho da amostra deve ser **158**.

### Gabarito: B

79. A materialidade está entre os princípios norteadores da elaboração e divulgação da prestação de contas no âmbito da Administração Pública Federal. Trata-se de um aspecto utilizado para determinar a importância relativa de uma distorção ou irregularidade, nível a partir do qual estas são consideradas relevantes.

Nos termos da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, para fins de autuação de processo de tomada de contas, é necessário avaliar o nível de materialidade.

Considere os dados do quadro a seguir relativos à execução orçamentária hipotética de uma autarquia federal no exercício financeiro de 2021.

Tipo de Despesas	Valores (em milhões de reais)
Despesa fixada	R\$ 300,00
Despesa empenhada	R\$ 286,00
Despesa liquidada	R\$ 261,00

O limite mínimo para que um conjunto de irregularidades detectadas na autarquia no referido exercício seja considerado materialmente relevante, para fins de autuação de processo de tomada de contas, é, em milhões de reais, de:

- A) R\$ 2,30;
- B) R\$ 2,70;
- C) R\$ 2,77;
- D) R\$ 2,80;
- E) R\$ 5,72.

## Comentários:

Esta questão trata acerca dos níveis de materialidade destacados no Anexo II da Instrução Normativa nº 84/2020 do TCU.

Vejamos o anexo II:

ANEXO II À INSTRUÇÃO NORMATIVA - TCU 84, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Níveis de materialidade

Orcamento da UPC (em reais)*	Materialidade para identificação de irregularidade ou conjuntos de irregularidades como relevantes
Até 10 milhões	5% da despesa
Entre 10 milhões e 100 milhões	R\$ 500 mil acrescidos de 2% da despesa que ultrapassar R\$ 10 milhões
Acima de 100 milhões	2,3 milhões acrescidos de 0,25% da despesa que ultrapassar R\$ 100 milhões

\* Em se tratando de órgão ou entidade da administração pública federal direta, **autárquica ou fundacional**, considera-se o total da despesa empenhada no exercício. Para as empresas estatais, considera-se, entre o valor da receita total e o da despesa realizada, o que for maior. Para as demais entidades, considera-se o valor da despesa realizada no exercício.

O anexo ainda detalha que se tratando de autarquia federal, considera-se o total da despesa empenhada no exercício.

Dados da questão:

- Despesa fixada: R\$ 300
- **Despesa empenhada: R\$ 286**
- Despesa liquidada: R\$ 261

Veja que acima de 100 milhões (caso da questão) a materialidade será R\$2,3 milhões + 0,25% da despesa que ultrapassar R\$100 milhões.

O cálculo, portanto, será:

$$\text{Limite mínimo} = 2,3 + 0,25\% \times (\text{R}\$286 - \text{R}\$100)$$

$$\text{Limite mínimo} = 2,3 + 0,25\% \times 186$$

$$\text{Limite mínimo} = 2,765 \text{ ou arredondando } \mathbf{2,77}.$$

### Gabarito: C

**80. Uma equipe de auditoria foi estabelecida para realizar um trabalho de assegução sobre as demonstrações contábeis de uma instituição pública referentes a 31/12/2021.**

**Em relação às características e aos procedimentos para a determinação da materialidade, é correto afirmar que:**

- A) a determinação da materialidade pela equipe de auditoria deve seguir parâmetros objetivos estabelecidos de acordo com os requisitos do relatório financeiro aplicável;
- B) caso a equipe identifique que, no contexto da auditoria, existem fatores de risco significativos e a estrutura de controle correspondente é ineficaz, deve diminuir o nível da materialidade;
- C) a materialidade de execução é definida para que seja diminuída a probabilidade de que as distorções detectadas e não corrigidas, em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- D) a determinação do Limite para Acumulação de Distorções (LAD) pela equipe de auditoria indica o valor a partir do qual as distorções identificadas não serão acumuladas, porque, individualmente ou em conjunto, não são relevantes para as demonstrações financeiras;
- E) a equipe de auditoria deve definir, no plano de auditoria, a materialidade de planejamento para as demonstrações financeiras como um todo, a fim de reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que distorções não corrigidas ou não detectadas, em conjunto, excedam esse valor.

## Comentários:

---

Esta questão trata sobre materialidade na auditoria. Vamos direto para as assertivas:

- A) a determinação da materialidade pela equipe de auditoria deve seguir parâmetros objetivos estabelecidos de acordo com os requisitos do relatório financeiro aplicável;

**ERRADO.** Esta assertiva está errada, já que a materialidade é definida pelo julgamento profissional do auditor, logo, subjetivo.

- B) caso a equipe identifique que, no contexto da auditoria, existem fatores de risco significativos e a estrutura de controle correspondente é ineficaz, deve diminuir o nível da materialidade;

**CERTO.** Quanto maior o risco avaliado (riscos significativos), menor o nível de materialidade. Se o controle é ineficaz, o risco de controle é alto. Assertiva inteiramente completa e correta.

- C) a materialidade de execução é definida para que seja diminuída a probabilidade de que as distorções detectadas e não corrigidas, em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;

**ERRADO.** Segundo o Manual de Auditoria Financeira do TCU:

A materialidade para execução da auditoria (que, conforme definição é um ou mais valores) é fixada para reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que as distorções **não corrigidas e não detectadas** em conjunto nas demonstrações financeiras excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria é a distorção tolerável (erro tolerável) do trabalho de auditoria.

- D) a determinação do Limite para Acumulação de Distorções (LAD) pela equipe de auditoria indica o valor a partir do qual as distorções identificadas não serão acumuladas, porque, individualmente ou em conjunto, não são relevantes para as demonstrações financeiras;

**ERRADO.** O erro está em dizer que a partir do LAD, o auditor não acumula distorções. Segundo o Manual de Auditoria Financeira:

A materialidade para execução da auditoria (que, conforme definição é um ou mais valores) é fixada para reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto nas demonstrações financeiras excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria é a distorção tolerável (erro tolerável) do trabalho de auditoria.

E) a equipe de auditoria deve definir, no plano de auditoria, a materialidade de planejamento para as demonstrações financeiras como um todo, a fim de reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que distorções não corrigidas ou não detectadas, em conjunto, excedam esse valor.

**ERRADO.** A materialidade, segundo a NBC TA 320, é definida na estratégia global, não no plano de auditoria.

### Gabarito: B

**81. No desenvolvimento de um trabalho de assegução sobre as demonstrações contábeis de uma instituição pública, a equipe realizou o processo de identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante do contexto auditado.**

**Em relação ao processo de avaliação e resposta aos riscos de distorção relevante, é correto afirmar que:**

- A) o risco de auditoria é estabelecido em função do risco inerente, do risco de controle e do risco de detecção;
- B) o risco de auditoria, por guardar relação com os riscos do objeto que está sendo auditado, não está sob o controle da equipe de auditoria;
- C) caso a equipe de auditoria, na avaliação de um risco, conclua que o controle interno é muito forte, o risco de controle poderá ser estabelecido como 100%;
- D) caso a equipe julgue que no contexto avaliado os controles são fortes, os procedimentos de auditoria a serem realizados devem focar na aplicação de testes de controle, em detrimento dos testes substantivos;
- E) caso a avaliação da equipe de auditoria sobre um risco específico indique baixa magnitude do risco, deve ser aumentada a extensão dos testes substantivos a serem aplicados, de forma a garantir a assegução pretendida.

## Comentários:

---

Esta questão trata sobre o processo de avaliação e resposta aos riscos de distorção relevante.

Vamos nos lembrar dos conceitos:

- Risco Inerente: a probabilidade de uma distorção relevante ocorrer em uma conta ou transação.
- Risco de Controle: a possibilidade de que os controles internos da entidade não detectem ou previnam essas distorções.
- Risco de Detecção: o risco de que os procedimentos do auditor não identifiquem as distorções que passaram pelos controles internos.

Com isso, podemos ir para as alternativas:

**A)** o risco de auditoria é estabelecido em função do risco inerente, do risco de controle e do risco de detecção;

**CERTO.** Lembremos:  $RA = RI \times RC \times RD$ . Portanto, esses três componentes formam a base para a avaliação global do risco de auditoria.

**B)** o risco de auditoria, por guardar relação com os riscos do objeto que está sendo auditado, não está sob o controle da equipe de auditoria;

**ERRADO.** O auditor tem que reduzir o risco de auditoria ao nível aceitavelmente baixo; portanto, está no controle, sim, da equipe de auditoria.

**C)** caso a equipe de auditoria, na avaliação de um risco, conclua que o controle interno é muito forte, o risco de controle poderá ser estabelecido como 100%;

**ERRADO.** Segundo o Manual de Auditoria Financeira do TCU, temos:

290. No extremo oposto, quando o controle interno é avaliado como forte, ainda assim não se pode atribuir um nível de confiança de 100%, pois, conforme mencionado, devido às limitações inerentes aos controles internos, eles nunca podem oferecer uma segurança absoluta. Assim, a organização de auditoria estabelece o nível máximo de confiança que pode ser atribuído a controles internos, levando em consideração essas limitações e outros aspectos.

Veja que não é possível atribuir a 100%.

D) caso a equipe julgue que no contexto avaliado os controles são fortes, os procedimentos de auditoria a serem realizados devem focar na aplicação de testes de controle, em detrimento dos testes substantivos;

**ERRADO.** O erro está no final da assertiva, em detrimento dos testes substantivos, quando, na verdade, caso a equipe julgue que os controles são fortes, deverá ser focado os procedimentos na aplicação de testes substantivos em detrimento aos testes de controle.

E) caso a avaliação da equipe de auditoria sobre um risco específico indique baixa magnitude do risco, deve ser aumentada a extensão dos testes substantivos a serem aplicados, de forma a garantir a asseguuração pretendida.

**ERRADO.** Se a magnitude do risco é baixa, a extensão dos testes também deve ser reduzida. A relação entre riscos e extensão dos procedimentos é direta.

**Gabarito: A**

**82. A Instrução Normativa nº 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece papéis e responsabilidades aos diversos atores envolvidos no processo de tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo TCU.**

**Esses papéis e responsabilidades estão corretamente descritos na seguinte opção:**

- A) a Unidade Prestadora de Contas deve organizar e apresentar ao TCU a prestação de contas de uma ou mais Unidades Apresentadoras de Contas (UAC), conforme diretrizes a serem apresentadas pelo próprio Tribunal;
- B) anualmente, de forma ordinária, o TCU abrirá processo de tomada de contas das Unidades Prestadoras de Contas significativas do BGU, contemplando a prestação de contas referente ao exercício financeiro, os documentos e os resultados dos trabalhos realizados para a emissão de opinião em processo de certificação para as UPC;
- C) na auditoria do Grupo BGU, o TCU pode utilizar trabalhos de outros auditores em componentes do BGU para obter evidências apropriadas e suficientes para expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras de todo o governo foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e marco regulatório aplicável;

- D) os órgãos integrantes do controle interno dos poderes, por atuarem como auditorias internas das Unidades Prestadoras de Contas (UPC) em que exercem suas funções, não têm a isenção necessária para a emissão dos certificados de auditoria sobre as prestações de contas para fins de julgamento pelo TCU;
- E) a Mesa Diretora do Congresso Nacional, representando a instituição responsável pelo julgamento das contas consolidadas de governo, prestadas anualmente pelo presidente da República, estabelece a materialidade global dos trabalhos direcionados à certificação das Unidades Prestadoras de Contas significativas do Balanço Geral da União (BGU), de forma a indicar a extensão dos esforços de auditoria.

## Comentários:

---

Questão que trata dos papéis e responsabilidades dos atores do processo de tomada de decisão. Vamos direto para as alternativas:

- A) a Unidade Prestadora de Contas deve organizar e apresentar ao TCU a prestação de contas de uma ou mais Unidades Apresentadoras de Contas (UAC), conforme diretrizes a serem apresentadas pelo próprio Tribunal;

**ERRADO.** Na verdade, quem organiza e apresenta ao TCU a prestação de contas é justamente a Unidade Apresentadora de Contas (UAC), conforme Instrução Normativa TCU nº 84/2020

Art. 6º Unidade Apresentadora de Contas (UAC) é uma unidade da administração pública federal cujo dirigente máximo deve organizar e apresentar ao Tribunal de Contas da União a prestação de contas de uma ou mais UPC, conforme indicado na decisão normativa a que se refere o § 1º do art. 5º desta instrução normativa.

- B) anualmente, de forma ordinária, o TCU abrirá processo de tomada de contas das Unidades Prestadoras de Contas significativas do BGU, contemplando a prestação de contas referente ao exercício financeiro, os documentos e os resultados dos trabalhos realizados para a emissão de opinião em processo de certificação para as UPC;

**ERRADO.** O erro desta assertiva é mencionar “de forma ordinária”. Na verdade, é de forma extraordinária, segundo a Instrução Normativa TCU nº 84/2020:

Art. 1º § 2º Tomada de contas é o instrumento de controle externo mediante o qual o Tribunal de Contas da União apura a ocorrência de indícios de irregularidades ou conjunto de irregularidades materialmente relevantes ou que apresentem risco de impacto relevante na gestão, que não envolvam débito, com a finalidade de apurar os fatos e promover a responsabilização dos integrantes do rol de responsáveis ou do agente público que tenha concorrido para a ocorrência, definido nos termos desta instrução normativa.

- C) na auditoria do Grupo BGU, o TCU pode utilizar trabalhos de outros auditores em componentes do BGU para obter evidências apropriadas e suficientes para expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras de todo o governo foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e marco regulatório aplicável;

**CERTA.** Esta assertiva é a literalidade da Instrução Normativa TCU nº 84/2020:

Auditoria do Grupo BGU: é a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas de governo, conduzida pelo TCU ao amparo do art. 71, inciso I, da Constituição Federal, e que envolve o trabalho de outros auditores em componentes dessas demonstrações, com vistas à obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito das informações financeiras de todos os componentes e do processo de consolidação para expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras de todo o governo (o BGU) foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e marco regulatório aplicável

- D) os órgãos integrantes do controle interno dos poderes, por atuarem como auditorias internas das Unidades Prestadoras de Contas (UPC) em que exercem suas funções, não têm a isenção necessária para a emissão dos certificados de auditoria sobre as prestações de contas para fins de julgamento pelo TCU;

**ERRADO.** O erro está em afirmar que não há isenção necessária para emitir esses documentos. Segundo a Instrução Normativa TCU nº 84/2020:

Art. 13 § 2º Ao realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão emitir relatório de auditoria e certificados de auditoria, estes contendo os pareceres do dirigente do órgão de controle interno responsável técnico pela condução da auditoria, nos termos do inciso III do art. 9º e do inciso II do art. 50 da Lei 8.443, de 1992, observado o parágrafo único do art. 18 desta instrução normativa.

- E) a Mesa Diretora do Congresso Nacional, representando a instituição responsável pelo julgamento das contas consolidadas de governo, prestadas anualmente pelo presidente da República, estabelece a materialidade global dos trabalhos direcionados à certificação das Unidades Prestadoras de Contas significativas do Balanço Geral da União (BGU), de forma a indicar a extensão dos esforços de auditoria.

**ERRADO.** O TCU, e não a Mesa Diretora do Congresso Nacional, estabelece a materialidade para as UPCs significativas do BGU. No anexo II da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, estão os níveis de materialidade.

**Gabarito: C**

**83. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos.**

**De acordo com a norma, os doadores exigem informação principalmente para:**

- A) analisar a liquidez da entidade, o montante e o prazo para pagamento de suas obrigações e a sua solvência, assim como a capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo;
- B) identificar o endividamento geral da entidade e os seus índices de lucratividade, assim como de que modo ela pretende financiar as suas operações nos períodos futuros;
- C) avaliar se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade e da maneira pretendida, e sobre as atividades previstas de prestação de serviços, assim como as necessidades de recursos;
- D) avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais que deverão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza;
- E) analisar se a carga tributária e os outros recursos angariados são suficientes para manter o volume e a qualidade dos serviços prestados, e se o alcance, o volume e o custo dos serviços prestados durante o exercício são apropriados.

## Comentários:

Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual:

2.13 Os provedores de recursos exigem informação como subsídio para as avaliações sobre se a entidade:

(a) está alcançando os objetivos estabelecidos de modo a justificar os recursos angariados durante o exercício;

(b) financiou as operações atuais a partir dos recursos angariados dos contribuintes, de empréstimos ou de outras fontes no período atual; e

(c) provavelmente necessita de recursos adicionais (ou menos recursos) no futuro e as fontes prováveis destes recursos.

Os credores por empréstimos e outros credores exigem informação como insumo para avaliações da liquidez da entidade e, portanto, se o montante e o prazo para pagamento estarão em conformidade com o que foi contratado. **Os doadores exigem informação para dar suporte às avaliações se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade, e da maneira pretendida. Eles também exigem informação sobre as atividades previstas de prestação de serviços e as necessidades de recursos.** (destaque nosso)

Com isso, já podemos analisar a assertiva correta:

**C)** avaliar se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade e da maneira pretendida, e sobre as atividades previstas de prestação de serviços, assim como as necessidades de recursos;

Esta questão foi bem no detalhe, cobrando a literalidade da norma. Mas vamos analisar as demais assertivas:

**A)** **analisar a liquidez da entidade, o montante e o prazo para pagamento de suas obrigações e a sua solvência, assim como a capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo; ERRADO.** Na verdade, essa análise é feita pelos usuários de serviço e provedores de recursos.

NBC TSP Estrutura Conceitual:

*2.11 Para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão, os usuários de serviço e os provedores de recursos necessitam de informações que possam dar suporte às avaliações de questões como:*

*(b) a liquidez (por exemplo, a capacidade de satisfazer as obrigações atuais) e a solvência (por exemplo, a capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo) da entidade;*

- B) identificar o endividamento geral da entidade e os seus índices de lucratividade, assim como de que modo ela pretende financiar as suas operações nos períodos futuros; ERRADO.** A questão trata de entidades do Setor Público, portanto, que não visam lucro. Desse modo, a assertiva está errada ao mencionar índices de lucratividade.

Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual:

*2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores.*

- D) avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais que deverão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza; ERRADO.** Essa análise também é feita pelos usuários de serviço e provedores de recursos.

NBC TSP Estrutura Conceitual:

*2.11 Para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão, os usuários de serviço e os provedores de recursos necessitam de informações que possam dar suporte às avaliações de questões como:*

*(d) a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.*

E) analisar se a carga tributária e os outros recursos angariados são suficientes para manter o volume e a qualidade dos serviços prestados, e se o alcance, o volume e o custo dos serviços prestados durante o exercício são apropriados.

**ERRADO.** Essa análise tem relação com os usuários dos RCPGs, não doadores, como a questão solicita.

Vejamos na NBC TSP Estrutura Conceitual:

*[...] Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:*

*(c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; [...]*

### Gabarito: C

**84. De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve apresentar, na Demonstração do Resultado ou nas Notas Explicativas, a análise das despesas utilizando o detalhamento baseado na sua natureza ou na sua função dentro da entidade, devendo selecionar o critério que proporcione informação fidedigna e mais relevante.**

**São as seguintes as despesas classificadas de acordo com o método da função:**

- A) despesa com depreciação e despesa com amortização;
- B) despesa com segurança e despesa com teste de recuperabilidade;
- C) despesa com benefícios a empregados e despesa com venda de ativo imobilizado;
- D) despesa com salários e despesa com juros;
- E) despesa com saúde e despesa com educação.

### Comentários:

Segundo o método da função da despesa, as despesas (VPDs) são classificadas de acordo com o programa ou o propósito para o qual elas foram incorridas. Esse método pode proporcionar informação mais relevante aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, mas a alocação de despesas às funções pode exigir alocações arbitrárias e envolver considerável capacidade de julgamento.

A questão solicitou exemplo de despesa que fosse classificada pelo método da função. A letra E é o gabarito, pois traz exemplos descritos na **NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Receitas	X
Despesas	
Despesas com saúde	(X)
Despesas com educação	(X)
Outras despesas	(X)
Resultado	(X)

Portanto, (E) despesa com saúde e despesa com educação é a nossa resposta. As demais assertivas são classificadas como método da natureza da despesa.

### Gabarito: E

**85. Um estado cujo governador estava no último ano de seu mandato apresentava os seguintes saldos no final do exercício financeiro:**

**Receita Corrente: R\$ 2.600.000;**

**Receita de Capital: R\$ 400.000;**

**Disponibilidade de caixa: R\$ 2.000.000;**

**Despesas empenhadas a liquidar: R\$ 1.700.000;**

**Despesas empenhadas e liquidadas a pagar: R\$ 1.500.000.**

**Na data, o valor inscrito como Restos a Pagar era de:**

- A) R\$ 1.500.000;
- B) R\$ 1.700.000;
- C) R\$ 2.000.000;
- D) R\$ 3.000.000;
- E) R\$ 3.200.000.

## Comentários:

---

Questão que trata acerca de restos a pagar.

Inicialmente, devemos saber que Restos a Pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas **não pagas** até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.

Distinguem-se dois tipos de restos a pagar:

- os processados (despesas já liquidadas); e
- os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

Veja que a questão específica que era o último ano de mandato do governador do Estado. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte **sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.** (destaque nosso)

Também, no artigo 55 da mesma lei, que trata acerca do Relatório de Gestão Fiscal, são mencionados detalhes e critérios sobre os demonstrativos do último quadrimestre. Vejamos:

Art. 55. O relatório conterá:

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

[...]

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

[...]

Na questão, ela solicita o valor total de restos a pagar. Vamos aos dados da questão:

- Receita Corrente: R\$ 2.600.000
- Receita de Capital: R\$ 400.000
- Disponibilidade de Caixa: R\$ 2.000.000
- Despesas empenhadas a liquidar: R\$ 1.700.000 (RAP não processados)
- Despesas empenhadas e liquidadas a pagar: R\$ 1.500.000 (RAP processados)

Somando ambos os tipos de despesas empenhadas e não pagas: R\$ 1.700.000 + R\$ 1.500.000 = **R\$ 3.200.000.**

Veja que até tinha alternativa para esse gabarito, mas o “pulo do gato” é a disponibilidade de caixa.

R\$3.200.000 não pode ser inscrito, somente até o limite da disponibilidade, isto é, **só podem ser inscritos R\$2.000.000 como Restos a Pagar.**

**Gabarito: C**

**86. Uma entidade da administração pública fundacional da área de saúde hospitalar adquiriu um equipamento para procedimentos de alta complexidade. Os custos apurados relativos a essa aquisição estão detalhados a seguir.**

Valor de aquisição do equipamento	R\$ 1.350.000,00
Custos de frete e manuseio	R\$ 14.000,00
Custos de preparação do local p/ instalação do equipamento	R\$ 36.000,00

O valor de aquisição do equipamento foi negociado para ser pago em quatro parcelas, sendo a primeira com vencimento em 60 dias após a entrega. A entidade optou por essa forma de pagamento em decorrência do seu cronograma de desembolso, frente às limitações de repasses financeiros que sofria. Se o pagamento fosse feito à vista, o valor de aquisição do equipamento seria de R\$ 1.200.000,00.

O processo de aquisição e instalação foi concluído em 01/07/20X5, quando o equipamento estava no local e nas condições operacionais inicialmente planejadas pela entidade.

Ocorre que, por um problema de infiltração no imóvel onde o equipamento foi instalado e que comprometeu a estrutura do local, o equipamento precisou ser retirado e transferido para outra unidade, incorrendo em custos adicionais de R\$ 42.000,00. Em decorrência disso, só entrou em operação em 01/10/20X5.

A partir dessas informações e dos procedimentos contábeis patrimoniais vigentes para entidades da administração pública, no reconhecimento inicial o equipamento deve ser mensurado por:

- A) R\$ 1.214.000,00;
- B) R\$ 1.250.000,00;
- C) R\$ 1.364.000,00;
- D) R\$ 1.400.000,00;
- E) R\$ 1.442.000,00.

## Comentários:

Antes de iniciar a questão, devemos nos atentar ao que ela solicita. Neste caso, a questão quer o reconhecimento inicial do equipamento.

Vejam os que o MCASP 11ª Edição diz:

### 11.3.1. Mensuração Inicial do Custo

Para a mensuração inicial do custo de um item de ativo imobilizado pode haver duas alternativas:

- a. A do preço à vista; ou
- b. O valor justo na data do reconhecimento, quando um ativo é adquirido por meio de uma transação sem contraprestação.

Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como variação patrimonial diminutiva com juros durante o período do crédito.

A questão informa que o valor de aquisição foi de R\$1.350.000 a prazo, mas se o pagamento fosse à vista, seria R\$1.200.000 — esse é o valor que iremos considerar no cálculo, conforme mencionado acima. A diferença do valor adquirido a prazo será registrada como VPD.

Ademais, o MCASP ainda detalha os itens que irão compor o custo do ativo:

São exemplos de custos diretamente atribuíveis:

- a. Custos de pessoal decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;
- b. Custos de preparação do local;
- c. Custos de frete e manuseio (para recebimento e instalação); e
- d. Honorários profissionais.

Vamos para os cálculos do RECONHECIMENTO INICIAL:

Valor de aquisição do equipamento (à vista) = R\$1.200.000

(+) custo de frete R\$14.000

(+) custos de preparação do local R\$36.000

**Total = R\$1.250.000**

O valor de custos adicionais de R\$42.000 não integrará como custo do equipamento, mas sim como despesa.

**Gabarito: B**

87. Um dos demonstrativos constantes do Relatório Resumido da Execução Orçamentária refere-se à apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), que é um parâmetro usado como referência para definição da reserva de contingência e para acompanhamento dos limites fiscais, tais como despesa total com pessoal e endividamento.

Ao analisar o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida de um Estado da federação, por exemplo, um servidor da área de controle externo deve considerar que:

- A) as receitas de transferências correntes são computadas de forma dedutiva;
- B) as receitas provenientes da compensação financeira entre regimes previdenciários são computadas de forma aditiva;
- C) as transferências da União relativas a emendas impositivas de bancada afetam a RCL para fins dos limites de endividamento;
- D) as transferências da União relativas a emendas impositivas individuais afetam a RCL para fins do limite da despesa com pessoal;
- E) os rendimentos de aplicação financeira referentes aos recursos do regime próprio de previdência social não afetam a RCL.

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Ao analisar o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida de um Estado da federação, por exemplo, um servidor da área de controle externo deve considerar que:

- A) as receitas de transferências correntes são computadas de forma dedutiva.

**ERRADO.** Vejamos o conceito de RCL, conforme a Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

[...]

IV - **receita corrente líquida: somatório** das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, **transferências correntes** e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
- b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição. (destaque nosso)

Veja, então, que as receitas decorrentes de transferências correntes são consideradas somadas ao cálculo da RCL, e não deduzidas.

**B)** as receitas provenientes da compensação financeira entre regimes previdenciários são computadas de forma aditiva.

**ERRADO.** As receitas provenientes da compensação financeira entre regimes previdenciários são computadas de forma dedutiva.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

[...]

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, **deduzidos:**

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
- b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as **receitas provenientes da compensação financeira** citada no § 9º do art. 201 da Constituição. (destaque nosso)

- C) as transferências da União relativas a emendas impositivas de bancada afetam a RCL para fins dos limites de endividamento.

**CERTO.** Para fins de limites de endividamento, as transferências da União relativas a emendas impositivas de bancada afetam a RCL, conforme § 1º, art. 166-A, da CF/88.

Art. 166-A. As **emendas individuais impositivas** apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de:

[...]

§ 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo **não integrarão a receita** do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos **limites da despesa com pessoal** ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de **endividamento** do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de: [...] (destaque nosso)

- D) as transferências da União relativas a emendas impositivas individuais afetam a RCL para fins do limite da despesa com pessoal.

**ERRADO.** As emendas individuais e as emendas de bancadas são deduzidas da RCL para fins do limite da despesa com pessoal. Vejamos o que diz a Constituição Federal (CF/88):

Art. 166. [...]

§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de **emendas individuais**, em montante correspondente ao limite a que se refere o § 9º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 desta Constituição, observado o disposto no § 9º-A deste artigo.

§ 12. A garantia de execução de que trata o § 11 deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as **emendas de iniciativa de bancada** de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 16. Quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independe da adimplência do ente federativo destinatário e **não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal** de que trata o caput do art. 169. (destaque nosso)

- E) os rendimentos de aplicação financeira referentes aos recursos do regime próprio de previdência social não afetam a RCL.

**ERRADO.** Os rendimentos de aplicação financeira referentes aos recursos do regime próprio de previdência social afetam, sim, a RCL. Veja o recorte a seguir, extraído do MDF 14ª ed:

Além dessas citadas, as receitas decorrentes de rendimentos das aplicações financeiras do RPPS também serão deduzidas no cálculo da RCL, ou seja, essas receitas compõem a receita bruta e são deduzidas para apuração da RCL.

Assim, o gabarito encontra-se na letra D.

**Gabarito: C**

88. Um analista deseja elaborar um documento com a situação contábil de diferentes entidades do mesmo setor. Para isso, ele analisou suas demonstrações contábeis referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021. Para facilitar o seu trabalho, o analista não levou em consideração a atualização dos componentes das demonstrações contábeis pela inflação.

Os resultados mais impactados pela não correção pela inflação dizem respeito, principalmente, à análise:

- A) horizontal;
- B) vertical;
- C) dos indicadores de liquidez geral;
- D) dos indicadores de liquidez imediata;
- E) dos indicadores de estrutura de capital.

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre Análises Vertical e Horizontal nas Demonstrações Contábeis.

Concurseiro, a princípio, é importante que você saiba diferenciar Análise Vertical (AV) de Análise Horizontal (AH), instrumentos muito utilizados no dia a dia de um Auditor de Controle Externo.

### → Análise Vertical

- é também chamada de análise estática ou de análise de estrutura;
- evidencia a composição patrimonial, o coeficiente de partição de cada conta em determinada data.

Exemplo (balanço em 31/12/xx):

- Imobilizado: R\$ 100.000,00
- Investimento: R\$ 62.000,00
- Ativo Total: R\$ 800.000,00

AV do Imobilizado:

$$AV \text{ Imobilizado} = \frac{\text{Valor do Imobilizado}}{\text{Ativo Total}}$$

$$AV \text{ Imobilizado} = \frac{100.000}{800.000}$$

$$AV \text{ Imobilizado} = 12,50\%$$

AV do Investimento:

$$AV \text{ Investimento} = \frac{\text{Valor do Investimento}}{\text{Ativo Total}}$$

$$AV \text{ Investimento} = \frac{62.000}{800.000}$$

$$AV \text{ Investimento} = 7,75\%$$

Perceba, na AV, o foco é saber a composição, o quanto cada rubrica contábil representa do patrimônio total.

#### → Análise Horizontal

é também chamada de análise de evolução ou de análise dinâmica;

compara valores de determinada conta contábil ao longo do tempo, demonstrando a sua evolução ou contração;

Exemplo:

Imobilizado em 31/12/x1: R\$ 100.000,00

Imobilizado em 31/12/x2: R\$ 150.000,00

AH Imobilizado x2/x1:

$$AH \text{ Imobilizado } x2/x1 = \left( \frac{\text{Valor Imobilizado em } x2}{\text{Valor Imobilizado em } x1} \right) - 1$$

$$AH \text{ Imobilizado } x2/x1 = \left( \frac{150.000}{100.000} \right) - 1$$

$$AH \text{ Imobilizado } x2/x1 = 1,5 - 1$$

$$AH \text{ Imobilizado } x2/x1 = 0,5 \rightarrow 50\%$$

Dessa forma, podemos concluir que a conta contábil Imobilizado sofreu uma variação positiva (aumentou) de 50%.

Sabendo disso, podemos, para chegarmos ao nosso gabarito, considerar as seguintes passagens do enunciado da questão:

- [...] ele analisou suas demonstrações contábeis referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021.
  - Isso indica que é uma análise que foi feita levando em conta a variação dos anos, vale dizer, é uma análise dinâmica. Só com base nisso, já podemos pensar em análise horizontal, não é? Na AV, a análise é feita em uma determinada data, e não ao longo de anos.

- Para facilitar o seu trabalho, o analista não levou em consideração a atualização dos componentes das demonstrações contábeis pela inflação.
- Ora, a análise mais prejudicada pela desconsideração dos efeitos da inflação é a AH, visto que ela leva em conta a variação dos anos. Perceba o seguinte:

- 31/12/x1:

Imobilizado: R\$ 100.000,00

Ativo Total: R\$ 800.000,00

- 31/12/x2:

Sem considerar a inflação:

Imobilizado: R\$ 100.000,00

Ativo Total: R\$ 800.000,00

Considerando-se a inflação:

Imobilizado: R\$ 125.000,00

Ativo Total: R\$ 1.000.000,00

- Realizando cálculos - AV:

$$AV \text{ Imobilizado em } 31/12/x1 = \frac{100.000}{800.000} = 12,50\%$$

$$AV \text{ Imobilizado em } 31/12/x2 \text{ (sem inflação)} = \frac{100.000}{800.000} = 12,50\%$$

$$AV \text{ Imobilizado em } 31/12/x2 \text{ (com inflação)} = \frac{125.000}{1.000.000} = 12,50\%$$

- Realizando cálculos - AH:

$$AH \text{ Imobilizado } x2/x1 \text{ (sem inflação)} = \frac{100.000}{100.000} - 1 = 0,00\%$$

$$AH \text{ Imobilizado } x2/x1 \text{ (com inflação)} = \frac{125.000}{100.000} - 1 = 12,50\%$$

Assim, veja que a AH é, de fato, prejudicada pelo feito de não considerar a inflação. Constatamos isso teórica e matematicamente. A alternativa correta é, portanto, a letra A.

As demais alternativas comportam-se da mesma forma que o indicador AV, vale dizer, trazem composições patrimoniais e, portanto, como o numerador e o denominador da razão variam com a inflação, o efeito, numericamente, é irrelevante. Perceba que, na AH, apenas o numerador foi sensível à inflação e, portanto, impactou a análise. No entanto, pinçemos esses outros indicadores:

→ Liquidez Geral (indica a capacidade de a empresa liquidar obrigações de curto e longo prazo, valendo-se do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo - ARLP)

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{ARLP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

→ Liquidez Imediata (indica a capacidade de a entidade cumprir com obrigações de curto prazo, considerando-se apenas as disponibilidades — recursos que não possuem incerteza)

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

→ Indicadores de Estrutura é um gênero que comporta diversos indicadores, evidenciam a composição patrimonial da entidade e demonstram de que maneira a organização capta e utiliza seus recursos. Exemplos: Participação de Capital de Terceiros sobre Recursos Totais, Índice de Endividamento Oneroso, Participação de Capital de Terceiros sobre Recursos Próprios, Participação de Capital de Terceiros sobre Recursos Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização do Capital Próprio, dentre outros.

Dessa forma, o gabarito encontra-se na letra A.

### Gabarito: A

#### 89. Uma entidade apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/X1:

Ativo circulante	62.000	Passivo circulante	40.000
Caixa	50.000	Fornecedores	40.000
Despesas antecipadas	12.000	Passivo não circulante	100.000
Ativo não circulante	180.000	Conta a pagar	100.000
Imobilizado		Patrimônio líquido	102.000
Terreno	180.000		
Total	242.000	Total	242.000

Em X2, os seguintes fatos aconteceram na entidade:

- pagamento da dívida com fornecedores;
- realização integral das despesas antecipadas;
- contração de empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 27.000;
- compra de R\$ 30.000 em estoque para pagamento em março de X3.

Além disso, a entidade foi acionada na justiça por um antigo funcionário, que pedia R\$ 12.000. Os advogados julgaram que a perda da causa era provável e que deveria acontecer no início de X3. Na análise dos indicadores de liquidez da entidade em 31/12/X1 e em 31/12/X2, é correto concluir que os indicadores de liquidez:

- A) seca passaram de 0,95 para 0,17;
- B) imediata passaram de 1,25 para 0,88;
- C) corrente passaram de 1,55 para 2,23;
- D) geral passaram de 1,73 para 1,46;
- E) seca e corrente permaneceram iguais.

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre Indicadores de Liquidez.

Aqui não tem jeito, caro aluno, você precisava saber as fórmulas e ter agilidade com as contas. Ademais, você precisava chegar no balanço de x2, conjugando o de x1 com os fatos que aconteceram em x2. Vamos, primeiramente, chegar ao balanço de x2 e, posteriormente, calcular os índices conforme as alternativas.

Em X2, os seguintes fatos aconteceram na entidade:

- pagamento da dívida com fornecedores;

D - Fornecedores ... 40.000

C - Caixa ... 40.000

- realização integral das despesas antecipadas;

D - Despesas ... 12.000

C - Despesas Antecipadas ... 12.000

- contração de empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 27.000;

D - Caixa ... 27.000

C - Contas a Pagar ... 27.000

- compra de R\$ 30.000 em estoque para pagamento em março de X3.

D - Estoque ... 30.000

C - Fornecedores 30.000

- - a entidade foi acionada na justiça por um antigo funcionário, que pedia R\$ 12.000. Os advogados julgaram que a perda da causa era provável e que deveria acontecer no início de X3.

D - Despesa com Provisões ... 12.000

C - Provisão de Curto Prazo ... 12.000

Balanço de x2:

<b>Ativo circulante</b>	<b>67.000</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>42.000</b>
Caixa	37.000	Fornecedores	30.000
Estoques	30.000	Provisão de curto prazo	12.000
<b>Ativo não circulante</b>	<b>180.000</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>127.000</b>
Imobilizado		Conta a pagar	127.000
Terreno	180.000	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>78.000</b>
<b>Total</b>	<b>242.000</b>	<b>Total</b>	<b>242.000</b>

A) seca passaram de 0,95 para 0,17.

**ERRADO.** Vejamos a formulação para o indicador de Liquidez Seca:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Calculemos para x1:

$$\text{Liquidez Seca x1} = \frac{62.000 - 12.000}{40.000} = \frac{50.000}{40.000} = 1,25$$

Calculemos para x2:

$$\text{Liquidez Seca x2} = \frac{67.000 - 30.000}{42.000} = 0,88$$

Assim, a variação do índice de liquidez seca foi de 1,25 para 0,88. Assertiva errada.

B) imediata passaram de 1,25 para 0,88.

**CERTO.** Vejamos a formulação para o indicador de Liquidez Imediata:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}} = 0,88$$

Calculemos para x1:

$$\text{Liquidez Imediata x1} = \frac{50.000}{40.000} = 1,25$$

Calculemos para x2:

$$\text{Liquidez Imediata x2} = \frac{37.000}{42.000} = 0,88$$

É o nosso gabarito, portanto.

C) corrente passaram de 1,55 para 2,23.

**ERRADO.** Vejamos a formulação para o indicador de Liquidez Corrente:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 0,88$$

Calculemos em x1:

$$\text{Liquidez Corrente x1} = \frac{62.000}{40.000} = 1,55$$

Calculemos em x2:

$$\text{Liquidez Corrente x2} = \frac{67.000}{42.000} = 1,59$$

Assertiva errada.

D) geral passaram de 1,73 para 1,46.

**ERRADO.** Vejamos a formulação para a Liquidez Geral:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{ARLP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Calculemos em x1:

$$\text{Liquidez Geral x1} = \frac{62.000}{140.000} = 0,44$$

Calculemos em x2:

$$\text{Liquidez Geral x2} = \frac{67.000}{169.000} = 0,396$$

Assertiva errada portanto.

E) seca e corrente permaneceram iguais.

**ERRADO.** Vimos, nas letras A e C, que ambos os índices variaram. Assertiva errada, por tudo.

O gabarito encontra-se na letra B, por tudo.

### Gabarito: B

**90. A Superintendência do Patrimônio da União no Estado Alfa teve que indicar a classificação de suas receitas referentes a foro e taxa de ocupação quanto a terrenos de marinha localizados no referido Estado, bem como a classificação da despesa para aquisição de imóvel tido como necessário para a execução de obra pública.**

**Levando-se em consideração a classificação por natureza de cada uma dessas receitas e despesa públicas descritas no enunciado, à luz da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que tais receitas:**

- A) de foro e de taxa de ocupação são classificadas como receitas tributárias, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como inversão financeira;
- B) de foro são classificadas como receitas patrimoniais, as de taxa de ocupação como receitas tributárias, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como inversão financeira;
- C) de foro são classificadas como receitas patrimoniais, as de taxa de ocupação como receitas tributárias, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como investimento;
- D) de foro e de taxa de ocupação são classificadas como receitas patrimoniais, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como inversão financeira;
- E) de foro e de taxa de ocupação são classificadas como receitas patrimoniais, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como investimento.

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre Classificação por Natureza da Receita.

Concurseiro, memorize:

- Receitas de foro → são receitas patrimoniais;
- Receitas de taxa de ocupação → são receitas tributárias;
- Conforme, anexo da portaria SOF nº 5.118, de 04 de maio de 2021:

- 9.1.2 CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA VÁLIDA NO ÂMBITO DA UNIÃO: NATUREZAS AGREGADORAS (Portaria SOF)
  - 1.3.0.0.00.0.0 Receita Patrimonial
    - 1.3.1.1.01.0.0 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação
    - 1.3.1.1.01.2.0 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação
- Despesa com aquisição imobiliária p/ execução de obra pública → são despesas classificadas como investimento.
  - Segundo a lei 4320/64, Art. 12 [...]

§ 4º Classificam-se como **investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis** considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. (destaque nosso)

O gabarito é a letra E.

### Gabarito: E

**91. Ao final de um certo quadrimestre, verificou-se que a despesa total com pessoal de um determinado Tribunal Regional do Trabalho (TRT) alcançou 94,5% do limite de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC nº 101/2000, Arts. 19 e 20).**

**Diante desse fato, tendo-se atingido o percentual de 94,5% acima descrito:**

- A) fica vedada a criação de cargo, emprego ou função;
- B) fica vedada a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- C) o percentual de 4,5% excedente a 90% terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo, pelo menos, um terço no primeiro;
- D) o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá alertar o referido TRT de que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite;
- E) fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre Despesa com Pessoal e Seguridade Social, à luz da LRF.

A princípio, você precisa saber o seguinte:

- Limite prudencial → 95% do limite de gastos com pessoal;
- Limite de alerta → 90% do limite de gastos com pessoal;

Atingindo o limiar de 94,50% do limite de gastos com pessoal, vejamos:

A) fica vedada a criação de cargo, emprego ou função.

**ERRADO.** Cuida-se de vedação atinente ao limite prudencial. Como 94,50% é inferior, assertiva incorreta.

De acordo com a LRF, temos:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. **Se a despesa total com pessoal exceder a 95%** (noventa e cinco por cento) do limite, **são vedados** ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

[...]

**II - criação de cargo, emprego ou função;** (destaque nosso)

B) fica vedada a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

**ERRADO.** O mesmo caso da letra A; cuida-se de vedação atinente ao limite prudencial.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. **Se a despesa total com pessoal exceder a 95%** (noventa e cinco por cento) do limite, **são vedados** ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

[...]

**III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;** (destaque nosso)

- C) o percentual de 4,5% excedente a 90% terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo, pelo menos, um terço no primeiro.

**ERRADO.** Tal eliminação é referente à situação em que se ultrapassa o limite de despesa com pessoal. Nos termos da LRF, temos:

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

- D) o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá alertar o referido TRT de que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite.

**CERTO.** É isso aí, ultrapassou 90% do limite de despesa com pessoal, dá-lhe alerta.

Art. 59. [...]

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem: [...]

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

- E) fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.

**ERRADO.** Cuida-se de vedação atinente ao limite prudencial. Como 94,50% é inferior, assertiva incorreta. De acordo com a LRF, temos:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. **Se a despesa total com pessoal exceder a 95%** (noventa e cinco por cento) do limite, **são vedados** ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

Portanto, o gabarito encontra-se na letra D.

### Gabarito: D

**92. Contando com a devida autorização por deliberação dos Estados e Distrito Federal mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o Estado Alfa, por lei específica, concedeu isenção de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a favorecer pessoas com deficiências que, comprovando sua situação perante o Fisco estadual, adquirissem automóveis adaptados. O Estado Alfa, para conceder a isenção, realizou a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devia iniciar a vigência da isenção e no seguinte, atendeu ao disposto em sua lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e demonstrou que a renúncia de receita foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetaria as metas de resultados fiscais previstas no Anexo Estadual de Metas Fiscais.**

**Diante desse cenário concreto, é correto afirmar que:**

- A) estimativa do impacto orçamentário-financeiro deveria ter sido elaborada no âmbito do Confaz;
- B) não se configura renúncia de receita, por se tratar de concessão de isenção em caráter geral;
- C) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deveria ter sido elaborada considerando-se o exercício em que se inicia a vigência da isenção e os dois seguintes;
- D) as reduções de alíquotas e isenções de ICMS constituem exceção à aplicação das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal acerca de renúncia de receitas;
- E) deveria estar presente necessariamente medida de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

## Comentários:

Vide art. 14 da LRF, que trata sobre as renúncias da receita.



Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva **iniciar** sua vigência e nos **dois** seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

- demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

- às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da

Constituição, na forma do seu § 1º;

- ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

- A) **ERRADA.** Não há previsão legal para tal exigência.
- B) **ERRADA.** Trata-se de uma renúncia de caráter não geral, visto que abrange o ICMS para pessoas com deficiência.
- C) **CORRETA.** Conforme *caput* do art. 14.
- D) **ERRADA.** Não são contemplados pela regra apenas os extrafiscais, o que não é o caso do ICMS (art. 14, § 3º).
- E) **ERRADA.** No comando, foi dito que não afetará as metas fiscais, atendendo a 1 dos requisitos previstos na LRF. Sendo assim, não há necessariamente a apresentação de medida de compensação.

**Gabarito: letra C**

93. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) é considerada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como imune ao pagamento de impostos mesmo quanto às atividades em que atua em regime de livre concorrência. A razão dada pelo STF é a de que a EBCT oferta o serviço público de entrega de correspondência em localidades distantes a preço módico, serviço que não seria oferecido adequadamente (a não ser por alto custo) pelo sistema de mercado. Assim, as atividades mais rentáveis da EBCT estariam também imunes para auxiliar no custeio das operações de entrega de correspondência em locais pouco habitados e de difícil acesso.

À luz das nomenclaturas cunhadas na teoria das funções de Governo, o fenômeno descrito no enunciado expressa a função:

- A) distribucionista do Estado;
- B) estabilizadora do Estado;
- C) alocativa do Estado;
- D) progressiva do Estado;
- E) referencial do Estado.

## Comentários:

---

Trata-se de questão que versa sobre Funções de Governo.

Façamos uma breve revisão acerca do assunto, caro aluno:

- Função alocativa → investimentos em bens de infraestrutura, em bens públicos e semipúblicos/meritórios (saúde/educação)
- Função distributiva → distribuição de renda; tributação progressiva
- Função estabilizadora → estabilidade econômica; políticas monetária e fiscal; elevar os níveis de empregos; estabilizar preços/inflação

Considerando-se a seguinte passagem do enunciado:

[...]

oferta o serviço público de entrega de correspondência em localidades distantes a preço módico, serviço que não seria oferecido adequadamente (a não ser por alto custo) pelo sistema de mercado.

Podemos concluir pela função alocativa, uma vez que estamos diante de uma prestação de serviço público não feita pelo setor privado, vale dizer, os ganhos sociais se justificam, ao passo que os ganhos privados não são aceitos pelos particulares, demandando a alocação estatal.

O gabarito é a letra C, portanto.

**Gabarito: C**

94. Em certo ano, emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual da União foram aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, destinando-se a metade desse percentual a ações e serviços públicos de saúde. A execução orçamentária dessas emendas, no montante destinado à saúde, contemplou diversos programas, inclusive despesas de custeio na saúde e gastos com pagamento de pessoal dessa área. Porém, após iniciada a execução orçamentária, verificou-se que a reestimativa da receita e da despesa resultaria no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Diante desse cenário e à luz do texto atual da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- A) a execução orçamentária e financeira das programações decorrentes de tais emendas é discricionária;
- B) os gastos em saúde decorrentes dessas emendas não podem ser aplicados em meras despesas de custeio de ações e serviços públicos de saúde;
- C) os gastos em saúde decorrentes dessas emendas, ainda que venham a ser proporcionalmente reduzidos, são computados para fins de cumprimento do percentual mínimo anual a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde;
- D) havendo impedimentos de ordem técnica para cumprimento integral das programações orçamentárias decorrentes de tais emendas, estas deverão ser executadas em percentual de ao menos 25% do originalmente previsto;
- E) verificado o provável descumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na LDO, as programações orçamentárias decorrentes de tais emendas não poderão ser reduzidas na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.

## Comentários:

---

Trata-se de questão que versa sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em certo ano, emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual da União foram aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, destinando-se a metade desse percentual a ações e serviços públicos de saúde. A execução orçamentária dessas emendas, no montante destinado à saúde, contemplou diversos programas, inclusive despesas de custeio na saúde e gastos com pagamento de pessoal dessa área. Porém, após iniciada a execução orçamentária, verificou-se que a reestimativa da receita e da despesa resultaria no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Diante desse cenário e à luz do texto atual da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

A) a execução orçamentária e financeira das programações decorrentes de tais emendas é discricionária.

**ERRADO.** A execução orçamentária e financeira das programações decorrentes de tais emendas individuais é obrigatória. Não é por menos que são chamadas de emendas impositivas.

Conforme a CF/88:

Art. 166 [...]

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

[...]

§ 11. É **obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais**, em montante correspondente ao limite a que se refere o § 9º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 desta Constituição, observado o disposto no § 9º-A deste artigo. (destaque nosso)

B) os gastos em saúde decorrentes dessas emendas não podem ser aplicados em meras despesas de custeio de ações e serviços públicos de saúde.

**ERRADO.** Admite-se, sim, a aplicação em despesas de custeio.

Consoante a CF/88:

Art. 166 [...]

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

- C) os gastos em saúde decorrentes dessas emendas, ainda que venham a ser proporcionalmente reduzidos, são computados para fins de cumprimento do percentual mínimo anual a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde.

**CERTO.** Correto, conforme a CF/88:

Art. 166 [...]

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198 (percentual mínimo anual a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde), vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

- D) havendo impedimentos de ordem técnica para cumprimento integral das programações orçamentárias decorrentes de tais emendas, estas deverão ser executadas em percentual de ao menos 25% do originalmente previsto.

**ERRADO.** Não há a obrigatoriedade de execução de pelo menos 25%.

Segundo a CF/88:

Art. 166 [...]

§ 13. As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

- E) verificado o provável descumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na LDO, as programações orçamentárias decorrentes de tais emendas não poderão ser reduzidas na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.

**ERRADO.** É exatamente o contrário. A CF/88 preconiza que:

Art. 166 [...]

§ 18. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, os montantes previstos nos §§ 11 e 12 deste artigo poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias. (destaque nosso)

Pelo exposto, a alternativa correta é “C”.

**Gabarito: C**

**95. Apesar dos esforços que têm aperfeiçoado o processo de planejamento orçamentário na administração pública brasileira, há previsão da realização de alterações orçamentárias ao longo do exercício financeiro. Tais alterações são limitadas, entre outros fatores, por imposições legais e restrições de recursos.**

**Um desafio para o controle externo analisar o montante e o impacto da abertura de créditos adicionais no orçamento é a:**

- A) falta de controle da edição de medidas provisórias com abertura de créditos extraordinários;
- B) impossibilidade de alterar um atributo de um crédito orçamentário, tal como modalidade de aplicação;
- C) ocorrência de reabertura de créditos adicionais do exercício anterior no orçamento vigente;
- D) possibilidade de alterações orçamentárias não incluídas no limite de créditos suplementares;
- E) recorrência de situações emergenciais que flexibilizam as regras de alterações orçamentárias.

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre Créditos Adicionais.

Caro aluno, temos aqui uma questão bem complexa acerca do assunto. Muita gente errou esta questão.

Um desafio para o controle externo analisar o montante e o impacto da abertura de créditos adicionais no orçamento é a:

- A) falta de controle da edição de medidas provisórias com abertura de créditos extraordinários.

**ERRADO.** Existem controles de edição de MP de abertura de créditos extraordinários, sobretudo pelo Poder Legislativo.

B) impossibilidade de alterar um atributo de um crédito orçamentário, tal como modalidade de aplicação.

**ERRADO.** Não existe essa impossibilidade. Veja, por exemplo, o trecho a seguir, extraído do MCASP (11ª edição, pg. 102).

Ressalte-se que, na União, as alterações dos atributos do crédito orçamentário, constantes da Lei Orçamentária da União, tais como modalidade de aplicação, identificador de resultado primário (RP) [...]

C) ocorrência de reabertura de créditos adicionais do exercício anterior no orçamento vigente.

**ERRADO.** A reabertura de créditos adicionais é constitucional prevista:

Segundo a CF/88:

Art. 167 [...]

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Ademais, a reabertura de créditos adicionais do exercício anterior no orçamento vigente tem regras próprias e vinculação com os recursos disponíveis para sua cobertura, conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964,

D) possibilidade de alterações orçamentárias não incluídas no limite de créditos suplementares.

**CERTO.** Foi o gabarito dado pela banca e, analisando conforme o contexto da questão, o uso dos créditos adicionais deve ser nas situações previstas em lei, pois representam complementações (suplementares) e alterações (especiais e extraordinárias) na LOA. Pensando bem objetivamente: é interessante ficar adicionando créditos frequentes no orçamento? Não, pois já temos uma LOA aprovada e presume-se que ocorrerá tudo conforme planejado neste instrumento de planejamento e, assim, representam um desafio do controle externo.

E) recorrência de situações emergenciais que flexibilizam as regras de alterações orçamentárias.

**ERRADO.** A necessidade de alterações orçamentárias em razão de situações emergenciais não necessariamente afeta o trabalho do controle externo, uma vez que tem regras próprias, passíveis de controle, a exemplo do Orçamento de Guerra (Emenda Constitucional nº 106/2020, que institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública decorrente da pandemia).

O gabarito é a letra D, portanto.

**Gabarito: D**

**96. A classificação da despesa pública é estruturada para atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, tais como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.**

**A classificação da despesa por identificador de resultado primário é de caráter indicativo e tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário, pelo confronto com as receitas primárias.**

**Ao avaliar a meta de resultado primário e o resultado alcançado ao final de um exercício, deve-se considerar que:**

- A) é facultada a vinculação com a meta de resultado nominal;
- B) as despesas discricionárias não devem afetar o resultado primário;
- C) todas as despesas primárias devem ser incluídas na meta de resultado primário;
- D) as despesas que devem ser incluídas no resultado primário são de caráter obrigatório;
- E) há classificação específica para despesas decorrentes de emendas parlamentares impositivas.

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre o Manual Técnico Orçamentário (MTO).

Caro aluno, questão que nos cobra o conhecimento da seguinte passagem do MTO 2025, p. 92:

O identificador de resultado primário, de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto na LDO, devendo constar no PLOA e na respectiva Lei em todos os GNDs, identificando, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento do governo central, cujo demonstrativo constará anexo à LOA.

De acordo com o estabelecido na LDO, nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência. O quadro a seguir lista o rol de identificadores de resultado primário propostos para a elaboração do PLOA 2025, conforme a LDO 2025:

Código	Descrição da despesa
0	Financeira
1	Primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo obrigatória, cujo rol deve constar da Seção I do Anexo III*
2	Primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo discricionária e não abrangida por emendas individuais e de bancada estadual, ambas de execução obrigatória, e não abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.
3	Primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo discricionária e abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.
4	Primária discricionária constante do Orçamento de investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta sendo não abrangida pelo PAC.
5	Primária discricionária constante do Orçamento de investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta sendo abrangida pelo PAC.
6	Primária discricionária, decorrente de programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais, de execução obrigatória nos termos do disposto nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição.
7	Primária discricionária, decorrente de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual, de execução obrigatória nos termos do disposto no § 12 do art. 166 da Constituição.
*Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho. Seção I - Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União.	

Assim, conforme os códigos 6 e 7, podemos concluir que a letra E está correta, vez que há, sim, classificação específica para despesas decorrentes de emendas parlamentares impositivas (gênero do qual são espécies as emendas individuais – cod. 6 e emendas de bancada – cod. 7). As demais alternativas não têm qualquer amparo legal e, portanto, estão incorretas.

O gabarito é a letra E.

### Gabarito: E

**97. Considere uma economia aberta sob regime de câmbio fixo e com relativa mobilidade de capitais (curva BP menos inclinada que a curva LM), inicialmente em equilíbrio interno e externo, e com orçamento equilibrado.**

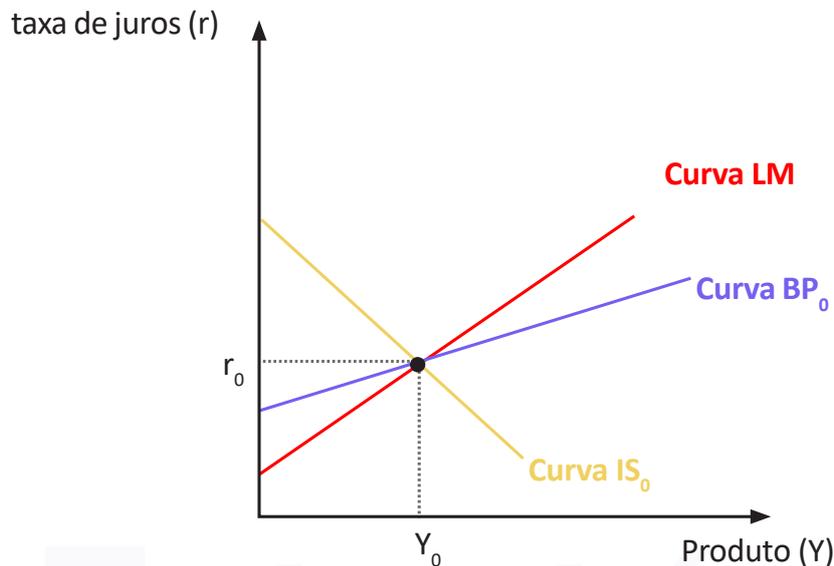
**Com base no modelo IS/LM/BP, é correto afirmar, em relação às consequências da adoção de diferentes políticas macroeconômicas, que, *coeteris paribus*:**

- A) a ocorrência de esforço fiscal que reduza a necessidade de financiamento do setor público é ineficaz porque a intervenção cambial não esterilizada expande a base monetária e aumenta o déficit primário;
- B) a política fiscal expansionista tende a provocar acúmulo de reservas internacionais, diminuição do passivo monetário do Banco Central e aumento da taxa de juros interna, elevando a relação dívida bruta/PIB;
- C) a política fiscal contracionista, acompanhada de intervenções cambiais esterilizadas, mantém um déficit no balanço de pagamentos e permite o controle simultâneo da taxa de juros e da taxa de câmbio, enquanto durar o estoque de reservas internacionais;
- D) as políticas monetária e fiscal são cada vez menos eficazes à medida que o fluxo de capitais é mais sensível ao diferencial de taxa de juros, pois a paridade descoberta da taxa de juros é válida, ocorrendo o ajustamento monetário automático;
- E) a desoneração tributária não acompanhada de medidas de compensação acarreta a formação de déficits gêmeos e a redução do passivo monetário do Banco Central, se a intervenção cambial vier acompanhada de uma expansão do crédito doméstico.

### Comentários:

A questão exige conhecimento sobre o modelo IS-LM-BP (também conhecido como modelo de Mundell-Fleming). Nesse sentido, precisamos lembrar que a curva IS representa o equilíbrio do mercado de bens e serviços, a curva LM representa o equilíbrio no mercado monetário e a curva BP representa o equilíbrio no balanço de pagamentos.

Como o enunciado diz que o cenário a ser considerado é de uma economia aberta sob regime de câmbio fixo e com relativa mobilidade de capitais (curva BP menos inclinada que a curva LM), parte-se do seguinte equilíbrio:



Além disso, vale destacar que intervenção esterilizada é a compra ou a venda de moeda estrangeira por um Banco Central para influenciar o valor de câmbio da moeda nacional, porém sem alterar a base monetária.

Ou seja, caso haja uma alta na demanda por dólar, o Banco Central entra no mercado comprando dólares e, portanto, entregando moeda nacional em troca. Contudo, para não aumentar a base monetária, o Banco Central pode vender títulos públicos no mercado aberto, de modo a retirar todo o excedente de moeda que foi colocado no mercado com as operações feitas para controlar o câmbio. Dessa forma, uma intervenção cambial esterilizada terá sido realizada.

Agora vamos analisar as alternativas:

A) Letra (A): **INCORRETA.**

Um esforço fiscal (política fiscal contracionista) reduz a demanda agregada, deslocando a IS para a esquerda, o que tenderia a provocar superávit externo (já que cai a demanda por importações). Em um regime de câmbio fixo, o Banco Central deve esterilizar ou não a pressão sobre a taxa de câmbio. Mas não é verdade que a intervenção cambial não esterilizada necessariamente *umenta o déficit primário* — isso não tem ligação causal direta. Além disso, o esforço fiscal não é *ineficaz* nesse regime; pelo contrário, é eficaz para corrigir desequilíbrios externos.

B) Letra (B): **INCORRETA.**

A política fiscal expansionista desloca a IS para a direita, aumentando renda e juros internos. Com câmbio fixo e mobilidade de capitais, isso atrai capitais e gera superávit no BP. Para manter o câmbio fixo, o BC compra moeda estrangeira, expandindo a base monetária (se não esterilizar). Isso tende a *aumentar* o passivo monetário, não diminuí-lo. Logo, o item é inconsistente com a teoria.

C) Letra (C): **CORRETA.**

A política fiscal contracionista reduz a renda e a demanda agregada (IS se desloca para a esquerda), pressionando para um déficit de BP (menos entrada de capital ou mais saída líquida). Como o regime é de câmbio fixo, o BC deve intervir no mercado cambial para manter a paridade, vendendo reservas. Com a *esterilização* da política cambial, o BC impede que isso afete a base monetária. Nesse contexto, enquanto houver reservas internacionais, o país pode sustentar essa política, mantendo simultaneamente o câmbio e a taxa de juros. A alternativa está de acordo com o modelo IS/LM/BP.

D) Letra (D): **INCORRETA.**

O item mistura conceitos de modelos de expectativa racional (como paridade descoberta de juros) com o modelo IS/LM/BP, que é de curto prazo e tem outra estrutura. A validade da paridade descoberta não implica ajustamento automático da base monetária sob câmbio fixo. Além disso, a mobilidade de capitais aumenta a eficácia da política fiscal e diminui a da monetária no câmbio fixo, não tornando ambas ineficazes.

E) Letra (E): **INCORRETA.**

A desoneração tributária pode aumentar o déficit fiscal, gerando o chamado *déficit gêmeo* (fiscal e externo). Mas a redução do *passivo monetário* do BC ocorreria se houvesse venda líquida de ativos (como reservas), e não expansão do crédito doméstico — que, ao contrário, aumenta a base monetária. Portanto, a lógica da alternativa está equivocada.

**Gabarito: letra C**

98. Em uma indústria perfeitamente competitiva, sem barreiras à entrada e à saída, e com potenciais entrates, cada firma tem uma estrutura de custos idêntica, não afetada pela entrada de novas firmas, e igual a  $c(q) = 75 + q + 3q^2$ , para  $q > 0$  e  $c(0) = 0$ , onde  $q$  é a quantidade produzida por cada firma. A demanda inversa de mercado é dada por  $p(Q) = 141 - 0,5Q$ , em  $Q$  é a quantidade demandada e  $p$  o preço.

- A) o preço de equilíbrio é igual a 15;
- B) cada firma oferta duas unidades no longo prazo;
- C) a curva de oferta de longo prazo da indústria será igual a  $p(Q) = 6Q + 1$ ;
- D) caso a demanda inversa de mercado se altere para  $p(Q) = 161 - 0,5Q$ , oito firmas entram na indústria no novo equilíbrio de longo prazo;
- E) caso o governo decida instituir um imposto de três unidades monetárias por unidade vendida, o impacto tributário recai totalmente nos consumidores e a perda de peso morto da economia no longo prazo é igual a 18.

### Comentários:

A função de custo total da firma é:

$$c(q) = 75 + q + 3q^2$$

Logo:

- Custo fixo = 75 (parcela do custo total da firma que independe da quantidade produzida)
- Custo variável =  $q + 3q^2$  (parcela do custo total da firma que varia conforme a quantidade produzida)
- Custo médio (AC) =  $(75 + q + 3q^2) / q = 75/q + 1 + 3q$
- Custo marginal (MC) = derivada de  $c(q)$ :  $MC = dc(q)/dq = 1 + 6q$

Em equilíbrio de longo prazo em concorrência perfeita, temos:

$$p = AC = MC$$

Igualando AC e MC:

$$75/q + 1 + 3q = 1 + 6q$$

$$\rightarrow 75/q + 3q = 6q$$

$$\rightarrow 75/q = 3q$$

$$\rightarrow 75 = 3q^2$$

$$\rightarrow q^2 = 25$$

$$\rightarrow q = 5$$

Ou seja, cada firma produz  $q = 5$  no longo prazo.

Preço de equilíbrio:

$$MC = 1 + 6q = 1 + 6 \times 5 = 31$$

$$\text{Logo, } p = 31$$

Usando a demanda inversa  $p(Q) = 141 - 0,5Q$ :

Substituímos  $p = 31$ :

$$31 = 141 - 0,5Q$$

$$\rightarrow 0,5Q = 110$$

$$\rightarrow Q = 220$$

Como cada firma produz 5, o número de firmas é:

$$Q / q = 220 / 5 = 44 \text{ firmas}$$

Agora, com a nova função de demanda inversa  $p(Q) = 161 - 0,5Q$ :

Mantemos o preço de longo prazo:  $p = 31$

$$\text{Substituímos: } 31 = 161 - 0,5Q$$

$$\rightarrow 0,5Q = 130$$

$$\rightarrow Q = 260$$

Novo número de firmas:

$$260 / 5 = 52 \text{ firmas}$$

Portanto, oito novas firmas entram no mercado ( $52 - 44 = 8$ ).

**Gabarito: letra D**

**99. Em relação às consequências das decisões das firmas sobre preços e quantidades em estruturas de mercado de concorrência imperfeita, é correto afirmar que:**

- A) a firma seguidora em um duopólio de Stackelberg obtém lucro superior ao que obteria em um duopólio de Cournot, porque possui vantagem informacional ao reagir sequencialmente à decisão de produção da firma líder;
- B) a ocorrência do paradoxo de Bertrand em mercados oligopolizados pressupõe que haja restrição individual de capacidade produtiva para atender a demanda de mercado e que as firmas produzam produtos diferenciados;
- C) a regulação de preços pelo custo marginal que busca a solução competitiva no monopólio natural, em mercados incontestáveis e sem produtos substitutos, é uma solução intermediária entre a determinação de preços pela regra do markup e a solução socialmente eficiente;
- D) a regulação em mercados monopolisticamente competitivos pode ser dispensada quando nenhuma firma tem substancial poder de mercado e os ganhos advindos da valorização dos consumidores pela diversidade de marcas e produtos tendem a superar o custo social;
- E) quando o monopolista não é capaz de estimar as curvas de demanda dos consumidores individuais ou de grupos de consumidores distintos, o mecanismo mais eficaz de captura dos excedentes dos consumidores é o incentivo à autosseleção (self selection) por meio da prática de discriminação de preços de terceiro grau, tal como a tarifação em duas partes.

## Comentários:

A questão aborda diferentes estruturas de mercado, como a concorrência monopolística, os monopólios naturais e os oligopólios. Então, vale a pena fazermos uma breve revisão dessas estruturas:

Em mercados monopolisticamente competitivos (em concorrência monopolística), há inúmeros produtores e consumidores, mas os produtos são diferenciados. Além disso, não há barreiras de entrada para consumidores nem para produtores.

Já um monopólio natural ocorre quando uma única empresa pode suprir todo o mercado sob um custo inferior ao que duas ou mais empresas teriam. Portanto, o monopólio natural é marcado pela presença de grandes economias de escala. É o caso dos mercados de saneamento básico, energia elétrica e gás encanado, por exemplo.

Por fim, os oligopólios são caracterizados pela existência de poucas empresas dominando o mercado. As empresas têm alguma concorrência entre si, mas não são tomadoras de preços, pois detêm algum poder de mercado. Dentre os modelos mais comuns de oligopólio, destacam-se o de Cournot, o de Bertrand e o de Stackelberg.

No modelo de Cournot, considera-se que as empresas produzem produtos homogêneos, decidem simultaneamente a quantidade produzida e consideram que a produção de seu concorrente seja fixa.

O modelo de Bertrand também considera que os produtos são homogêneos. Porém, nesse modelo as empresas decidem os preços de forma simultânea e consideram fixo o preço do concorrente.

Já no modelo de Stackelberg, existe uma firma líder que escolhe a sua quantidade de produção antes das demais firmas. Assim, as demais firmas observarão a quantidade produzida pela firma líder, para depois decidir o quanto produzirão.

Agora vamos analisar as alternativas:

**A) Alternativa (A): INCORRETA.**

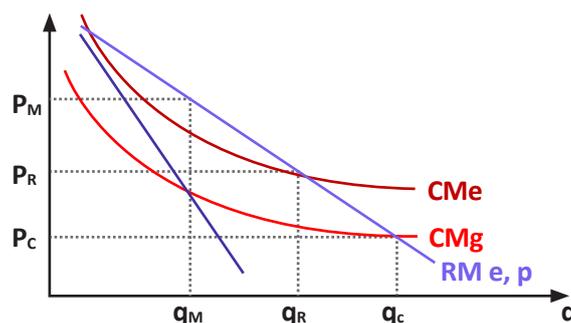
No modelo de Stackelberg, a firma líder tem a vantagem do movimento sequencial, podendo antecipar a reação da firma seguidora e escolher a produção ótima. Já a seguidora, por reagir, tem menor poder estratégico. Assim, o lucro da seguidora em Stackelberg é inferior ao que obteria em Cournot, onde ambas escolhem simultaneamente.

**B) Alternativa (B): INCORRETA.**

O paradoxo de Bertrand ocorre com produtos homogêneos e capacidade produtiva irrestrita, levando o preço ao nível do custo marginal — resultado altamente competitivo. Se houver restrições de capacidade ou produtos diferenciados, o resultado do paradoxo não se verifica.

**C) Alternativa (C): INCORRETA.**

No monopólio natural, regular o preço pelo custo marginal não é viável, pois o custo médio é decrescente. Assim, o custo marginal fica abaixo do custo médio, gerando prejuízo.



Dessa forma, essa não é uma “solução intermediária”, mas sim um ideal ineficiente financeiramente. A alternativa mistura conceitos incorretamente.

**D) Alternativa (D): CORRETA.**

Em mercados monopolisticamente competitivos, como há muitos produtores e diferenciação de produto, o poder de mercado de cada firma é pequeno. Se nenhuma firma tem poder substancial e se os consumidores valorizam a variedade, o bem-estar pode ser maior mesmo com alguma ineficiência (preço > custo marginal). Por isso, a regulação pode ser dispensada, como afirma corretamente a alternativa.

**E) Alternativa (E): INCORRETA.**

A tarifação em duas partes é uma forma de discriminação de segundo grau, e não de terceiro grau.

- Discriminação de terceiro grau = preços diferentes para diferentes grupos identificáveis.
  - Discriminação de segundo grau = self-selection, como pacotes e tarifação em duas partes.
- Portanto, há erro conceitual na associação feita pela alternativa.

**Gabarito: letra D**

**100. Ao determinar o modelo regulatório mais adequado, uma restrição surge quando as firmas a serem reguladas declaram custos excessivos não observáveis pelo regulador com o objetivo de obter preços regulados maiores do que seus custos reais, ou quando o regulador pode subestimar os custos reais das firmas ou calcular equivocadamente a elasticidade-preço da demanda por seus produtos.**

**Nesse caso, o regulador está diante do(a):**

- A) desregulação, em que o regulador mantém seu controle pelas atividades da firma;
- B) presença de externalidades, em que o regulador deve implementar um imposto pigouviano sobre a produção da firma;
- C) problema de perigo moral (moral hazard), em que o regulador evitaria assegurar a recuperação dos custos e fornecer renda informacional;
- D) provisão ineficiente de um bem público, em que a implementação prática da solução de Lindahl pelo regulador impede a existência de caronas;
- E) problema da seleção adversa, em que o regulador precisa desenhar mecanismos para que as firmas revelem informações sobre suas estruturas de custos.

## Comentários:

---

O enunciado descreve um cenário de informação assimétrica entre o regulador e as firmas reguladas. As firmas possuem mais informações sobre seus custos reais e podem mentir ou manipular essas informações para obter preços regulados maiores. Esse tipo de problema está diretamente relacionado à seleção adversa.

Seleção adversa ocorre antes da contratação ou da formulação da regulação, quando uma das partes tem mais informações privadas e pode se beneficiar ao esconder ou distorcer essas informações. No contexto da regulação, isso exige que o regulador desenhe mecanismos de incentivos para que as firmas revelem voluntariamente suas verdadeiras características, como seus custos reais.

Vamos analisar as alternativas:

- A) **INCORRETA.** A desregulação significa a retirada da regulação. Se o regulador mantém o controle, não se trata de desregulação. Além disso, a desregulação não resolve o problema de informação assimétrica.
- B) **INCORRETA.** Externalidades exigem correções via impostos ou subsídios pigouvianos, mas não têm relação direta com o problema de assimetria de informação sobre custos privados.
- C) **INCORRETA.** O problema de moral hazard (risco moral) ocorre após um contrato ou decisão, quando uma das partes muda seu comportamento porque não arca com os custos das consequências. Aqui o problema é *ex ante*, sobre a veracidade dos custos declarados antes da regulação.
- D) **INCORRETA.** O problema da provisão de bens públicos e a solução de Lindahl não se aplicam aqui, pois o bem regulado não é um bem público clássico (não rival e não excludente), e o foco não está em caronas ou financiamento voluntário.
- E) **CORRETA.** Estamos diante de seleção adversa, pois as firmas podem ter incentivo a mentir sobre seus custos ou tirar proveito da ignorância do regulador. A solução envolve o desenho de contratos ou mecanismos para induzir revelação de informações (como em modelos de incentivos regulatórios, contratos com menus de opções etc.).

**Gabarito: letra E**

**O que você achou deste e-book?**

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

**Não é assinante?**

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

**Conheça nosso sistema de questões!**

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia  
Concursos

